CONJUNTURA INTERNACIONAL
PUC Minas

DOSSIÊ PESQUISA DE CAMPO

PESQUISA DE CAMPO NA CIÊNCIA POLÍTICA E NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....4

Field Research in Political Science and International Relations

Thaís Vieira de Paula
Rodrigo Corrêa Teixeira

ANCORANDO RI ATRAVÉS DE COMPROMISSOS ANTIRRACISTAS E PÓS/DECOLONIAIS: UMA ABORDAGEM CONTRA-HEGEMÔNICA AO TRABALHO DE CAMPO.....7

Grounding IR Through Antirracist and Post/Decolonial Commitments: A Couter-hegemonic Approach to Fieldwork

Luciano Rodrigues Castro

NEOCONSERVADORISMO E LIDERANÇA FEMININA: BOLSONARISMO E HIERARQUIA DE GÊNERO NO CAMPO RELIGIOSO PENTECOSTAL EM GOIÂNIA.....29

Neoconservatism and Female Leadership: Bolsonarism and Gender Hierarchy in the pentecostal religion field in Goiânia

Jade Cassius
Mariana Prandini Assis

A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E CULTURAL DE IMIGRANTES DE LÍNGUA ESPANHOLA NO BRASIL: AS PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DOS IMIGRANTES.....46

Socioeconomic and Cultural Integration of Spanish-Speaking Immigrants in Brazil: Perceptions and Experiences of Immigrants

Florença Amorim Cunha Borges Arruda
Marília Fernandes Rodrigues de Macêdo
Marina Bolfarine Caixeta

GLOBAL UNIONISM: THE ROLE OF NATIONAL EMBEDDED INSTITUTIONS IN INTERNATIONAL CAMPAIGNS FOR WORKERS' RIGHTS IN MEXICO (2009-2012) 67

Sindicalismo global: o papel das instituições nacionais em campanhas internacionais pelos direitos dos trabalhadores no México (2009-2012)

Katiuscia Moreno Galhera

A CULTURA UNDERGROUND EM REDE: NOTAS SOBRE A ARTICULAÇÃO GLOBAL DOS SHOWS DE HEAVY METAL REALIZADOS EM BELO HORIZONTE.....86

Underground culture in a network: notes on the global articulation of Heavy Metal shows held in Belo Horizonte

Gleyber Eustáquio Calaça Silva
Rodrigo Corrêa Teixeira

NO CAMPO DO MUNDO: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO ETNOGRÁFICO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....105

In the field of the world: reflections on ethnographic work in International Relations

Júlia Thassya Theodoro Soares
Luiz Felipe Dias Pereira

PESQUISA DE CAMPO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: NOVOS PARADIGMAS PARA VELHOS DILEMAS 122

Field Research in International Relations: New paradigms for old dilemmas

Filipe Philipps de Castilho

CONJUNTURA INTERNACIONAL
PUC Minas

ETNOGRAFIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: OS CAMINHOS SINUOSOS DE UM ENCONTRO INTERDISCIPLINAR 138

Ethnography and International Relations: The Serpentine Journey of an Interdisciplinary Encounter

Thaís Vieira de Paula
Rodrigo Corrêa Teixeira

ARTIGOS

PACIFIC SMALL ISLAND DEVELOPING STATES (PSIDS) AND CLIMATE-RELATED COOPERATION THROUGH INTERNATIONAL ORGANIZATIONS 153

Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico (PSIDS) e cooperação relacionada com o clima através de organizações internacionais

Flávia Silva Lanza

A INTERNALIZAÇÃO DO ACORDO DE PARIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE INSTRUMENTOS DA GOVERNANÇA CLIMÁTICA DE BELO HORIZONTE 170

The internalization of the Paris Agreement: a case study on climate governance instruments in Belo Horizonte

Guilherme Lara Camargos Tampieri

CONJUNTURA INTERNACIONAL
PUC Minas

PESQUISA DE CAMPO NA CIÊNCIA POLÍTICA E NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Field Research in Political Science and International Relations

Investigación de campo en Ciencia Política y Relaciones Internacionales

Thaís Vieira de Paula
Professora Visitante na Universidade Federal de Lavras – Departamento de Ciências Humanas. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra e Bacharela em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
thais.vieira@ufla.br

Rodrigo Corrêa Teixeira
Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial e Professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduado em História pela mesma universidade, Brasil
rteixeira@pucminas.br

No Brasil, o campo de estudo das Relações Internacionais é ainda marcado por um baixo engajamento com pesquisas de campo como metodologia de investigação capaz de abranger diversas técnicas de coleta de dados, e a partir da qual a interação entre pesquisador/a, desenho de pesquisa e sujeito/s participante/s da pesquisa organiza-se de maneira ativa. Há uma ampla produção de pesquisas qualitativas, e, em menor número, quantitativas, que são construídas a partir de dados documentais ou secundários. Há, da mesma maneira no Brasil, uma relutância da disciplina em reconhecer que as relações internacionais não são feitas apenas entre e por Estados nacionais, ou mesmo organizações internacionais, mas igualmente por indivíduos, coletivos, etnias, entidades econômicas, grupos minorizados, entre diversos outros atores não-estatais, que continuam a figurar no campo da marginalidade dessa área do saber. Esse silêncio contribui para a perpetuação das teorias realistas e liberais como principal fonte de conhecimento nas RI's, ao passo que promove a marginalização de epistemologias fundadas em outros pontos de partida do conhecimento (Ackerly; True, 2008).

A Ciência Política, por sua vez, ancorada em perspectivas quantitativas de pesquisa, distanciou-se de seus sujeitos de pesquisa para construir investigações "neutras" e que demonstrem em números as escassezes, insuficiências e deficiências políticas no Brasil, transformando indivíduos em números estatísticos. Tanto pesquisadores das RI's, quanto da CP, conduziram-se em direção à "neutralidade do pesquisador/a", fomentando a ideia do distanciamento e reproduzindo diferenças de poder entre pesquisador/a e sujeito participante da pesquisa, tão criticadas pelas feministas de RI que defendem pesquisas empenhadas em evidenciar o silêncio, a diferença, a opressão, as hierarquias e o poder das epistemologias excludentes (Ackerly; True, 2008).

Tendo essas questões em mente, e trabalhando para a construção de uma disciplina de Ciência Política e de Relações Internacionais que revejam suas perspectivas epistemológicas para melhor incluir os sujeitos até aqui marginalizados por ambas, este Dossiê tem como objetivo promover perspectivas metodológicas que, alinhadas com perspectivas epistemológicas e teóricas críticas, tenham como propósito transcender binarismos recorrentes como Ordem e Anarquia, Guerra e Paz, Homem e Mulher, Desenvolvido e Subdesenvolvido, Sociedade e Estado, entre outros, através de técnicas metodológicas que valorizem e ouçam o que os sujeitos participante da pesquisa têm a dizer.

Assim, a pesquisa de campo é vista neste dossiê como um tipo de pesquisa em que o/a pesquisador/a participa, cumprindo as tarefas de observar, registrar (Burgess, 2006), participar e dialogar com aqueles/as cujas vidas estão sendo examinadas na pesquisa. Logo, pensa-se a pesquisa de campo como uma forma mais próxima de relação entre o pesquisador

e o pesquisado que permite captar a subjetividades que não são facilmente detectadas em pesquisas quantitativas. Neste sentido, a subjetividade encontra um espaço central na pesquisa, pois permite que o indivíduo seja reconhecido epistemológica, política e socialmente. Dessa forma, as pesquisas de campo são reconhecidas como uma forma de compreender de maneira aprofundada a agência dos sujeitos pesquisados, suas capacidades, potencialidades, suas posições políticas, sociais e a maneira com que esse indivíduo se percebe em relação ao meio onde vive.

No ensaio apresentado por Castro para este dossiê, o autor busca elencar uma série de reflexões críticas a respeito da pesquisa de campo nas Relações Internacionais. Castro parte de suas experiências de pesquisa e elabora seu argumento a partir das práticas de campo desenvolvidas durante o seu doutorado. O autor leva em consideração práticas éticas que minimizam ou mesmo eliminam dinâmicas de expropriação de saberes tão comuns em algumas áreas das Ciências Humanas.

O artigo escrito por Cassius e Assis traz o trabalho de campo na prática. Através de entrevistas com pastoras pentecostais as autoras iniciam um amplo debate que envolve a liderança feminina religiosa no campo do pentecostalismo de Goiânia. O artigo das autoras, situado na disciplina de Ciência Política, apresenta as vantagens e dificuldades para o estabelecimento do campo em contextos tão diversos como o pentecostal.

Arruda, Caixeta e Macêdo trazem, no campo das entrevistas semiestruturadas, uma investigação a respeito dos falantes de língua espanhola no Brasil. O ponto central do artigo é demonstrar as oportunidades e desafios de integração desse grupo linguístico específico.

Galhera traz em seu artigo um estudo sobre as campanhas internacionais sobre os direitos trabalhistas e as limitações de suas aplicações locais. A autora realiza seu campo em uma transnacional estadunidense instalada no México e busca evidenciar a ação dos movimentos sociais e das instituições nacionais para lidar estrategicamente com as relações de trabalho na região.

Silva e Teixeira escrevem a respeito da multiescalaridade de fenômenos culturais usando como campo do estudo o nicho do Heavy Metal em Belo Horizonte. Os autores realizam uma etnografia e uma netnografia para verificar possíveis conexões entre redes globais articuladas com a cena do Heavy Metal em Belo Horizonte.

Soares e Pereira escrevem sobre o uso da etnografia nas Relações Internacionais. O artigo debate a respeito da subutilização da etnografia como um método da disciplina das Relações Internacionais. Neste artigo, os autores oferecem uma ampla gama de contribuições que o método etnográfico pode trazer para a disciplina.

Castilho desenha um panorama a respeito das metodologias de campo para as Relações Internacionais. O autor faz um levantamento bibliográfico da literatura que aborda

o trabalho de campo e as Relações Internacionais para organizar caminhos possíveis para se trabalhar a pesquisa de campo dentro da disciplina.

Paula e Vieira escrevem sobre os sinuosos caminhos da etnografia como um método das Relações Internacionais. Os autores ponderam a respeito dos custos do trabalho de campo, as distâncias epistêmicas entre pesquisador e pesquisado, bem como a dificuldade do trabalho de campo no contexto de Relações Internacionais, uma área sempre voltada para pesquisas sobre guerras, organizações internacionais e diplomacia. Ou seja, campos de pesquisa muito circuncisos a instituições e pesquisadores com maior acesso na área, o que a torna excludente para pesquisadores que não possuem recursos financeiros ou ainda não possuem extensão curricular para pleitear grandes bolsas de pesquisa.

Lanza, por sua vez, escreve sobre o papel de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico na cooperação global para a mudança climática. A autora utiliza do método de estudo de caso para a investigação de cinco casos e conclui que existe uma cooperação ativa e a interdependência entre esses países, contudo, ainda baseadas em um contexto de assimetria.

Tampieri apresenta um estudo de caso que explora a internalização do Acordo de Paris por municípios brasileiros, utilizando o caso de Belo Horizonte. Neste sentido, o autor investiga nas políticas climáticas de Belo Horizonte instrumentos de governança, evidenciando de que maneira podem estar alinhados ou não ao Acordo de Paris.

REFERÊNCIAS

ACKERLY, Brooke. TRUE, Jaqui. Reflexivity in Practice: Power and Ethics in Feminist Research on International Relations. **International Studies Review**. Vol. 10, pp. 693-707, 2008).

BURGESS, Robert G. **In the Field**: An Introduction to Field Research. Routledge, New York, 2006.

CONJUNTURA INTERNACIONAL
PUC Minas

ANCORANDO RI ATRAVÉS DE COMPROMISSOS ANTIRRACISTAS E PÓS/DECOLONIAIS: UMA ABORDAGEM CONTRA-HEGEMÔNICA AO TRABALHO DE CAMPO

Grounding IR Through Antirracist and Post/Decolonial Commitments: A Couter-hegemonic Approach to Fieldwork

Anclar RI A Través de Compromisos Antirracistas y Pós/Decoloniales: Un Enfoque Contrahegemónico al Trabajo de Campo

Luciano Rodrigues Castro
Doutor em Direitos Humanos pelo PPGIDH-UFG, com período sanduíche como Visiting Researcher no Departamento de Sociologia de Durham University, Brasil
ro.luciano88@gmail.com

RESUMO

Este ensaio apresenta reflexões críticas sobre o trabalho de campo para o campo disciplinar das Relações Internacionais e da Política Global. Partindo de minhas experiências de pesquisa durante o doutoramento, o texto se esforça numa tradução das práticas que me auxiliaram a fabricar o trabalho de campo como algo que fosse além da coleta de dados convencional para empreendê-lo como uma prática horizontal de engajamento ético e político. O objetivo é argumentar que o pesquisador pode romper com tradições extrativistas de conhecimento ao adotar uma postura declaradamente antirracista, pós/decolonial e antipatriarcal. Ao situar a construção de saberes no dialogismo e no compromisso social, o trabalho de campo deixa de

Dossiê recebido em: 13 abr. 2025 | Aceito em: 12 abr. 2026.

ser um simples instrumento técnico para tornar-se um espaço de resistência e de legitimação de epistemologias marginalizadas.

Palavras-chave: Pós/Decolonialidade, Antirracismo, Metodologias Críticas.

ABSTRACT

This essay presents critical reflections on fieldwork within the disciplinary field of International Relations and Global Politics. Drawing from my research experiences during my doctoral studies, the text strives to translate the practices that helped me craft fieldwork as something that goes beyond conventional data collection, undertaking it instead as a horizontal practice of ethical and political engagement. The objective is to argue that researchers can break away from extractivist traditions of knowledge by adopting a declaredly anti-racist, post/decolonial, and anti-patriarchal stance. By situating the construction of knowledge within dialogism and social commitment, fieldwork ceases to be a mere technical instrument and becomes a space of resistance and the legitimation of marginalized epistemologies.

Keywords: Post/Decoloniality, Anti-racism, Critical Methodologies.

RESUMEN

Este ensayo presenta reflexiones críticas sobre el trabajo de campo para el campo disciplinar de las Relaciones Internacionales y la Política Global. Partiendo de mis experiencias de investigación durante el doctorado, el texto se esfuerza en una traducción de las prácticas que me ayudaron a fabricar el trabajo de campo como algo que fuera más allá de la recolección de datos convencional, para emprenderlo como una práctica horizontal de compromiso ético y político. El objetivo es argumentar que el investigador puede romper con las tradiciones extractivistas de conocimiento al adoptar una postura declaradamente antirracista, pos/decolonial y antipatriarcal. Al situar la construcción de saberes en el dialogismo y en el compromiso social, el trabajo de campo deja de ser un simple instrumento técnico para convertirse en un espacio de resistencia y de legitimación de epistemologías marginalizadas.

Palabras clave: Pós/Decolonialidad, Antirracismo, Metodologías críticas.

1 INTRODUÇÃO

Já faz algumas décadas, os métodos e técnicas originariamente antropológicos passaram a integrar (ainda que de forma marginalizada) o repertório da disciplina de Relações Internacionais/Política Global. Como forma de "ancorar" a teorização e práticas de pesquisa, as maneiras de executar e conceber o trabalho de campo foram múltiplas, mas geralmente estiveram ligadas a perspectivas críticas como os estudos de gênero ou as abordagens decoloniais. Inserido nesta última tendência, o presente ensaio apresenta considerações sobre a prática do trabalho de campo em Relações Internacionais advindas de minhas experiências com o mesmo durante pesquisa de doutorado com o Movimento Mães de Manguinhos, especialmente no que concerne a construção de uma abordagem decolonial, antirracista e antipatriarcal para o mesmo. Como afirma Débora Quintela:

> O Mães de Manguinhos foi constituído entre o fim de 2014 e o início de 2015, por duas mães cujos filhos foram mortos por policiais na favela onde nasceram e foram criados – Manguinhos. Hoje, o grupo conta com a participação de algumas outras mães de vítimas na mesma comunidade e com o apoio do Fórum Social de Manguinhos, da Rede, da Anistia Internacional e da Justiça Global.

Figuras significativas do ativismo antirracista brasileiro, as representantes públicas do Movimento viajam o Brasil e o mundo, denunciando, onde podem, a violência policial de que suas famílias foram vítimas e as engrenagens racistas brasileiras. Neste contexto, a pesquisa de doutorado da qual este ensaio origina-se busca dimensionar o ativismo digital do Movimento Mães de Manguinhos como exercício de *worlding*[1], procurando dar sentido a este ativismo comunicativo através dos processos cotidianos e discursivos por meio dos quais disputa-se a legitimidade das práticas de securitização do cotidiano de favelas do Rio de Janeiro, como aqueles trazidos à vida durante a realização de Mega-Eventos na década de 2010. Partindo da concepção de que a política global é cerzida tanto no cotidiano como nos espaços oficiais (Agathangelou; Ling, 2009), a opção pela etnografia digital mostrou-se uma estratégia para entender os pontos de entrecruzamento entre vivências off-line e suas tradução para plataformas digitais (Instagram e Facebook). Igualmente, buscou atender a um

[1] Worlding, como nos lembram Anna Agathangelou e L. H. M. Ling, "(...) apresenta a política mundial como um local de múltiplos mundos. Estes se referem às diversas e concorrentes formas de ser, saber e se relacionar que nos foram transmitidas por gerações anteriores. Histórias, línguas, mitos e memórias institucionalizam e corporificam múltiplos mundos por meio de simples atos diários como cozinhar e comer, cantar e dançar, brincar e jogar, mas também por meio de eventos maiores como comércio, desenvolvimento, conflito e guerra. O Worldism registra não apenas a "diferença" que advém de múltiplos mundos (ver Inayatullah e Blaney 2004), mas também os seus entrelaçamentos. Os Eus e os Outros reverberam, produzindo multi e trans-subjetividades que nos deixam legados de reforço e conflito, reconstrução e crítica, reconciliação e resistência. Tais engajamentos sincréticos desmentem oposições e contradições aparentes entre múltiplos mundos para revelar suas conexões subjacentes, apesar dos violentos apagamentos da hegemonia".

tradicional requisito do Movimento: aquele que demandava pesquisadores presentes e aliados ao Movimento, capazes de interagir de forma não extrativa.

Tal conduta não-extrativa esteve, desde o princípio, transversalizada pelo desafio de, como homem gay branco, não reproduzir os processos espoliantes da *branquitude*. O desafio era duplo: evitar, por um lado, a ficção do **sujeito branco** (Luciano Castro, homem, branco, gay, classe trabalhadora, pesquisador, CPF nº...), essa figura que reproduz a demanda por coerência e racionalidade de que as filosofias pós-estruturalistas e certas vertentes dos feminismos negros nos ensinaram a desconfiar e em que, hegemonicamente, continua-se a apostar; por outro, evitar as forças profundas que ainda são capazes de articular a *branquitude* como "(...) uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições (...) para outros" (Bento, 2022, p. 15).

O desafio foi encarado de frente ao longo de toda pesquisa. Aprendi, dialoguei, troquei, errei, me dispus a ouvir, tanto quanto fui indagado por quem queria ouvir e conversar. As Mães de Manguinhos me ensinaram, através das práticas de acolhimento e afetividade que a todos estendem (inclusive aos pesquisadores com quem colaboram), que o binarismo não é ferramenta heurística, mesmo em um mundo marcadamente assimétrico. Como, em outro contexto, teorizou a feminista chicana Elizabeth Martínez:

> Não precisamos de mais competição entre diferentes grupos sociais pela medalha de ouro de "Mais Oprimido". Não precisamos de mais comparações de sofrimento entre mulheres e negros, deficientes e gays, adolescentes latinos e idosos brancos, ou o que for. **Buscar alguma hierarquia de opressão nos leva a becos sem saída onde jamais encontraremos a conexão entre as diferentes opressões e como superá-las** (Martínez, 2017, p.33; destaque próprio).

O desafio de não reproduzir violências racistas foi, **durante o diálogo**, um desafio de desaprender a universidade. Se a branquitude precisa ser lida como sistema, foram antes dos espaços e protocolos acadêmicos por meio das quais ela se manifesta de que precisei, em alguma intensidade, me desfazer. Assim aprendi o valor do ensaio, este gênero em desuso, já que desfeito da necessidade (branca, masculina e cis-héterocentrada) dos "fatos" que se opõem à "teoria". Assim aprendi a questionar a relevância dos "métodos" e "metodologias" como mediadores da pesquisa, já que sua genealogia é muito próxima e imbricada nos processos políticos de espoliação e objetificação que, ainda hoje, estruturam um mundo assimétrico. Assim, acima de tudo, aprendi a escrever sem compromisso com o pensamento categórico – aquele que precisa de objetivos, fios condutores capazes de garantir "coerência",

conceitos articulados como uma armadura, metodologias que destrinchem “fatos” etc. – para reviver a força da narrativa enquanto forma de articulação.

A opção por produzir este trabalho de forma narrativa vem, em primeiro lugar, de algo que aprendi com minhas interlocutoras. A partir da valorização dos nomes e histórias de vida de seus filhos como resistência à sua transformação em dados, o valor político e epistemológico da narração me chamou a atenção. Em segundo lugar, o elemento narrativo foi uma forma de rejeitar, *via ensaio*, as políticas hegemônicas da escrita acadêmica, revelando-se uma estratégia *cuir/queer* à coerência do sujeito (Halberstam, 2020). Tal escolha posiciona-me, assim, como alguém cujas escolhas também tornam a pesquisa contingente.

Se há diversas formas de narrar (inclusive aquelas francamente coloniais), minha escolha é por uma narrativa que rejeita a linearidade, pois articula vivências e personagens, tempos e corpos, a partir de pontos de interrogação. Interrogar é, parece-me, uma forma poderosa de conhecer, pois “(...) não fala na linguagem da ação e do momento, mas, ao contrário, se articula nos termos da evasão, da recusa, da passividade, do deixar de ser, do desfazer-se” (Halberstam, 2020, p.277). Interrogar me recoloca no ponto de encontro com minhas interlocutoras, ciente de nossas (múltiplas) assimetrias, ciente de minha capacidade de violentar, ávido pelo poder epistêmico das conexões entre diferentes opressões de que fala Martínez (2017), sem buscar qualquer redenção ontológica que reponha este encontro numa ficção salvacionista. Como Jota Mombaça, aposto, *via ensaio narrativo,* “(...) na hipótese de que não é na plenitude ontológica, mas na multidão de estilhaços que se produz a possibilidade de um outro modo de existência em conjunto (...)” (Mombaça, 2021, p.23). Pela força desta composição opaca (T., 2020), busco formas não miméticas de saber o mundo que sejam, concomitantemente, antirracistas, antipatriarcais e decoloniais.

Trabalhando com a abordagem encampada por autoras e autores como Nilma Lino Gomes (2018) e Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2018), procuro fazer convergir os estudos étnico-raciais e a decolonialidade a partir

> (...) de uma definição ampla de decolonialidade, (...) a fim de apreendermos os processos de resistência e luta das populações afrodiaspóricas (...). Dito de outra maneira, mesmo que a decolonialidade possa ser entendida num sentido restrito, tal qual elaborado pelo grupo de investigação da modernidade/colonialidade (Escobar, 2003), optamos por um sentido amplo, que abarca a longa tradição de resistências das populações negras e indígenas (...) (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2019, p.9).

Neste sentido, tomarei aqui os saberes desenvolvidos por atrizes/atores sociais dos movimentos negros brasileiros como forma de descolonização dos saberes. Especificamente, a partir de meu engajamento com os saberes do Movimento Mães de Manguinhos, produzo as considerações deste ensaio.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TRABALHO DE CAMPO

Ainda que não tenha sido o primeiro a "ir a campo" para elaborar leituras etnográficas, Bronislaw Malinovski foi o primeiro autor clássico da antropologia a sistematizar a mobilidade *enquanto método*. Em linhas gerais, como nos apresenta José Guilherme Magnani, a proposta consistia em "deslocar-se até o povo escolhido para o estudo, permanecer junto a ele por um período continuado de tempo, participar da vida cotidiana e utilizar a língua nativa para melhor observar e descrever sua dinâmica" (Magnani, 2015, p.104). Sintetizada nestas poucas linhas, há uma dinâmica de (des)encontro que não pode ser separada de dinâmicas de poder. Ouçamos o próprio Malinowski:

> Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barca que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista (...). Suponhamos, além disso, que você seja apenas um principiante, sem nenhuma experiência, sem roteiro e sem ninguém que o possa auxiliar – pois o homem branco está ausente ou, então, não se dispõe a perder tempo com você. Isso descreve exatamente minha iniciação na pesquisa de campo, no litoral sul da Nova Guiné. (Malinowski, 1978, p.19).

Escolho começar por Malinowski pela óbvia razão de que, ainda hoje, o que se faz sob a rubrica *trabalho de campo* continua tributária, em alguma medida, do que o autor fabricou enquanto método para a disciplina da antropologia (método que, mais tarde, se generalizaria como abordagem para diversas disciplinas). É, contudo, sempre um desafio iniciar um ensaio acerca de uma temática tão transversal. Não apenas por trazer consigo uma gigantesca bagagem multidisciplinar, acumulada ao longo de mais de um século de formulações, mas porque tais formulações mostraram-se sempre tributárias de contextos múltiplos e atravessados por relações de poder que requerem dimensionamento microfísico e macrofísico.

Se retornamos à citação de Malinowski, podemos perceber como, a partir de suas palavras, o trabalho de campo guarda dinâmicas de visibilidade e invisibilidade. Por um lado, denota a autoridade etnográfica de um *homem branco* capaz de capturar "(...) uma experiência incontrolável" e transformá-la "(...) num relato escrito e legítimo(...)" (Clifford, 2002, p.21). O trabalho de campo é central, aqui, como fonte de legitimação: no contexto do funcionalismo positivista do autor, as descrições, os esquemas, as fotografias se tornariam práticas de *produção do fato* que continuam (hoje sob novas roupagens) presentes no trabalho de campo. Tal práxis, contudo, ganha nova vida quando lida enquanto corpo-(geo)política: conjuntos de práticas do *homem branco*, ela denota um conhecimento construído de forma "(...) incorporada, encarnada em sujeitos atravessados por contradições

sociais, ligada a lutas concretas, enraizada em pontos de observação específicos. (...)" (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 13).

Tão relevante é perceber como este mesmo homem branco ficcionaliza sua chegada. Não a vê como invasão. Não a vê como encontro. É pela sensação de solidão que Malinowski consegue fabricar sentido para o que, em um contexto radicalmente diferente, poderia ter sido construído enquanto **diálogo**.

Este projeto de trabalho de campo, ao menos em suas formulações mais grosseiramente imperialistas, patriarcais e racializadas, já não encontram substrato. Trabalhos clássicos como aqueles de Roy Wagner (2010) denunciaram a "cultura" como constructo antropológico; trabalhos como os de Rosaldo e Lamphere (1974), Henrietta Moore (1984) e Marylin Strathern (1987) colocaram em evidência o papel do gênero não apenas como estruturante de temáticas e sensibilidades antropológicas, mas dos próprios desafios de categorias universalistas como "mulher" para a prática de campo; trabalhos como o de Mark Anderson (2019) vêem colocando em evidência os fundamentos racistas da antropologia que ainda hoje não foram devidamente avaliados. Tais viradas, imbricadas no contexto político da segunda metade do século XX, colocou as humanidades diante da necessidade de redimensionar uma prática metodológica que tornou-se amplamente difundida. Tal processo, por vezes chamado de virada representativa, é avaliado por James Clifford:

> A prática de representação intercultural está hoje mais do que nunca em cheque. O dilema atual está associado à desintegração e à redistribuição do poder colonial nas décadas posteriores a 1950, e às repercussões das teorias culturais radicais dos anos 60 e 70. Após a reversão do olhar europeu em decorrência do movimento da "negritude", após a crise de consciência da antropologia em relação a seu status liberal no contexto da ordem imperialista, e agora que o Ocidente não pode mais se apresentar como o único provedor de conhecimento antropológico sobre o outro, tomou-se necessário imaginar um mundo de etnografia generalizada. Com a expansão da comunicação e da influência intercultural, as pessoas interpretam os outros, e a si mesmas, numa desnorteante diversidade de idiomas (...). Este mundo ambíguo, multivocal, toma cada vez mais difícil conceber a diversidade humana como culturas independentes, delimitadas e inscritas. A diferença é um efeito de sincretismo inventivo (Clifford, 2002, pp. 18-19).

Tal contexto, como mencionado, produziu uma série de reavaliações e questionamentos em torno das práticas de campo. Tais reavaliações são, diga-se de passagem, coetâneas às revisões críticas em RI. Chega ao arcabouço disciplinar mais ou menos ao mesmo tempo em que o clamor feminista de autoras como Cynthia Enloe (2014) passam a reverberar, nos ajudando a tomar a tomar o cotidiano como fonte para RI; no mesmo momento histórico em que autores como Anievas, Manchanda e Shilliam (2014)

começam a apontar para a presença canônica do racismo na disciplina; mais ou menos ao mesmo tempo em que pensadoras como Cynthia Weber (2016) nos estimulam a transitar pelas aporias da disciplina para encontrar caminhos *queer* por meio dos quais fluir por sua rigidez.

Tal momento, denominado por alguns como **Virada Etnográfica em RI**, "(...) deriva de um sentimento de desafeto e alienação com a distância escalar que alguns acadêmicos sentem entre suas experiências políticas vividas e o internacional geopolítico." (Vrasti, 2016, p.279). Se, como a autora aponta, tal distância é tanto afetiva quanto material, é importante destacar que esta "ancoragem" não teve direção unívoca. A disciplina de RI demonstrou apropriações que variaram. As versões mais radicais da etnografia, como aquela da autoetnografia, encontraram expressões tão profundamente interessantes quanto profundamente mal-recebidas – o exemplo mais famoso talvez seja, ainda hoje, o trabalho de Carol Cohn (2006). Em casos relativos a áreas tradicionais de pesquisa, como estudos de segurança, encontramos usos bastante conservadores, com perspectivas esquemáticas, técnicas ou utilizadas em modelos de verificação bastante tradicionais. O risco, como alerta Wanda Vrasti, é que tal abordagem "encoraje uma relação extrativista com o mundo circundante. (...)" (Vrasti, 2016, p. 275).

A versão acerca do trabalho de campo em Relações Internacionais que, até hoje, me contempla enquanto pesquisador e ativista de direitos humanos permanece sendo a de Tami Jacoby (2006). Por ser feita, em primeiro lugar, a partir de uma das contribuições mais brilhantes dos feminismos para a pesquisa em ciências sociais: a implosão radical da falácia da verdade, a celebração da parcialidade socialmente enraizada dos saberes e, com ela, do diálogo. Por ser feita, em segundo lugar, tendo em mente a especificidade de um trabalho de campo *em RI*, atento não só à inserção da pesquisa em relações globais de poder que determinam distribuições subalternizantes de visibilidade/invisibilidade, mas ao papel da pesquisa enquanto parte de um destes pólos. Por ser feita, em terceiro lugar, atenta à contingência da pesquisa, dando atenção às dificuldades trazidas pelas relações de interlocução, pelos desafios vivenciados por interlocutores, por questões relativas a financiamentos, estruturas de publicação e validação acadêmica etc. Estruturante para a abordagem desenvolvida pela autora é o diálogo.

Todas estas considerações foram centrais para o trabalho de campo que realizei. O que apresento a seguir é um esforço para pensar em quais sentidos meu trabalho de campo, declaradamente antirracista, decolonial e antipatriarcal, me colocou diante de certas possibilidades e também desafios enfrentados na contingência de uma pesquisa realizada no Sul Global. É neste sentido que procuro avançar, nas próximas seções, considerações relativas a algumas dimensões do trabalho de campo a partir do que aprendi pesquisando *com* o

Movimento Mães de Manguinhos, do Rio de Janeiro. Durante a pesquisa, buscando compreender as dimensões locais e globais de suas atividades como defensoras de direitos humanos, fui à favela buscar o global. Tomando como base o próprio território, as ativistas do movimento levam adiante mobilizações que desafiam as tradicionais compartimentalizações políticas entre local, regional, nacional e internacional e acionam processos de produção de saber que são capazes, em alguns momentos, de adicionar, e em outros de subverter o saber acadêmico acerca de direitos humanos, política ou relações internacionais.

3 O DESAFIO GLOBAL/LOCAL DE UM ENCONTRO NÃO SUBALTERNIZANTE

As possibilidades de ancoragens de um trabalho de campo são um tema recorrente e delicado. Envolvem considerações financeiras, institucionais, éticas etc. No caso de trabalhos realizados no âmbito de Relações Internacionais/Política Global, estes elementos estão transversalizados por assimetrias globais tais como a concentração de capital financeiro nos países do Norte Global, que viabilizam pesquisas bem financiadas para pesquisadores que, não raro, fazem pesquisa no Sul; concentração de capital simbólico, que coloca nas mãos de instituições do Norte Global muito da capacidade de arbitrar fatores de legitimação para publicações e fabricar critérios sobre o que constitui ou não *fieldwork*; como decorrência, capacidade de, hegemonicamente, arbitrar padrões de conduta para o campo, a relação com interlocutores, bem como de absorver e desmobilizar críticas advindas de espaços e populações tradicionalmente subalternizadas por tal contexto. Não à toa, autores como Nhemachena, Mlambo e Kaundjua, comentando as experiências antigas e contemporâneas de trabalho de campo nos países do continente africano, afirmam que:

> As noções pressupõem que os povos africanos são incapazes de conhecimento, embora, inversamente, possam dotar ricamente o mundo com "dados brutos" para a geração de conhecimento por parte de outros. As premissas subjacentes a esse argumento ainda são evidentes em pesquisas realizadas na e sobre a África pós-colonial, onde o trabalho de campo no continente só pode fornecer "dados" [e não formas de conhecimento] que são consideradas matéria-prima "bruta" para a geração de conhecimento por outros. (Nhemachena; Mlambo; Kaundjua, 2016, p.22).

Neste sentido, fazer trabalho de campo no âmbito de Relações Internacionais/Política Global requer olhar com cuidado crítico as relações de poder que podem ser estabelecidas pela pesquisa, quando relações Norte-Sul estão envolvidas na execução da investigação.

Apesar disto, é necessário complexificar o olhar e procurar perceber dinâmicas menos imediatas que aquelas envolvidas nas relações norte-sul/centro-periferia.

Se a situação no Sul Global possui diferenças em relação às do Norte, possui também semelhanças. Aqui, as dinâmicas por meio das quais escolhe-se um tema de pesquisa têm sido, recentemente, declaradamente politizadas; o engajamento com leituras críticas (que também é bastante presente, ainda que de forma diferente, no norte global) tem gerado resultados inovadores e capazes de oferecer revisões mais profundas a disciplinas das ciências sociais; os contextos institucionais e financeiros, abusivamente precarizantes, estão longe de favorecer a mobilidade do norte. Apesar disto, os engajamentos em campo ainda guardam possibilidades de subalternização não tão distantes daquelas de pesquisadores do norte que se deslocam em direção ao sul. Em localidades tão complexas como aquelas do Sul Global, onde o encontro colonial atualiza-se em contextos de descolonização política e a fabricação da diferença colonial/imperial dentro dos limites do Estado-Nação é não apenas possível como também demandada pela colonialidade do poder à lá século XXI, é preciso estar sempre vigilante em relação às possibilidades de subalternização abertas pelo trabalho de campo.

No caso de espaços pós-coloniais como o Brasil, reclamar a condição de "outro" da colonialidade redunda, não raramente, em projetos de reprodução interna dos colonialismos/colonialidades que possuem expressões políticas e epistêmicas capazes de reinventar a opressão enquanto alegam agir contra ela (Spivak, 2019). Como bem lembrou Abdias Nascimento, o Brasil é um caso paradigmático de colonialismo interno (Nascimento, 2019). Se, lendo Nascimento em conjunto com Sueli Carneiro (2023), tal colonialismo interno pode ser dimensionando como práticas físicas e epistêmicas de aniquilamento, o risco de converter o encontro etnográfico em encontro (neo) colonial é grande.

Aqueles que queremos eleger como interlocutores têm, afinal, interesse em ser "pesquisados"? O que as universidades brasileiras, em sua pluralidade, representam em suas vidas? É possível fazer um trabalho de campo sensível às necessidades daqueles com quem interagimos? As boas respostas que têm sido ensaiadas a questões como estas – tais como aquelas das etnografias colaborativas, etnografias militantes, ou mesmo da Pesquisa-Ação Participativa – têm partido de versões acerca do encontro capazes de esgarçar e redimensionar o papel da universidade e da pesquisa. O que aqui apresento procura, seguindo tais possibilidades a partir de um engajamento decolonial, pensar dinâmicas não-subalternizantes para o encontro, a partir do que tive o privilégio de construir *com* minhas interlocutoras.

Acredito que seja justo dizer que minha opção pelo trabalho de campo enquanto prática foi tanto um projeto acadêmico quanto o fruto de encontros extra-acadêmicos reiterados. Veio à vida por onde eu estava – espaço-tempo que não teve começo, meio ou

fim; evento que brotou do entrecruzamento contingente de uma série de eventos que me colocaram, durante a pandemia, em frente a uma tela de computador, onde fui transversalizado pelos afetos e pela potência da fala de Ana Paula de Oliveira, uma das co-fundadoras do Movimento Mães de Manguinhos. Ali, como em diversos outros momentos (até que eu decidisse, definitivamente, mudar a pesquisa com a qual eu fora aprovado no doutorado e passasse a pesquisar com as Mães de Manguinhos), a presença de Ana, de seus afetos, de suas narrativas, eram convites que às vezes vinham à vida de forma explícita.

Aceitar tais convite para um engajamento e optar por colocar minha trajetória de doutorado em aliança com sua luta foi um processo arriscado. Muitos dos marcadores que me transversalizam e me inserem no mundo foram capazes de me colocar numa posição de potencial violência simbólica diante de minhas interlocutoras: minha branquitude, minha posição privilegiada como pesquisador. Explorar as contingências deste encontro é o objetivo da próxima seção.

4 ENCONTROS, DIÁLOGOS, FUGA – PRÁXIS INSURGENTES PARA DESCOLONIZAR "MÉTODOS"

Pergunta-se Jota Mombaça, em outro contexto que reverbera, de certa maneira, o potencial de violências que meu encontro com as ativistas do Movimento Mães de Manguinhos guardou:

> Mas que tipo de coletividade se põe a operar no encontro de histórias de injustiças contadas de posições tão diferentes, e sempre já assimétricas? O que significa (...) insinuar um arranjo, um encontro, uma espécie de nós cujo efeito não seja o aniquilamento do caráter inassimilável de cada corpo e de suas feridas? (Mombaça, 2021, p. 23).

Guardo, como adiantado na introdução, o potencial da pergunta, menos que o interesse em uma resposta redentora. Pela pergunta, tendo em mente Mombaça, olho retroativamente e me indago: o que forjou o encontro? Qual seu potencial epistêmico? O que, no encontro, foi capaz de forjar laços?

Talvez o laço tenha se estabelecido por experiências que foram capazes de conversar: formas diferentes e, certamente, não equivalentes de subalternização (eu, um homem feito gay em um país violentamente homotransfóbico; elas, mães negras de favela colocadas em luta pela passagem forçada de seus filhos). Houve, certamente, disposição para construir um nós. De minha parte, estive comprometido, desde o começo, com uma atitude antirracista, antipatriarcal, anti-LGBTQIAPN+ fóbica e decolonial. Era exatamente contra estas dinâmicas

de poder que eu buscava direcionar minha pesquisa. Entre erros e acertos, brotou algo em cuja potencialidade acredito.

Comprometidos com "(...) uma interdependência possível de ser vivida (...)" (Butler, 2018, p.52), a pesquisa foi desde o princípio vivenciada como uma forma de aliança. Estou plenamente consciente de que, no contexto institucional do qual parto, tal aliança está sob minha direção, chancelada pelas ficções acadêmicas dosujeito de conhecimento. No entanto, atender ao convite de minhas interlocutoras sem a intenção de subalternizá-las só seria possível enquanto tal aliança forçasse os constrangimentos institucionais universitários até o limite, de forma a colocar a "(...) relacionalidade social (...)" em primeiro plano e desafiar "(...) a insuficiência das ontologias identitárias (...)" (Butler, 2018, p.50).

Fiz trabalho de campo no Brasil, mas para Pindorama. A diferença de termos é uma que procura traduzir, pelo intercâmbio de significantes, a experiência de um certo comprometimento político. Ouçamos Antônio Bispo dos Santos, quando coloca o termo **Pindorama** no centro de uma estratégia lingüística contra-colonial:

> Pindorama (Terra das Palmeiras) é uma expressão tupi-guarani para designar todas as regiões e territórios da hoje chamada América do Sul. Utilizarei alternativamente colonização afro-pindorâmica para denominar a colonização nas Américas, enquanto um exercício de descolonização da linguagem e do pensamento (Santos, 2015, p. 20).

Fazer trabalho de campo no Brasilé estar condicionado por um projeto: aquele que se expressa nas universidades, nas polícias, nos tribunais do judiciário; aquele que faz ciência com "objetos" e "objetivos", que sobe as favelas com o caveirão, que hiper-investe, sem embasamentos, os excludentes de ilicitudes. Fazer trabalho de campo para Pindorama é explorar as aporias destes projetos sistêmicos, fazendo-lhes revelar-se como a distorção ideológica das experiências, mesmo que os envolvidos se façam de surdos. É fazer coro às vozes das Mães, quando gritam os nomes de seus filhos (Johnatha, presente! Paulo Roberto, Presente!) para atualizar sua presença, utilizando cada brecha monográfica para contar suas histórias e regatar-lhes da obsessão estatística. É mostrar que a produção jurídica da verdade, mesmo diante de materialidades incontestáveis, é capaz de contorná-las a partir dos poderes sociais de legitimação/deslegitimação. Ouçamos, novamente, Jota Mombaça:

> Toda a beleza e todo respiro que existem vieram a ser apesar do Brasil. Então é para o apesar, para o terreno da força que contradiz toda brutalidade, que estas palavras fogem. Elas fogem para a beleza, mesmo que para isso tenham de passar por campos em chamas (Mombaça, 2021, p.17).

Esta fuga talvez seja o pivô que conecta, explícita e subversivamente, método e política. Caminhar rumo *ao apesar* talvez seja a maneira de traduzi-los um no outro, de forma

que não sejamos feitos instrumentos da política do método ou do método da política, mas façamos método como política (trabalho de campo para Pindorama). É preciso declarar, explicitamente, a consciência de que o método e política se traduzem um no outro. Como bem argumenta Nokuthula Hlabangane:

> (...) As metodologias derivam e aderem a um sistema de conhecimento particular, apesar das melhores intenções dos pesquisadores individuais. A própria ideia de pesquisa invoca um campo de batalha para sistemas de conhecimento concorrentes, com participantes já posicionados de diversas maneiras e ideias sobre o que constitui conhecimento credível e como obtê-lo já estabelecidas. (Hlabangane 2018, p.665).

O método, como pode ser intuído, possui uma dimensão central na legitimação/deslegitimação de versões. Através dele, diga-se de passagem, as ativistas do Movimento Mães de Manguinhos já haviam se familiarizado com o modus operandi das operações de produção da verdade universitárias. A trajetória de minhas interlocutoras com as Universidades e suas práticas de pesquisa sempre foi um tanto ambivalente. Ainda que tenham encontrado, entre seus pesquisadores, pessoas genuinamente interessadas em colaborar (aqueles interessados em cruzar, ao seu lado, os campos em chamas), os limites institucionais da Universidade como projeto hegemônico sempre despertou suspeitas.

Um dos traços que sempre me chamou atenção nos discursos do grupo foi sua posição em relação a essas instituições. Antes mesmo de decidir fazer pesquisa com elas, enquanto trabalhava como coordenador de comunicação de uma campanha de conscientização que as tinha entre suas principais interlocutoras, suas fortes declarações em relação às universidades eram notórias. Em uma das anotações que fiz enquanto assistia a uma aula aberta que elas ofereceram na UNIRIO, escrevi:

> Nota 13. Elas falaram sobre questões relacionadas à universidade. Deixam claro que não são objetos de conhecimento, mas produtoras de conhecimento e que ninguém tem mais conhecimento sobre as favelas do que aqueles que vivem lá. Elas dizem que a universidade sempre as procura, realiza entrevistas e depois vai embora, muitas vezes sem nunca mais voltar. "E o que fica pra gente?" Ressaltam que a universidade também deve começar a se preocupar em oferecer algo para eles, que estão cansadas de serem vistas apenas como fontes de trabalho e que também querem lazer (Castro, 2022).

O que acho interessante notar aqui é que não apenas as universidades brasileiras e a aliança hegemônica da qual fazem parte têm uma forma específica de lidar com os grupos que estudam, **mas que esses grupos também estabelecem discursos por meio dos quais qualificam as universidades e suas práticas**. Em diversas oportunidades, somos treinados para pensar em epistemologia, ontologia e metodologia como aspectos centrais a serem

considerados durante a pesquisa. Aquilo para que geralmente não estamos preparados, mesmo quando treinados dentro de tradições críticas, é para entender que superar a abordagem **sujeito-objeto** em relação aos nossos interlocutores implica lidar com eles como parte de um encontro, dentro do qual eles assumirão a agência, independentemente de nossas intenções.

Essa foi a primeira (e talvez a mais importante) lição que aprendi com minhas interlocutoras, e que me deixou imaginando, por um bom tempo, o que restava da teoria e da metodologia em minha práxis de pesquisa. Como evocar a teoria quando seus interlocutores exigem resultados práticos de sua pesquisa? Como proceder quando seus planos metodológicos bem elaborados são colocados sob o escrutínio constante e legítimo de quem trabalha com você?

A possibilidade que construí ao longo do caminho – muito através da sabedoria de minhas interlocutoras, que sempre enfatizaram a centralidade e a legitimidade de seus conhecimentos – foi decolonial. Como pesquisadores e/ou teóricos comprometidos com a decolonialidade – entendida como um esforço para se desvencilhar das epistemes e práticas eurocêntricas de conhecimento e, caminhando em direção às fronteiras estabelecidas pela colonialidade, engajar-se com formas alternativas de conhecimento (Mignolo, 2007) –, temos nos preocupado constantemente não apenas com as limitações do conhecimento acadêmico, mas também com a dificuldade de reinventar caminhos a partir dos quais nossas universidades, artigos, livros ou salas de aula podem adquirir significados menos violentos.

Desde a famosa pergunta de Gayatri Spivak (2010) – "Can the Subaltern Speak?" -, muito tem sido ensaiado como respostas institucionais ao desafio decolonial. O que minhas interlocutoras têm sinalizado – ressoando algumas das respostas decoloniais mais sofisticadas – foi, antes de tudo, o poder da escuta em uma relação em que os atores universitários geralmente têm status hegemônico. A decolonialidade, como práxis, só poderia ter sentido se eu começasse ouvindo. Em vez de ler autores famosos de RI e, a partir de suas teorias, começar a dar sentido à experiência de minhas interlocutoras (o procedimento no qual se baseia o próprio conceito de “enquadramento teórico”), era hora de ouvir seus conhecimentos como algo que deveria me ensinar.

Não apenas seus conhecimentos, no entanto, eram promissores para um diálogo decolonial, mas também a posição que escolheram assumir na pesquisa. Como escrevi em minhas Notas de Campo, no contexto da pesquisa:

> Eu e a Ana estávamos voltando para Manguinhos, hoje, em um Uber. Ao falar sobre minha pesquisa, houve um momento incrível em que a ouvi dizer: "Você deveria falar com a Debora, isso faria parte da pesquisa". Senti que ela estava se importando com o trabalho e estava cuidando dele, mas também senti algo maior: ela era tanto minha supervisora quanto Ulisses, na Universidade (Castro, 2024).

Tal relacionamento, é claro, não foi construído como uma escolha individual (minha ou dela), mas foi o produto de uma construção através do diálogo. Dependia do nosso compromisso mútuo. Neste sentido, pesquisar as práticas de ativismo levadas a cabo por minhas interlocutoras só se tornou possível porque, dentro de minhas limitações, eu me coloquei à disposição do movimento como um companheiro, antes de ser pesquisador. Ressignifiquei as práticas etnográficas tradicionais da escuta, observação e diálogo para aprender (primeiro como aliado do movimento e só depois como pesquisador) o que lhes oprimia nas relações políticas e epistêmicas que estabeleciam com instituições e atores sociais ao seu redor, bem como para aprender o que valorizavam como forma de humanização e insurgência.

Nossa relação foi sempre de via dupla. Cientes de que eu estava ali para colaborar, minhas interlocutoras solicitaram minha colaboração (às vezes de formas como nunca imaginei que poderia ser útil para elas). Foi particularmente rico observar como, a partir de meu tema de pesquisa – seu ativismo comunicativo em defesa de direitos humanos – discussões específicas sobre suas práticas durante entrevistas extrapolaram os limites desta técnica de pesquisa e, de alguma maneira, foram incorporados às dinâmicas imediatas de seu ativismo.

Tais processos sempre estiveram transversalizados por afetos, é importante dizer. Estamos acostumados a pensar (e aprender) sobre práticas metodológicas como técnicas frias e desencarnadas. O que eu construí – e aprendi – com minhas colaboradoras foi algo muito diferente.

5 CONTINGÊNCIAS DO DIÁLOGO

Não há conversa que seja feito num vácuo. Como explorado anteriormente, transitar pelas aporias da universidade revelou-me condicionamentos de cunho epistêmicos que condicionavam a própria concepção e execução prática do método. Contudo, a materialidade que cercou esta conversação também lhe impôs formas e limitações. O que, nessas condições, aprende-se não apenas através do diálogo, mas sobre a ele?

Pelo diálogo, aprendi que os processos (inter) nacionais/globais de apagamento a que haviam sido submetidas (e continuavam sendo submetidas) era desafiado por práticas não apenas epistêmicas, mas também afetivas: o cultivo da memória, a evocação dos nomes e dos processos de nomeação como forma de humanização, o acolhimento como forma insurgente de cuidado. Aprender o mundo por estes parâmetros demandou recentralizar os afetos como dinâmica central para qualquer prática cognitiva – como bem definiu Linda Ahäll,

"O que deve ser relevante para os estudos da política (global) é o que as emoções fazem politicamente. (...) como nos sentimos (...) em relação ao mundo já nos informa sobre como o mundo funciona (...)." (Ahäll, 2018, p.37). Não apenas as emoções de minhas interlocutoras eram centrais para saber e insurgir-se no mundo, mas também uma prática para ocupar espaços e levar adiante seu ativismo de forma humanizada.

Pelo diálogo, aprendi também a importância do enraizamento como dinâmica de pesquisa. Buscando sentidos para suas práticas comunicativas de defesa de direitos humanos a partir dos entrecruzamentos entre global, local, regional e nacional, me pareceu que a única forma de enraizar a pesquisa fosse tomando o território no qual elas ancoram suas existências e resistências como minha ancoragem. Recorrentemente, as ouvi comentarem publicamente que grandes instituições oficiais estão distantes. Ao invés de replicar tais dinâmicas, optei por buscar o global na favela de Manguinhos, antes de procurá-lo no ativismo do Movimento junto à ONU; procurei aprender sobre ele através de suas memórias, de seus eventos, de suas narrativas.

É pobre considerar tal ancoragem como um processo estritamente físico. De fato, ele foi muito mais um processo afetivo, colaborativo e viabilizado por tecnologias do que um trabalho de campo no sentido tradicional. O encontro etnográfico de que fui parte nunca se deixou reduzir, em tempos de pandemia do Covid-19, precarização, virtualização da vida e sucateamento da pesquisa no Brasil do século XXI, ao tradicional estar lá. Em versões mais tradicionais, às quais boa parte da antropologia ainda se aferra, culturas são consideradas como conjuntos simbólicos razoavelmente estanques entre os quais o antropólogo transita, enquanto tradutor.

Em um trabalho de campo em Relações Internacionais/Política Global, é fácil cair numa armadilha semelhante, especialmente ao lidar com abordagens menos críticas. O imaginário político moderno passou a ser questionado apenas recentemente. Somente nos anos 1990 emergiram robustos questionamentos como os de R. B. J. Walker (1993), apontando as deficiências de práticas e imaginações políticas radicalmente compartimentalizadas a partir de divisões estanques e binárias entre inside/outside. O engajamento com experiências marginalizadas em RI requer, na maior parte das vezes, uma abordagem tão crítica quanto aquelas que vêem colocando em questão o conceito de cultura e representação.

Pela prática da escuta, percebi que o espaço político de maior importância a ser engajado etnograficamente era o do território de Manguinhos. Era ali que eu poderia fazer sentido do que significava uma luta transnacional, mas cuja base era articulada comunitariamente, num sentido muito semelhante àquele evocado por Julieta Paredes

Carvajal (2020, p. 195): “Nós partimos da comunidade como princípio inclusivo que cuida da vida”. Não havia global sem antes haver local.

A abertura e receptividade de minhas interlocutoras, aliás, foi sintomático da própria necessidade de um saber insurgente para engajar com o internacional/global: apenas na comunidade eu encontrei oportunidades de diálogo mais amplo; na imensa maioria dos ambientes oficiais, a presença enquanto pesquisador simplesmente não era viável ou encontrava obstáculos intransponíveis para uma pesquisa tão vulnerável financeiramente.

As contingências jogaram um papel importante no processo contínuo de revisão da pesquisa (Jacoby, 2006). Se mostrou impossível sustentar um trabalho de campo de longa permanência na cidade do Rio de Janeiro. Em termos práticos, os engajamentos internacionais/globais/transnacionais não apenas ocorreram a portas fechadas (precisando, recorrentemente, ser suplementados por entrevistas), mas também esporadicamente. Não havia recursos para um trabalho de campo prolongado no Rio de Janeiro e etnografias de curta duração (Pink; Morgan, 2013) tiveram que ser feitas de maneira auto-financiadas e em momentos estratégicos.

Os recursos da etnografia virtual (Hine, 2001) e da etnografia digital (Horst; Miller, 2020) se tornaram não apenas grandes aliadas, mas, ao fim e a cabo, reorientaram a pesquisa no sentido de tomar materiais virtuais como fonte central de pesquisa. Aqui encaradas como abordagens complementares, elas remeteram a formas diferentes e complementares de utilizar o vasto material disponível digitalmente. Enquanto, a partir da etnografia virtual, buscamos valorizar o digital como um campo específico em cima do qual aplicar, adaptadamente, as técnicas etnográficas, tomamos da etnografia digital o insight de que o digital está sempre articulado às vivências “off-line”, de maneira que experiências de campo capazes de contextualizar o material digital se mostravam imprescindíveis.

Por fim, importa ressaltar que, em uma pesquisa crítica conduzida a partir do trabalho de campo, a transição do campo para a escrita não é fácil. A postura de engajamento horizontal se torna fraturada “em virtude das exigências de escrita, autoria e, finalmente, de publicação dos dados.” (Jacoby, 2006). Sair do diálogo para ocupar a posição ficcional do sujeito de conhecimento – uma ficção que, bem nos lembra Foucault, gera efeitos em termos de poder (Foucault, 2017) – pode facilmente nos colocar na posição de quem traduz o cotidiano e os saberes aprendidos no campo de forma deturpada, pelos próprios requisitos e constrangimentos institucionais que nos cercam.

Não há solução fácil para este problema. Se nenhuma tradução espelha o mundo, acredito que nossa melhor aposta, como pesquisadores, seja marcar o fato de que escrevemos a partir de um diálogo, mas que não podemos replicar o diálogo em um formato tão antiquado como o das escritas monográficas. O que escrevemos é de nossa

responsabilidade, em seus acertos e, principalmente, em suas falhas. Toda escrita final terá este caráter Frankenstein: em certos momentos, evocando os afetos e os desafios do campo; em outros, atendendo a requisitos formais das universidades e instituições de publicação.

Tão importante quanto marcar a política do campo é marcar a correlata política da escrita que ainda constringe capacidades mais abrangentes de produzir saberes insurgentes.

6 PALAVRAS FINAIS

Evitando qualquer palavra “conclusiva”, nos é exigido um ponto final.

Este ensaio apresentou reflexões sobre a prática do trabalho de campo em Relações Internacionais (RI) e Política Global, declaradamente a partir de compromissos antirracistas, decoloniais e antipatriarcais para a construção de saberes. O trabalho é fundamentado em minhas experiências de pesquisa junto ao Movimento Mães de Manguinhos, um grupo ativista antirracista brasileiro que denuncia a violência policial e o racismo no Brasil e no mundo.

Encarando o trabalho de campo como uma prática de engajamento, chamei a atenção para a necessidade de sua consideração no contexto de assimetrias globais, alertando para o risco de o trabalho de campo reproduzir uma "relação extrativista com o mundo circundante", capaz de converter o encontro etnográfico em um encontro (neo) colonial. Em um cenário de concentração de capital financeiro e simbólico no Norte Global, o desafio é evitar que a pesquisa no/do Sul Global sirva apenas para fornecer "dados brutos" para a geração de conhecimento no norte ou para replicar padrões ali fabricados.

Contrapondo-me a essas práticas, propus conceber o trabalho de campo a partir do que construí e aprendi com minhas interlocutoras. Apostando em processos de aliança e diálogo para superar a potencialidade de violência simbólica da pesquisa, apostamos num engajamento decolonial baseado na escuta, capaz de construir uma **relação** que forneça às/aos parceiras/parceiros de pesquisa os instrumentos para assumir uma posição ampliada de agência.

Por fim, destaco a importância de considerar as contingências da pesquisa. Pensá-las é reconhecer que, fundamentalmente, o trabalho de campo não é um exercício asséptico ou linear, mas sim um processo intrinsecamente moldado por fatores externos e inesperados. No contexto deste ensaio, as contingências — como a pandemia, a precarização da vida e as limitações financeiras — não foram tratadas como simples obstáculos a serem superados, mas como elementos que forçaram a própria moldagem do campo, exigindo a integração da etnografia virtual e digital.

Discutir o trabalho de campo em Relações Internacionais desafiador. Assumindo posturas críticas e desconstrutivas diante de um elemento tão prescritivo quanto *metodologias*, arriscamos chegar ao limite em que toda sua validade seja colocada em questão. Em um campo ainda tão provinciano quanto RI, que apenas agora – e com tamanha relutância e afinco à sua institucionalidade - começa a descongelar-se, apostar em engajamentos hiper-críticos (inclusive através da maneira como optamos por articular nossa escrita) talvez seja o caminho por meio do qual abrir frestas para que as potencialidades subversivas do trabalho de campo não sejam absorvidas por elementos disciplinares de normatização.

REFERÊNCIAS

AGATHANGELOU, A. M.; LING, L.H.M. **Transforming World Politics: From Empire to Multiple Worlds**. London: Routledge, 2009.

ÅHALL, L. Affect as Methodology: Feminism and the Politics of Emotion. **International Political Sociology**, Volume 12, Issue 1, March 2018, p. 36–52, 2018.

ANDERSON, M. **From Boas to Black Power: Racism, Liberalism, and American Anthropology**. Stanford University Press, 2019.

ANIEVAS, A.; MANCHANDA, N; SHILLIAM, R. (Org.). **Race and Racism in International Relations: Confronting the Global Colour Line**. New York: Routledge, 2015.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. *in:* **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a Política nas Ruas: Notas sobre uma teoria performativa da assembléia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de Racialidade – A Construção do Outro como Não Ser como Fundamento do Ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVAJAL, J. P. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. *in:* HOLLANDA, H. B. (Org). **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CASTRO, L. R. **Caderno de Campo: Pesquisa sobre o Movimento Mães de Manguinhos.** Durham/Rio de Janeiro/ Goiânia, 2024-2025.

L. R. **Notas de trabalho na campanha "Afrodescendentes Resistindo à Violência Policial"**. [S. l.], 2022. Notas tomadas durante preparação.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. *in*. CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (Org). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COHN, C. Motives and Methods: Using Multi-Sited Ethnography to Study US National Security Discourses. *In:* ACKERLY, B.; STERN, M.; TRUE, J. (Org.). **Feminist Methodologies for International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ENLOE, C. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics**. Los Angeles: University of California Press, 2014.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano**. Tabula Rasa**, Bogotá, n. 1, p. 51-86, 2003.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GOMES, N. L. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In:* BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

HALBERSTAM, J. Repensando o sexo e o gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 273-284. 2020.

HLABANGANE, N. Can a Methodology Subvert the Logics of its Principal? Decolonial Meditations. **Perspectives on Science**. vol. 26, no. 6, 2018.

HINE, C. **Virtual Ethnography**. London: Sage, 2001.

HORST, H.; MILLER, D. (Org). **Digital Anthropology**. London: Routledge, 2020.

JACOBY, T. From the trenches: dilemmas of feminist IR fieldwork. *In:* ACKERLY, B.;

STERN, M.; TRUE, J. (Org.). **Feminist Methodologies for International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LAMPHERE, L.; ROSALDO, M. (Org). **Women, Culture and Society**. Stanford University Press, 1984.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MAGNANI, J. G. C. Bronislaw Malinowski (1884-1942). *in:* ROCHA, E.; FRID, M. (Org.). **Os Antropólogos: de Edward Taylor a Pierre Clastres**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

MARTÍNEZ, E. **De colores means all of us: Latina views for a multi-colored century**. London; New York: Verso Books, 2017.

MIGNOLO, W. DELINKING: the rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the Grammar of de-coloniality. **Cultural Studies**, 21(2-3), p.449-514, 2007.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOORE, H. **Feminism and Anthropology**. University of Minnesota Press, 1984.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo –Documentos de uma Militância Pan-Africanista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NHEMACHENA, A.; MLAMBO, N.; KAUNDJUA, M. The Notion of the 'Field' and the Practices Of Researching And Writing Africa: Towards Decolonial Praxis. **Africology: The Journal of Pan-African Studies**. 9 (7): p. 1–22, 2016.

PINK, S.; MORGAN, J. Short-Term Ethnography: Intense Routes to Knowing. **Symbolic Interaction**, Vol. 36, No. 3, pp. 351-36. 2013.

QUINTELA, D. F. O movimento de mães contra a violência policial nas periferias brasileiras. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 867-890, set./dez. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/rWsqrnVsqbmGV3cdVcdn5Km/. Acesso em: 12 nov. 2025.

SANTOS, A. B. dos. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SPIVAK, G.**Can the Subaltern Speak? Reflections on the History of an Idea**. New York, NY: Columbia University Press, 2010.

SPIVAK, G. Quem reivindica alteridade? *in:* HOLLANDA, H. B. (Org). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

STRATHERN, M. An Awkward Relationship: The Case of Feminism and Anthropology. **Signs**. Vol. 12, No. 2, Reconstructing the Academy, pp. 276-292. 1987.

T., A. **Opacity – Minority – Improvisation:** An Exploration of the Closet Through Queer Slangs and Postcolonial Theory. Bielefeld: Transcript Verlag, 2020.

VRASTI, W. Etnography/autoetnography/autobiography. *in:* GUILLAUME, X.; BILGIN, P. (Org.). **Routledge Handbook of International Political Sociology**. New York: Routledge, 2016.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo, Cosac Naify, 2010.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside: international relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WEBER, Cynthia. **Queer International Relations**. New York: Oxford University Press, 2016.

CONJUNTURA INTERNACIONAL
PUC Minas

NEOCONSERVADORISMO E LIDERANÇA FEMININA: BOLSONARISMO E HIERARQUIA DE GÊNERO NO CAMPO RELIGIOSO PENTECOSTAL EM GOIÂNIA

Neoconservatism and Female Leadership: Bolsonarism and Gender Hierarchy in the pentecostal religion field in Goiânia

Neoconservadurismo y liderazgo femenino: Bolsonarismoy jerarquía de género en el campo religioso pentecostal en Goiânia

Jade Cassius
Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Mestra em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás e bacharela em Relações Internacionais pela mesma instituição, Brasil
jadecassius.jc@gmail.com

Mariana Prandini Assis
Professora na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Doutora (Ph.D.) e mestra (MPhil) em Política pela The New School for Social Research e bacharela em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
mariana.assis@unb.br

RESUMO

O artigo analisa como o neoconservadorismo, especialmente o bolsonarismo, reforça hierarquias de gênero na liderança pentecostal em Goiânia. A partir de entrevistas com

Dossiê recebido(a) em: 31 mar. 2025 | Aceito em: 19 nov. 2025.

pastoras, evidencia-se como discursos religiosos intensificam a exclusão feminina e a subordinação à autoridade masculina, revelando os paradoxos cotidianos vividos por esses líderes e suas estratégias de resistência.

Palavras-chave: Gênero, Neoconservadorismo, Bolsonarismo.

ABSTRACT

The article examines how neoconservatism and, particularly, bolsonarism reinforce gender hierarchy in the context of Pentecostal leadership in Goiânia. Based on interviews conducted with female pastors, we show how religious discourses intensify women's exclusion and subordination to male authority, revealing the everyday paradoxes experienced by these leaders and their strategies of resistance.

Keywords: Gender, Neoconservatism, Bolsonarism.

RESUMEN

El artículo analiza cómo el neoconservadurismo, especialmente el bolsonarismo, refuerza la jerarquía de género en el liderazgo pentecostal en Goiânia. A partir de entrevistas con pastoras, muestra cómo los discursos religiosos profundizan la exclusión femenina y la subordinación a la autoridad masculina, revelando las paradojas cotidianas que viven estas líderes y sus estrategias de resistencia.

Palabras clave: Género, Neoconservadurismo, Bolsonarismo.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se insere no debate sobre o neoconservadorismo religioso nas igrejas pentecostais e suas relações com as desigualdades de gênero. Embora essas igrejas promovam algum protagonismo espiritual feminino, elas também restringem o acesso das mulheres à liderança institucional, reforçando a centralidade masculina por meio de discursos morais e religiosos. Analisamos como a antipolítica de gênero bolsonarista fortalece estruturas patriarcais nas igrejas pentecostais em Goiânia, ampliando os obstáculos à participação feminina na liderança. Para isso, mobilizamos as categorias de neoconservadorismo, que articula conservadorismo moral e defesa da ordem familiar tradicional (Brown, 2006; Biroli, 2020) e de bolsonarismo, entendido como movimento que instrumentaliza o campo religioso para manter a subordinação feminina (Cunha, 2020; Pinheiro, 2022). O pentecostalismo é examinado como um campo onde estruturas patriarcais convivem com pressões por mudança social, especialmente as impulsionadas pelos feminismos (Gomes, 2023).

A literatura sugere que o elo entre religião e mulheres no pentecostalismo evangélico é marcado por uma significativa tensão. Por um lado, a ascensão das mulheres a cargos de liderança e como agentes ministeriais é vista como um fator de emancipação, "reconfigurando as fronteiras de gênero" (Miranda, 2009) e abrindo caminho para mudanças nas doutrinas e práticas religiosas. Outros estudos, contudo, apontam que as hierarquias internas das denominações pentecostais frequentemente reproduzem estruturas de poder masculinas, impondo restrições à plena atuação e à autoridade espiritual feminina (Mello, 2010).

Em diálogo com esta literatura, este artigo distingue-se por sua abordagem empírica e contextualizada das relações locais entre mulheres, política e pentecostalismo. É o primeiro a investigar as tensões vividas por pastoras pentecostais na cidade de Goiânia, capital de Goiás, inseridas em um contexto histórico marcado pelo coronelismo e estruturas oligárquicas de poder (Xavier, Lopes e Gomes, 2021). A partir da análise de entrevistas realizadas com essas lideranças locais, revelamos como os conflitos entre atuação feminina e expectativas patriarcais se agravam no cenário político neoconservador, caracterizado pela aliança Caiado-Bolsonaro e pela reafirmação de valores tradicionais nas igrejas pentecostais.

O artigo está organizado da seguinte maneira: após esta introdução, apresentamos a metodologia da pesquisa e os principais resultados. Em seguida, discutimos os achados a partir de quatro temas emergentes nas entrevistas: (i) o neoconservadorismo e a instrumentalização da religião pelo bolsonarismo; (ii) a hierarquia de gênero no pentecostalismo; (iii) a antipolítica de gênero bolsonarista nas igrejas pentecostais de

Goiânia; e (iv) a agência de mulheres evangélicas na liderança clerical. Desse modo, o estudo oferece uma contribuição importante para o debate acadêmico sobre a relação entre política, feminismos e religião, ao revelar dinâmicas simultâneas e contraditórias de perpetuação e resistência feminina em um cenário político-religioso de relevância nacional.

2 METODOLOGIA E ACHADOS DA PESQUISA

O estudo adotou uma abordagem qualitativa e, focado na análise da liderança feminina pentecostal na cidade de Goiânia, teve como principal estratégia a entrevista semiestruturada, administrada via formulário do Google e distribuída por uma das autoras e um pastor colaborador, que facilitou o acesso às participantes. O critério de seleção incluiu mulheres em posição de liderança religiosa pentecostal, atuantes ou residentes em Goiânia. A amostra correspondeu a 10 pastoras, com idades entre 34 e 66 anos, provenientes de cinco diferentes ministérios de congregações pentecostais com relevância na região.

O questionário foi composto por sete perguntas fechadas e seis abertas, que trataram das experiências pessoais das participantes, dos desafios enfrentados no exercício da liderança religiosa e da percepção sobre a influência da política na igreja. Todas as entrevistadas participaram voluntariamente e concederam consentimento informado para a utilização de suas respostas em fins exclusivamente acadêmicos. Para garantir o total anonimato e a proteção de suas identidades, utilizamos aqui nomes fictícios inspirados em figuras femininas da Bíblia (Adina, Asenate, Bila, etc.)[1].

Os dados coletados foram analisados usando o método da análise temática (Willig *et al.* 2017), observando-se as fases de familiarização com os dados, geração indutiva de códigos e construção dos blocos iniciais da análise, identificação de semelhanças e padrões e, em seguida, construção das versões provisórias dos temas. Esses, revisados e refinados após discussão entre as autoras, foram nomeados e constituem os eixos da discussão na sessão seguinte.

Das dez pastoras mencionadas, duas se identificam com a orientação política de direita: Asenate, com mais de 20 anos de experiência no ministério pastoral, e Euodia, com 15 anos de caminhada. Outras duas se posicionam politicamente à esquerda: Bila, que está há mais de cinco anos no ministério, e Zelofeade, com cerca de 15 anos de experiência pastoral. Apenas uma pastora, Hagar, com aproximadamente 10 anos de atuação no

[1] Por tratar-se de um artigo desenvolvido no âmbito de uma disciplina de Mestrado, o estudo não foi submetido à apreciação formal de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). No entanto, todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual manifestaram voluntariamente sua concordância em participar da pesquisa. O termo garante o anonimato das entrevistadas, a confidencialidade das informações fornecidas e o uso exclusivo dos dados para fins acadêmicos e científicos. Os registros dos TCLE encontram-se devidamente arquivados e podem ser consultados mediante solicitação às autoras.

ministério pastoral, declarou ter uma posição de centro político. As demais cinco: Adina (10+ anos), Dina (cerca de 10 anos), Galatia (10+ anos), Jemima (cerca de 30 anos) e Joquebede (menos de 10 anos, acompanhando o esposo pastor), afirmaram não se identificar com nenhuma posição política específica.

Em resumo, o grupo é composto por 2 pastoras à direita, 2 à esquerda, 1 ao centro e 5 sem posicionamento definido. A experiência pastoral entre elas varia de menos de 10 até 30 anos de atuação. Os dados analisados revelaram ainda que 7 das 10 participantes mencionaram diretamente o machismo ou discriminação relacionada ao gênero, enquanto 8 relataram terem enfrentado oposição em suas trajetórias. Em relação ao contexto político, 2 aludiram ao aumento da discriminação durante o governo Bolsonaro e 6 destacaram a influência da política nas dinâmicas internas das igrejas.

3 DISCUSSÃO

3.1 Neoconservadorismo

Em Reflexões sobre a Revolução na França, Edmund Burke (2014) fundamenta o conservadorismo clássico ao criticar a Revolução Francesa como ameaça às tradições, à moral e à ordem social. Para ele, mudanças devem ser graduais, e hierarquias e desigualdades são inevitáveis para a estabilidade social. Burke rejeita os ideais iluministas de igualdade e soberania popular, que considera abstrações perigosas. Seu conservadorismo tem forte componente religioso: Estado e sociedade integram uma ordem divina na qual desigualdades e propriedade privada são pilares, e transformações radicais violam essa ordem sagrada (Souza, 2016).

O neoconservadorismo contemporâneo adapta as bases conservadoras clássicas às demandas do mundo atual, reagindo especialmente aos avanços progressistas nas relações de gênero, na família e na moralidade. Seguindo a perspectiva de Wendy Brown (2006) e Flávia Biroli (2020), essa corrente defende uma ordem moral rígida e intervencionista, que articula o livre mercado ao conservadorismo religioso para conter avanços democráticos por igualdade e justiça social. Ao moldar políticas, instituições e subjetividades, o neoconservadorismo reforça a família tradicional e a ordem patriarcal como pilares de controle social.

Nas falas de nossas participantes, podemos observar como o conservadorismo religioso impõe barreiras e normas restritivas ao exercício das lideranças femininas na igreja. Asenate, por exemplo, ilustra a tensão entre o reconhecimento de sua autoridade local e a

rejeição que enfrenta em outros círculos pentecostais, evidenciando o sistema machista e dogmático que a desafia:

> Minha liderança é muito respeitada, é importante no meio que mais vivo. Agora, fora, em outros ministérios, no meio Evangélico, sim, às vezes até demais. Sou muito criticada e rejeitada por muitos (...). Sistemas dogmáticos que acabam afastando pessoas. Sabemos que o sistema é muito machista, o qual eu enfrento sem medo de estar errada. Em todos segmentos sabemos que isso é uma realidade, mas eu como mulher não deixo a desejar em nada, pois busco sempre uma preparação teológica e universitária para fazer o que faço e estar hoje onde estou. Sou muito grata a Deus, pois Ele nunca me rejeitou, ao contrário.

A experiência de Zelofeade revela uma dinâmica contraditória, em que avanços convivem com barreiras significativas. Ao afirmar ser "muito questionada" por ser mulher e reconhecer que "ainda existe muito machismo nas igrejas", ela evidencia que a liderança feminina enfrenta obstáculos estruturais, e não apenas resistências individuais. Esse machismo funciona como princípio organizador das relações religiosas, definindo espaços, condutas e critérios de legitimidade espiritual. O neoconservadorismo, ao reforçar hierarquias e papéis tradicionais de gênero, oferece sustentação ideológica às barreiras patriarcais que limitam e desvalorizam a atuação das mulheres no ministério.

O neoconservadorismo no Brasil consolidou-se nos anos 1990, impulsionado pela crise econômica que aprofundou desigualdades e favoreceu ideologias punitivas e repressivas contra grupos vulneráveis (Soares, 2019). Esse discurso foi amplificado pelos meios de comunicação e unificou setores conservadores em torno da oposição aos direitos humanos e às políticas redistributivas. A direita neoconservadora opera de forma contraditória: rejeita o Estado de bem-estar social, mas defende um Estado moral autoritário que impõe normas cristãs para preservar hierarquias sociais (Guimarães e Cruz, 2021). Esse moralismo foi intensificado por Jair Bolsonaro, que, ainda como deputado, consolidou uma agenda conservadora ao atacar iniciativas como o programa "Escola sem Homofobia", rotulado por ele como "kit gay" (Luna, 2023). Sua ascensão à presidência da república buscou imprimir às políticas públicas dinâmicas de exclusão social e manutenção de privilégios raciais e de gênero.

Tal lógica de reforço ideológico das hierarquias e exclusões de gênero é ilustrada na fala de Adina. Embora sua liderança seja aceita na congregação onde atua, ela enfrenta críticas em contextos mais tradicionais, especialmente em outras igrejas, onde as normas de gênero são mais rígidas. Sua experiência reflete diretamente a tensão entre autoridade feminina e ordem religiosa tradicional que o neoconservadorismo busca preservar e universalizar. O questionamento de sua legitimidade, vindo até de um parente, demonstra

como os dogmas neoconservadores conseguem penetrar e reorganizar as relações de poder, mesmo que Adina tenha superado as barreiras internas de sua própria igreja:

> Minhas ações não são mais questionadas na igreja onde frequento, mas sim por membros de outras igrejas evangélicas ou católicas onde as mulheres não exercem esse papel. [Um parente] é líder em uma igreja onde mulheres não podem ser pastoras, então ele não me vê como uma pastora.

Durante o governo Bolsonaro (2018-2022), o discurso conservador evangélico foi intensificado, promovendo a cisheteronormatividade e restringindo a autonomia das mulheres, sobretudo em relação aos direitos reprodutivos (Luna, 2023). A retórica cristã foi mobilizada estrategicamente para justificar políticas autoritárias, vinculando a preservação dos valores morais à defesa da família tradicional. Nesse processo, Bolsonaro resgatou práticas como a “cura gay” e “demonizou” o feminismo, apresentando-o como ameaça à ordem social e deslegitimando demandas por igualdade de gênero e participação política das mulheres e de pessoas de gêneros diversos (Luna, 2023).

Essa agenda mostrou-se eficaz ao mobilizar a base evangélica e conservadora, que passou a enxergar nas políticas do governo um mecanismo para conter pautas progressistas. A retórica presidencial, combinada à ação de lideranças evangélicas, reforçou o controle social e a manutenção da submissão feminina aos papéis tradicionais. A líder Zelofeade destaca o impacto dessa articulação ao afirmar que, “antes do governo do Bolsonaro, não havia um envolvimento da igreja na política”, revelando a expansão da influência política nas práticas religiosas. No entanto, o impacto da politização não foi uniforme, e nem todas as entrevistadas adotaram uma postura de engajamento político explícito. Dina, por exemplo, ilustra a estratégia de despolitização, ao ressaltar que em seu ministério, “Não comentamos sobre política, este é um assunto que não costumo participar. Prefiro manter a paz, afinal, nossa doutrina é de pacificadores”.

A escolha de Dina por não discutir política, justificada pela “doutrina de pacificadores”, pode ser interpretada de duas formas. Primeiro, como uma medida para evitar tensões, conflitos e divisões internas na comunidade, priorizando a unidade ou, ainda, como uma estratégia de silenciamento ou acomodação em um contexto de intensa pressão ideológica. Ao se declarar neutra ou "pacificadora", o ministério de Dina pode, inadvertidamente, permitir a infiltração não debatida dos valores conservadores e da submissão feminina, evitando o questionamento das dinâmicas de poder na igreja que o próprio neoconservadorismo reforça.

3.2 Pentecostalismo[2] e hierarquia de gênero

A influência do neoconservadorismo, intensificada no contexto político brasileiro recente, incide diretamente sobre o segmento pentecostal, um campo religioso que, apesar de sua história dinâmica, mantém estruturas hierárquicas. Embora as mulheres representem a maioria do público evangélico, cerca de 58% (Balloussier, 2020), elas enfrentam barreiras significativas para acessar cargos de liderança religiosa. Tais obstáculos se devem às hierarquias de gênero profundamente arraigadas, que desvalorizam suas contribuições e limitam sua autonomia (Machado, 2020), um cenário que o neoconservadorismo atua para consolidar.

Nas falas das líderes que entrevistamos, é evidente a tensão entre o avanço feminino nas estruturas da igreja e a resistência de setores tradicionais. Adina aponta que certas igrejas, baseadas em leituras literais das escrituras, excluem as mulheres de posições de autoridade, refletindo como as normas de gênero se manifestam no intercâmbio religioso:

> ...as outras igrejas que ainda são bastante tradicionais vejam que a mulher tem um papel muito importante em toda a sociedade, que elas podem sim auxiliar e transmitir a palavra de Deus a todos. As mulheres podem oferecer perspectivas únicas e compreensões profundas sobre questões que afetam outras mulheres, crianças e família.

A defesa que Adina faz do lugar da mulher na liderança religiosa não se funda, contudo, em uma visão politizada de igualdade de gênero, mas em uma interpretação igualitarista das escrituras. Ainda segundo ela, “Em Cristo, não há distinção de gênero quanto à capacidade de servir" (Gálatas 3:28). Todos são chamados a usar seus dons para a glória de Deus”. Essa forma de resistência, baseada na leitura literal e na tradição, é reforçada pelo relato de Hagar que, embora impulsionada por seus superiores hierárquicos, sofre resistências externas. Ela afirma que a liderança feminina, de modo geral,

[2] A expansão do pentecostalismo no século XX representou uma forma de institucionalização da religiosidade popular brasileira entre as camadas marginalizadas. Embora frequentemente visto como alienante, o informe do CELAM (1997 *apud* Lima, 1996) permite interpretá-lo como parte de um projeto civilizacional, que oferece alternativas de pertencimento religioso e social, mas reproduz lógicas coloniais ao propor a “regeneração” moral das populações periféricas por meio de normas e disciplina. Esse projeto atua sobretudo entre os mais pobres, oferecendo assistência material — alimentos, apoio financeiro e cuidados — como estratégia de fidelização e expansão. A religiosidade pentecostal se molda, assim, como resposta às transformações urbanas e socioeconômicas, oferecendo sentido e identidade a partir de um percurso de conversão e santificação (Lima, 1996). A liturgia emocional e participativa, fortalece vínculos e confere prestígio simbólico aos fiéis, sobretudo aos provenientes de contextos de exclusão. Essa estrutura possibilita mobilidade e reconhecimento dentro da comunidade, mas também funciona como mecanismo de controle, sustentado pela lógica da santificação e pela aceitação inquestionável da verdade religiosa (Lima, 1996). Assim, mais do que um fenômeno religioso, o movimento atua como dispositivo normativo e simbólico, promovendo pertencimento e ordem social, ao mesmo tempo em que reafirma hierarquias e controles morais (Lima, 1996).

> Com toda certeza é bastante questionada. Pelo fato de o ministério de Cristo ter se dado em um período onde as mulheres não eram contadas e viviam sempre às margens da sociedade. Ainda nos tratam como se vivêssemos naquela época. ...As pessoas sempre falam que não tem pastora na Bíblia.

O argumento de Hagar expõe como as estruturas patriarcais utilizam a literalidade da história bíblica para deslegitimar a atuação contemporânea da mulher religiosa. Diante desses obstáculos, as estratégias de enfrentamento mobilizadas pelas líderes demonstram um caráter predominantemente religioso e devocional. Euodia analisa as dificuldades da mulher cristã a partir da força da fé e do papel da própria religião em reconhecer o lugar que ela tem na sociedade:

> ...depende do ambiente pelas pessoas que compartilha alguma coisa conosco mas eu creio que nós já vencemos muitas barreiras como mulher não só como mulher mas como mulher cristã e vamos continuar vencendo porque quando Jesus está no barco ele é a nossa Fortaleza.

De forma similar, Asenate, ao encontrar diversas resistências, relata que sua estratégia é de cunho devocional: “Lidei com todas elas de joelho. Orando, buscando força e sabedoria para lidar com tais oposições.” A primazia da oração como forma de enfrentamento revela uma modalidade de agência ancorada na espiritualidade e na disciplina moral, em vez do embate político direto. Essa postura não deve ser vista como passividade, mas como uma forma de ação que se realiza na adesão ética às práticas religiosas e no fortalecimento subjetivo que ela produz (Mahmood, 2005). No contexto pentecostal, devoção e obediência podem funcionar como resistência simbólica, permitindo que mulheres reafirmem sua autoridade espiritual ainda que em estruturas patriarcais. Assim, sua atuação emerge também da capacidade de reinterpretar os códigos de fé, convertendo a submissão em espaço de ação e legitimidade.

A convergência entre fundamentalismo religioso e neoconservadorismo bolsonarista reforça papéis tradicionais de gênero, restringindo as mulheres ao âmbito doméstico e às funções de cuidado, o que limita seu acesso à liderança (Biroli, 2020). Um fenômeno semelhante àquele observado no campo da política institucional também se vê aqui: muitas mulheres líderes são esposas de pastores ou pertencentes a famílias influentes nas congregações (Rabay 2012; Balloussier, 2021). A legitimidade da liderança das chamadas “herdeiras” é associada ao capital religioso que herdam de outrem, por conexões familiares ou sociais. O caso de Jemima evidencia essas barreiras patriarcais: sua trajetória rumo ao pastorado levou décadas, desde a atuação em múltiplas áreas da igreja e o seminário (1978–1982) até a consagração em 1995:

> Sempre trabalhei na igreja nas diversas áreas, ensinando, evangelizando, cuidado, liderando pessoas. Também trabalhei nas áreas administrativas. Em 1978 fui para o seminário. Voltei em 1982 e continuei ajudando na igreja. Por volta de 1990, a igreja estava em setor G, onde congregava estava sem pastores, e eu fui me envolvendo, assumindo cada vez mais a liderança, de maneira que em 1995 fui consagrada a pastora. Não foi um início fácil, pois não era comum, mulher pastora e sei que mesmo até hoje ainda há muita resistência ao ministério pastoral feminino. Em 1997 vim para cidade B, para pastorear a igreja evangélica M, onde continuo até hoje. Foi uma trajetória muito difícil, mas eu sempre tive a convicção do chamado de Deus. Vivemos numa sociedade onde o sistema machista sempre se interpõe. E ainda é difícil para muitos homens e até algumas mulheres, aceitarem o pastoreio feminino. Sim enfrentei e ainda enfrento questionadores, mas também tenho visto o respeito e o reconhecimento crescer. São muitos os que me apoiam.

A longa jornada e a persistente oposição que Jemima enfrentou reforçam a tese de que a superação do sexismo estrutural requer, por parte das líderes religiosas, mais do que competência teológica ou dedicação: exige convicção espiritual inabalável e tempo para vencer a resistência institucional. Essa convicção se torna a principal ferramenta de legitimação. Bila complementa essa percepção, ao afirmar que as "mulheres são sempre colocadas em xeque, quanto sua capacidade de liderança." Seu enfrentamento à resistência se dá, em suas palavras, "sempre com muita certeza que meu chamado é de Deus." Sua fala evidencia a validação constante exigida das líderes, refletindo o sexismo que permeia ambientes conservadores e limita a plena aceitação do pastoreio feminino.

Essa dinâmica de questionamento ocorre porque, tradicionalmente, nas igrejas pentecostais, a liderança masculina, sempre associada à autoridade, predomina (Albuquerque, 2021). As mulheres são frequentemente encarregadas de funções de apoio, como cuidado, organização e coordenação de grupos de louvor. Embora importantes, essas funções não alteram a hierarquia eclesiástica, mantendo a participação feminina restrita a papéis secundários. A exclusão dos cargos mais elevados é sustentada por interpretações teológicas que, embora sejam construções culturais e não intrínsecas à fé, legitimam a subordinação (Silva, 2017). Mesmo quando alcançam o ministério pastoral, as líderes enfrentam resistência significativa, tendo suas decisões questionadas e sua autoridade desvalorizada em comparação aos homens (Albuquerque, 2021).

Em contraponto a essa resistência percebida, os relatos de Galatia e Joquebede trazem um cenário aparentemente positivo, em que ambas ressaltam o apoio que recebem em suas ações. No entanto, é fundamental interpretar esses cenários com cautela: é provável que o apoio esteja restrito aos núcleos imediatos de suas congregações, onde o trabalho delas já conquistou respeito e superou as tensões iniciais. Em ambientes mais amplos ou em interações com outras lideranças interministeriais, o contexto conservador e as normas

patriarcais que sustentam a exclusão feminina ainda podem gerar resistências não explicitadas em suas respostas, reforçando a natureza localizada do reconhecimento.

3.3 Antipolítica de gênero bolsonarista

Sob a liderança de Jair Bolsonaro na presidência (2018-2022), a articulação entre o neoconservadorismo religioso e a antipolítica de gênero se intensificou, reforçando papéis tradicionais que subordinam as mulheres à esfera familiar e limitam sua participação em espaços de poder. Esse período foi também marcado por um retrocesso institucional, evidenciado pela reestruturação do Ministério dos Direitos Humanos, que extinguiu secretarias dedicadas às minorias sexuais, aprofundando a marginalização da população LGBTQIA+, e pelo veto governamental ao uso de termos relacionados a "gênero" em discussões e documentos internacionais (Nogueira Cunha, 2020). Tais medidas simbolizavam o alinhamento do governo com uma visão conservadora e binária de gênero, promovendo políticas públicas que reforçavam papéis estereotipados de gênero, restringiam o debate sobre diversidade e igualdade, e se fundamentavam em uma narrativa de guerra cultural em nome da família tradicional (Nogueira Cunha, 2020). Larissa Pinheiro (2022, p. 163) aponta que essa "guerra contra as mulheres" se revelou em uma conjuntura política e social que reafirma o patriarcado, intensificado pelo bolsonarismo e sua aliança com forças conservadoras e reacionárias.

Para além, o discurso estatal desse período carregava identidades profundamente entrelaçadas com o neoconservadorismo religioso e o patriarcalismo. Esse discurso promovia uma divisão rígida e um certo maniqueísmo entre homem e mulher, razão e emoção, público e privado, reforçando uma visão dualista que sustenta hierarquias de gênero. Nesse contexto, a figura masculina era frequentemente associada ao espaço público, à racionalidade e à liderança, enquanto a figura feminina era relegada ao ambiente privado, à sensibilidade e ao cuidado, reproduzindo antigas estruturas patriarcais sob o manto de valores tradicionais e religiosos (Nogueira Cunha, 2020).

Esse discurso impactou não apenas a política estatal, mas a vida cotidiana de comunidades religiosas, como nossas participantes apontam. Bila, por exemplo, evidencia o uso do discurso cristão conservador como mecanismo de reforço das discriminações e hierarquias sociais no interior das igrejas. Ela observa que "sobretudo no último governo houve aumento de vários tipos de preconceito", referindo-se ao contexto do governo Bolsonaro, em que a retórica política se entrelaçou com a linguagem religiosa para legitimar exclusões e desigualdades. O discurso neoconservador, sustentado por lideranças religiosas e amplificado pelas redes sociais, reforçou estruturas patriarcais e a valorização de papéis

tradicionais de gênero, promovendo a ideia de que a mulher deveria ocupar posições de submissão e cuidado.

Paralelamente, esse mesmo discurso intensificou o preconceito contra minorias, incluindo pessoas LGBTQIA+, grupos raciais marginalizados e mulheres em posições de liderança, ampliando tensões nas congregações e comprometendo a coesão comunitária. Como resultado, as igrejas se tornaram espaços de reprodução de valores excludentes, onde a legitimação da autoridade feminina passou a ser constantemente questionada. Esse cenário demonstra como a fusão entre moralismo religioso e política neoconservadora produziu efeitos concretos na vida e na atuação das líderes pentecostais, restringindo sua autonomia e reforçando fronteiras simbólicas de gênero e poder.

O neoconservadorismo bolsonarista se opôs explicitamente às mulheres, criticando o que denominam "ideologia de gênero" como uma tentativa de controlar e reprimir mulheres e pessoas de gênero diverso (Pinheiro, 2022). Judith Butler (2024) observa que esse movimento global, impulsionado por comunidades conservadoras evangélicas e católicas, vê o gênero como uma ameaça à normatividade cisheterossexual, alegando que sua fragilidade permitiria práticas sexuais inaceitáveis. O conceito de gênero é retratado como ideologia totalitária ou demoníaca, que desafia a masculinidade e as diferenças sexuais naturais (Butler, 2024). Nas igrejas pentecostais, essa retórica reforça papéis de gênero tradicionais, limitando a autoridade das pastoras e perpetuando o patriarcado (Nogueira Cunha, 2020).

3.4 Agência de mulheres evangélicas na liderança clerical

Diante desse cenário em que discursos neoconservadores fortalecem hierarquias de gênero e restringem a presença feminina na esfera de liderança religiosa, torna-se fundamental compreender como mulheres que ocupam funções clericais constroem suas práticas. Mesmo sob pressões patriarcais e em uma estrutura eclesiástica desigual, muitas desenvolvem modos de atuação que escapam tanto à submissão quanto à oposição frontal ao patriarcado. É nesse campo tensionado, atravessado por limitações institucionais, retóricas moralizadoras e expectativas comunitárias, que a noção de agência proposta por Saba Mahmood (2005) oferece uma lente produtiva para analisar como essas líderes exercem autoridade espiritual, negociam seu lugar no ministério e reconfiguram, desde dentro, as possibilidades de participação feminina nas igrejas pentecostais.

Em Politics of Piety, Mahmood examina a experiência de mulheres muçulmanas no Cairo e demonstra que sua atuação religiosa não pode ser reduzida à reprodução passiva de normas patriarcais nem entendida apenas como resistência explícita. Essa abordagem se transpõe ao contexto evangélico, no qual inúmeras pastoras constroem trajetórias de

autoridade teológica, espiritual e comunitária, mesmo inseridas em tradições conservadoras. Suas práticas, que incluem pregação, cuidado pastoral, formação espiritual e gestão de comunidades, constituem formas situadas de ação ética e política que se desenvolvem no interior do universo religioso.

As narrativas de nossas interlocutoras pastoras evidenciam formas de agência que dialogam diretamente com essa perspectiva. Adina e Jemima exercem uma agência hermenêutica ao reinterpretar as Escrituras para legitimar a liderança feminina, enquanto Asenate mobiliza uma agência institucional ao ordenar mulheres e ampliar concretamente sua participação no ministério, atribuindo essa mudança à fidelidade divina. Dina, Hagar, Bila e Euodia revelam uma agência marcada pelo cultivo de disposições espirituais: oração, discernimento, temor a Deus e perseverança, que lhes permite enfrentar tensões sem romper com a comunidade, mas reconfigurando-a pela constância ética e pela convicção do chamado. Já Jemima e Zelofeade expressam uma agência relacional, concebendo o ministério em parceria com o esposo e redefinindo o papel feminino dentro do modelo conjugal pentecostal. Galatia, por sua vez, demonstra que a agência também pode se manifestar na legitimação plena da liderança feminina dentro da própria instituição, ao afirmar nunca ter enfrentado resistência e defender que o critério central da autoridade pastoral é a direção divina, e não o gênero. Em conjunto, essas trajetórias mostram que a agência das pastoras pentecostais se constrói não contra, mas a partir da tradição, produzindo transformações significativas por meio da devoção, da fidelidade às Escrituras e da prática cotidiana do ministério.

4 CONCLUSÃO

Este estudo investigou como o neoconservadorismo, fortalecido no Brasil a partir da década de 1990 e intensificado durante o governo de Jair Bolsonaro, encontrou nas igrejas pentecostais um espaço privilegiado para expandir sua influência. Alinhado ao discurso moralista da “família tradicional” e da cisheteronormatividade, esse movimento reforçou estruturas patriarcais já presentes no campo religioso, articulando resistência ativa às pautas progressistas de autonomia e igualdade de gênero. O governo Bolsonaro intensificou tais dinâmicas ao instrumentalizar o discurso cristão para legitimar políticas e narrativas que reforçaram o controle sobre os corpos femininos e a limitação de direitos fundamentais.

A análise empírica a partir de entrevistas realizadas com líderes religiosas em Goiânia confirma a persistência e o agravamento dessas hierarquias de gênero. Os achados revelam que o sexismo constitui uma barreira sistêmica, e não apenas episódica: sete das dez pastoras entrevistadas relataram experiências diretas de discriminação, e oito afirmaram ter

enfrentado oposição em suas trajetórias ministeriais. Bila observou um aumento dos preconceitos dentro das congregações, atribuindo-o ao discurso polarizador do último governo federal. A deslegitimação de suas vocações é, portanto, uma experiência transversal. Jemima e Zelofeade expressaram o peso das resistências institucional e histórica que impõem longas jornadas para o reconhecimento de sua autoridade; enquanto Asenate e Hagar relataram enfrentar machismo dogmático.

Entretanto, a agência dessas líderes manifesta-se de forma singular: a fé é o principal instrumento de resistência. Adina e Euodia recorrem à reinterpretação teológica para afirmar a igualdade de gênero a partir das próprias Escrituras, enquanto Asenate descreve uma estratégia de enfrentamento devocional: "Lidei com todas elas de joelho", na qual oração e disciplina espiritual se tornam fontes de força e sabedoria. Essa resistência, de natureza espiritual e ética, contrasta com a limitação do apoio institucional: embora Galatia e Joquebede relatem se sentir acolhidas em suas comunidades, tal aceitação permanece restrita ao âmbito local de suas congregações.

O estudo contribui, assim, para o debate sobre gênero, política e religião ao evidenciar uma dinâmica ambígua: de um lado, o neoconservadorismo consolida hierarquias de gênero e reforça a subordinação feminina por meio de uma retórica moralista, masculinista e de alianças políticas estratégicas; de outro, a convicção espiritual emerge como principal ferramenta de resistência e resiliência. A agência feminina não se expressa predominantemente pela militância política ou pela crítica institucional direta, mas pela reinterpretação teológica e pela prática devocional. O otimismo de nove das dez entrevistadas quanto ao futuro, mesmo diante das adversidades, revela que essa resistência, embora espiritual e silenciosa, é profunda, persistente e, exatamente por isso, pode conter algum potencial de transformação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Melina Bazan. **Mulheres Evangélicas em cargos de liderança:** estudo dos conteúdos a partir do Coletivo Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG) e o Movimento Godllywood. 2021. 75. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

BIROLI, Flávia. Introdução. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia:** disputas e retrocessos na América Latina. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 1-286.

BROWN, Wendy. **American Nightmare**: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. Political Theory, v. 34, n. 6, p. 690–714, 2006. Disponível em: http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0090591706293016. Acesso em: 13 set. 2024.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente.** Edição padrão. São Paulo: Politeia, 2019.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França.** Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo, SP: Boitempo, 2024.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 jan. 2020. Poder. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml. Acesso em: 18 nov. 2025.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Mulher pode ser pastora? Muitas igrejas evangélicas ainda resistem à ideia. **Folha de S.Paulo**. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/mulher-pode-ser-pastora-muitas-igrejas-evangelicas-ainda-resistem-a-ideia.shtml. Acesso em: 9 out. 2024.

GOMES, Ruan Fillipe da Silva. **Feminismo e patriarcado:** a subversão feminina ao patriarcado religioso pentecostal no Brasil. 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_GO_35ed6e7cbf16f584c9e07108afc47b1e -. Acesso em: 8 out. 2024.

GUIMARÃES, J.; CRUZ, C. E. C. Neoliberalismo e Ciência Política: contribuições teóricas sobre a crise da democracia. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/sec.v24.60911. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/60911. Acesso em: 8 out. 2024.

LIMA, Delcio Monteiro De. **Os Demônios Descem Do Norte**. [s.l.]: Francisco Alves, 1996.

LUNA, Naara. **Conservadorismo na política no governo Bolsonaro:** novas articulações, valores religiosos e pauta de costumes. Cultura y religión, v. 17, 2023.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 1-286.

MAHMOOD, Saba. **Politics of piety:** the Islamic revival and the feminist subject. Paperback reissue. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2005. (Anthropology; Middle East Studies; Women's Studies).

MELLO, Izabel Cristina Veiga. **Uma leitura de gênero a partir das relações de poder no pentecostalismo brasileiro.** 2010. 78 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Faculdades EST, São Leopoldo, 2010.

MIRANDA, Fernanda Honorato. **Religião e mulher:** liderança feminina no pentecostalismo evangélico. 2009. 87 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

NOGUEIRA CUNHA, Leonam Lucas. La antipolítica de género en el gobierno de Bolsonaro y sus dinámicas de violencia. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 7, n. 14, p. 49–61, 2020. Disponível em: https://revistas.usal.es/cuatro/index.php/2386-4540/article/view/reb20207144961. Acesso em: 26 set. 2024.

PINHEIRO, Larissa Souza. **Guerra contra as mulheres no Brasil:** o feminismo como arma contra o patriarcado bolsonarista contemporâneo. Orientador: Andréa Lima da Silva. 2022. 280f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

RABAY, Glória. **Mulheres na Política:** As Filhas Herdeiras e a Força do Nome da Família. IN: FERREIRA, Maria Mary. (Org.). Gênero, Política e Poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste. São Luís: EDUFMA, 2012, v. 1, p. 63-88

SILVA, Makson Ivaldo Castelo. **O processo de legitimação das funções de liderança feminina no interior das igrejas neopentecostais em Manaus.** 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

SOARES, Gabrielly Aparecida de Araújo. **O avanço do neoconservadorismo e a concepção do papel social da mulher no Brasil contemporâneo:** Uma breve análise dos significados das declarações e decisões políticas do Governo Bolsonaro e de sua Ministra Damares Alves. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. 2019, v. 16, n. 1, 2019. Disponível em: https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1410. Acesso em: 8 out. 2024.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, p. 360–377, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GqXmyVz6Ws4v9dqnfdbgXNC/?lang=pt . Acesso em: 18 set. 2024.

WILLIG, Carla; ROGERS, Wendy Stainton; TERRY, Gareth; HAYFIELD, Nikki; CLARKE, Victoria; BRAUN, Virginia. **Thematic analysis**. In: The Sage Handbook of Qualitative Research in Psychology. 55 City Road, London: SAGE Publications Ltd, 2017. p. 17–36. Disponível em: https://doi.org/10.4135/9781526405555.n2n. Acesso em: 24 out. 2025.

XAVIER, Geovanna; LOPES, Mariana; GOMES, Rafael. Goiás: o epicentro do conservadorismo no Brasil e as alternativas políticas. **Revista Movimento**, 2021.

CONJUNTURA INTERNACIONAL
PUC Minas

A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E CULTURAL DE IMIGRANTES DE LÍNGUA ESPANHOLA NO BRASIL: AS PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DOS IMIGRANTES

Socioeconomic and Cultural Integration of Spanish-Speaking Immigrants in Brazil: Perceptions and Experiences of Immigrants

La integración socioeconómica y cultural de los inmigrantes hispanohablantes en Brasil: percepciones y experiencias de los inmigrantes

Florença Amorim Cunha Borges Arruda
Universidade Federal de Goiás (UFG) – Mestranda em Ciência Política e Relações Internacionais, Brasil
floramorimborges@hotmail.com

Marília Fernandes Rodrigues de Macêdo
Universidade de Brasília (UnB) - Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Departamento de Estudos Latino-Americanos, Brasil
frmmarilia@gmail.com

Marina Bolfarine Caixeta
Universidade Federal de Goiás (UFG) - Doutora em Ciências Sociais e professora do Curso de Relações Internacionais, Brasil
marina.caixeta@ufg.br

Dossiê recebido(a) em: 30 mar. 2025 | Aceito(a) em: 11 nov. 2025.

RESUMO

Este estudo analisa como imigrantes de língua espanhola vivenciam sua integração socioeconômica e cultural no Brasil, e de que modo raça, gênero e nacionalidade influenciam essa experiência. A pesquisa qualitativa foi feita com base em entrevistas semiestruturadas e considera variáveis como qualificação profissional, nacionalidade, conhecimento do português e tempo de permanência no país, evidenciando as oportunidades e os desafios para a integração desses imigrantes.

Palavras-chave: migração internacional, integração socioeconômica, integração cultural, imigrantes de língua espanhola.

ABSTRACT

This study analyzes how Spanish-speaking immigrants experience their socioeconomic and cultural integration in Brazil, and how race, gender, and nationality influence this process. The qualitative research is based on semi-structured interviews and considers variables such as professional qualification, nationality, knowledge of Portuguese, and length of stay in the country, highlighting both the opportunities and challenges involved in the integration of these immigrants.

Keywords: international migration, socioeconomic integration, cultural integration spanish-speaking immigrants.

RESUMEN

Este estudio analiza cómo los inmigrantes hispanohablantes viven su integración socioeconómica y cultural en Brasil, y de qué manera la raza, el género y la nacionalidad influyen en dicha experiencia. La investigación cualitativa se basó en entrevistas semiestructuradas y considera variables como la calificación profesional, la nacionalidad, el conocimiento del portugués y el tiempo de residencia en el país, evidenciando las oportunidades y los desafíos para la integración de estos inmigrantes.

Palabras clave: migración internacional, integración socioeconómica, integración cultural, inmigrantes hispanohablantes.

1 INTRODUÇÃO

As transformações econômicas, políticas, demográficas e culturais intensificadas a partir da década de 1980, aprofundaram desigualdades estruturais entre as regiões do globo, e reconfiguraram a mobilidade internacional. Os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação econômico-produtiva global (Beaninger; Patarra, 2004).

Na América Latina, os deslocamentos intrarregionais refletem as contradições históricas e políticas da região, marcadas por desigualdade, instabilidade democrática e vulnerabilização social, e por isso não podem ser reduzidos à busca por "melhores condições de vida" ou à fuga de "crises humanitárias". Os movimentos respondem a variações econômicas e episódios de instabilidade política, intensificando-se nas últimas décadas com o avanço da migração Sul-Sul (Baeninger, 2018). A securitização das fronteiras no Norte global também contribui para o redirecionamento desses fluxos dentro da própria região (Baeninger; Patarra, 2004).

Nesse contexto, discutimos neste artigo alguns elementos centrais que podem caracterizar o fluxo migratório de falantes de língua espanhola para o Brasil, uma tendência que tem ganhado crescente relevância ao longo das últimas décadas. Historicamente, o Brasil tem sido um importante destino destes imigrantes, especialmente os provenientes de países da América Latina. Tais movimentações refletem não apenas conjunturas adversas, mas também estratégias sociais de enfrentamento e reconstrução de projetos de vida em um cenário regional marcado por assimetrias persistentes (Observatório das Migrações Internacionais, 2020).

A criação do Mercosul (1999) e o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte (2009), configuraram um novo marco nas dinâmicas migratórias sul-americanas. Esses instrumentos institucionalizaram mobilidades pré-existentes, facilitando a regularização. Ao garantir acesso a direitos fundamentais, o bloco reconhece a pluralidade de motivações nos fluxos intrarregionais e promove um modelo de integração com foco social e humano.

Como apontado por Sandes (2011), as migrações no Mercosul não seguem o paradigma tradicional que prioriza deslocamentos em direção ao Norte global, mas redesenham a mobilidade regional, abrindo espaço para formas de inserção social, produtiva e familiar que se conectam a um projeto mais amplo de integração. No entanto, a presença contínua de imigrantes de língua espanhola no Brasil não se traduz automaticamente em processos homogêneos de integração. Assim, a vivência desses imigrantes no país pode ser compreendida a partir da interseção de múltiplos fatores, como origem nacional, qualificações profissionais e até mesmo traços subjetivos, como a

personalidade – elementos que, por sua vez, são atravessados por marcadores de gênero, raça e etnia.

Nesse sentido, a abordagem interseccional se torna relevante ao nos permitir entender como essas dimensões se combinam e afetam a experiência de integração de imigrantes. Ela revela os desafios e as oportunidades que podem ser comuns a todos, mas podem, ao mesmo tempo, impactar diferentemente algumas pessoas por estarem condicionadas aos estereótipos e preconceitos no país de destino quanto à nacionalidade, raça-etnia e gênero.

A pergunta de pesquisa busca entender como imigrantes de língua espanhola vivenciam sua integração socioeconômica e cultural no Brasil, e de que modo raça, gênero e nacionalidade influenciam essa experiência. Nossa hipótese é a de que existem diferenças na experiência de dita integração desses imigrantes de língua hispânica que estão, sobretudo, relacionadas aos países de origem e à qualificação profissional, algo que é reforçado por marcadores sociais como raça-etnia e gênero.

Assim, este estudo busca compreender como imigrantes de língua espanhola vivenciam a sua integração socioeconômica e cultural no Brasil, e de que modo nacionalidade, raça e gênero influenciam essa experiência. Os objetivos específicos são: examinar as motivações que levaram imigrantes de língua espanhola a se estabelecerem no Brasil; identificar os principais desafios enfrentados por eles nos processos de inserção econômica (emprego, renda, reconhecimento profissional) e cultural (idioma, socialização, hábitos); analisar como marcadores sociais de diferença, especialmente raça, etnia e gênero, influenciam as oportunidades e barreiras encontradas no processo de integração e, por fim, interpretar as percepções subjetivas dos próprios imigrantes sobre pertencimento e aceitação no contexto brasileiro.

A escolha da população de língua hispânica como foco deste estudo justifica-se pela proximidade linguística com o português do Brasil e por elementos culturais compartilhados no contexto latino-americano, o que, em tese, poderia amenizar barreiras simbólicas e comunicacionais no processo migratório. O Brasil, com sua dimensão continental e relativa projeção no Sul global (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013), é percebido como destino possível por diferentes grupos da América Latina em função de dinâmicas econômicas e geopolíticas. O recorte da pesquisa, entretanto, inclui também imigrantes da Espanha, considerando o interesse em investigar o impacto dos vínculos linguísticos e culturais na comparação com os grupos regionais.

Para tanto, foram entrevistadas pessoas de diferentes nacionalidades, visando identificar diferenças e semelhanças entre os grupos nacionais. A pesquisa de campo realizada valoriza as experiências e percepções dos migrantes entrevistados e pretende

contribuir para levantar algumas questões (e categorias) quanto ao processo de integração dos migrantes no Brasil. Conforme aponta Baeninger (2018), as novas migrações Sul-Sul exigem aprofundamento empírico e teórico diante das crises contemporâneas.

Segundo Bourdieu no prefácio do livro de Abdelmalek Sayad (1998, p.12), o imigrante é esse "extraordinário analista das regiões mais obscuras do inconsciente" ao nos permitir explorar as dissimulações discursivas como na relação do Estado e nação ou nacionalidade quanto à questão de cidadania "ao considerar o Estado como uma expressão da Nação, justificam-se pretendendo fundar a cidadania na comunidade de língua e de cultura (quando não de 'raça'), como também a 'generosidade' assimilacionista, que, confiante em que o Estado, armado com uma educação, saberá produzir a Nação, poderia dissimular um chauvinismo do universal."

Essa relação entre o Outro e o Nós (Mesmo) plasmada na fronteira entre o ser e o não-ser em determinada sociedade é o que nos interessa aqui na coleta dos depoimentos de migrantes. Ela requer "acima de tudo, olhando [olhar] de perto os detalhes mais ínfimos e mais íntimos da condição dos 'imigrantes'" (Bourdieu, 1998, p. 11). Essa problematização está, certamente, marcada por um 'olhar' voltado para o Sul global na escolha das dimensões social, econômica e cultural. Assim, essa pesquisa pretende compartilhar depoimentos de imigrantes no Brasil.

A metodologia da pesquisa de campo consiste na aplicação de entrevistas semiestruturadas, realizadas por meio da ferramenta "*Google Forms*", com um total de 10 respondentes imigrantes de língua espanhola residentes em diferentes partes do Brasil, sem pretender ser representativa, mas escolhidos aleatoriamente a partir do nosso acesso aos respondentes. A escolha das entrevistas semiestruturadas se deve à flexibilidade no processo de coleta de dados, possibilitando que, além das categorias previamente selecionadas, os entrevistados pudessem expressar suas experiências e percepções de forma aberta. As categorias que habilitaram as perguntas da pesquisa direcionam questões essenciais apontadas pela literatura sobre o problema de pesquisa (Manzini, 1996).

A análise será baseada na abordagem interseccional, que se consolidou como uma ferramenta essencial para as ciências sociais contemporâneas, trazendo um olhar crítico e inovador para o estudo das desigualdades. De acordo com Fassa, Lépinard e Roca i Escoda (2016), esse conceito impulsionou novas abordagens teóricas e empíricas, ampliando a compreensão sobre como diferentes formas de opressão se entrelaçam. Ainda segundo as autoras, seu potencial crítico tornou-se indispensável tanto na pesquisa acadêmica quanto nas discussões políticas ao permitir análises mais complexas e contextualizadas das dinâmicas sociais.

A abordagem interseccional, desenvolvida por Patricia Hill Collins e Simone Bilge (2021), e pioneiramente articulada no contexto latino-americano por Lélia Gonzalez (2020), fornece lente analítica fundamental para entender as desigualdades estruturais que moldam a experiência dos migrantes de língua espanhola no Brasil. A interseccionalidade "trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras" (Crenshaw, 2002). Gonzalez (2020), ao analisar o racismo à brasileira, demonstra como opera de forma velada através de mecanismos de denegação, sendo crucial para interpretar as hierarquias raciais e nacionais no processo de integração dos migrantes entrevistados.

Este artigo, além desta seção introdutória, traz, na segunda seção, o contexto da migração de falantes da língua espanhola para o Brasil, buscando fornecer o panorama das migrações para o Brasil, mais notadamente no eixo Sul-Sul, e, na terceira seção, a análise dos dados das entrevistas, ressaltando os achados através de categorias analíticas construídas pela pesquisa.

2 O CONTEXTO DA MIGRAÇÃO DE FALANTES DE LÍNGUA ESPANHOLA PARA O BRASIL: A MIGRAÇÃO SUL-SUL

Na última década (2011-2019), os latino-americanos representaram a maioria dos imigrantes que fixaram residência no Brasil, com destaque para venezuelanos, bolivianos e paraguaios (Observatório das Migrações Internacionais, 2024). A concentração desses fluxos reforça a importância de se investigar os processos de inserção social desses grupos, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas que vão além do controle migratório, abrangendo acolhimento e garantia de direitos.

Embora o foco principal seja a imigração latino-americana, que representa as três nacionalidades mais recebidas pelo Brasil, este estudo também contempla migrantes da Espanha, visando comparar como identidade cultural, língua, raça-etnia e nacionalidade influenciam a integração. A migração espanhola para o Brasil cresceu após a crise econômica de 2008, quando cerca de 700 mil espanhóis emigraram devido ao desemprego, à precarização e à desilusão com as instituições políticas (Johanson, 2014).

Apesar dessa migração Norte-Sul, tal cenário evidencia a centralidade que o eixo Sul-Sul assumiu nos estudos e nas políticas migratórias contemporâneas. Desde o início do século XXI, destaca-se a importância de reconhecer o papel dos países do Sul global tanto como emissores quanto como receptores de fluxos migratórios. Iniciativas como o Pacto Global para Migração (2018) apontam para a urgência de construir uma governança internacional

que garanta o direito de migrar – conforme reconhecido na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 – promovendo migrações seguras, ordenadas e regulares.

Há múltiplos enfoques quanto ao fenômeno das migrações tão variados quanto aos distintos campos científicos, no entanto, como um 'fato social total' (Sayad, 1998) este fenômeno agora se desdobra em novos 'lugares de fala', dos imigrantes 'do' e 'para' o Sul global. Essa nova abordagem é essencial para desenvolver estratégias mais conectadas à realidade da acolhida e da integração. No geral, uma governança migratória alinhada ao Sul global deve considerar as experiências históricas e sociais dos grupos de migrantes e dos grupos da acolhida como base para políticas públicas. Em específico, essas políticas devem ultrapassar enfoques centrados apenas na dimensão política, da soberania estatal e na securitização das migrações.

O eixo Sul-Sul do fenômeno da migração aparece duplamente marcado na sociedade de saída, de onde o 'emigrante' pode ser qualificado, e na sociedade de origem, onde o 'imigrante' adquire uma condição. Sayad (1998, p.13) diz esta ser a maior e primeira oposição que caracteriza os inúmeros estudos, "a ordem linear segundo a qual se desenrola o movimento da emigração e de imigração, em sua dupla dimensão de fato coletivo e de itinerário individual (a trajetória e a experiência singulares do emigrante e imigrante), comanda, assim, a constituição dos diferentes temas [...]"

Aqui, o Sul global é a comunidade de destino, o Brasil, e na percepção dos imigrantes quanto ao espaço qualificado, que vai além do físico, e alcança as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. Cada uma dessas dimensões poderia ser aprofundada por diferentes teorias e ciências específicas, mas aqui estão reunidas nas diferentes categorias escolhidas, a saber: a qualificação profissional (dimensão econômica), país de origem e identidade cultural (dimensão cultural), etnia e gênero (dimensão social).

A reestruturação produtiva do Brasil, em articulação com transformações no contexto internacional, tem exercido influência significativa sobre padrões da mobilidade internacional com destino ao país. Nesse cenário, fatores como a posição geográfica estratégica, o desempenho econômico relativo e a reputação de país acolhedor têm influenciado nos fluxos migratórios no século XXI (Baeninger; Patarra, 2004). Embora o volume, a composição e a intensidade desses deslocamentos para o Brasil sejam heterogêneas, observa-se uma tendência consistente de predominância da imigração de latino-americanos, sobretudo a partir dos primeiros anos deste século.

O Brasil ocupa um papel central nas dinâmicas migratórias Sul-Sul, consolidando-se como um dos principais destinos para migrantes e solicitantes de refúgio provenientes de países da América Latina, do Caribe e da África. Não obstante, a distinção entre imigrantes e refugiados tem sido insuficiente para capturar a complexidade dos fluxos migratórios em

direção ao país. Essa questão reflete os desafios globais na definição de quem tem acesso à proteção internacional e quem é classificado como migrante econômico. Isso impacta, consequentemente, os direitos e acesso a políticas públicas (Rossa; Menezes, 2018).

No contexto das migrações Sul-Sul, a atuação do Estado brasileiro revela tensões entre avanços normativos e práticas seletivas na gestão da mobilidade internacional. A promulgação da Lei nº 13.445/2017 significou a superação do Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), instituindo um novo marco regulatório orientado pela garantia de direitos e pelo reconhecimento da migração como um fenômeno multidimensional.

No entanto, a aplicação dessa legislação convive com estratégias diferenciadas de tratamento a distintos grupos nacionais, moldadas por interesses políticos, econômicos e pela natureza das relações diplomáticas envolvidas. Ademais, a presença de elementos relacionados à cultura também assume influência significativa nesse processo de integração, como os marcadores raciais, étnicos e de gênero, influências essas que vão além das ações das autoridades públicas e são determinadas pela sociedade brasileira.

3 A INTEGRAÇÃO DOS MIGRANTES ENTREVISTADOS NO BRASIL: ALGUNS ACHADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Com base nas entrevistas realizadas, esta seção apresenta achados preliminares sobre o processo de integração socioeconômico e cultural de migrantes de língua espanhola no Brasil. As análises foram orientadas por cinco categorias: 1) *qualificação profissional*, para avaliar a experiência quanto ao impacto da experiência profissional dos imigrantes na sua integração ao mercado de trabalho brasileiro; 2) *país de origem*, para examinar como a nacionalidade influencia a aceitação social e as oportunidades econômicas dos imigrantes; 3) *etnia*, para investigar como as percepções étnico-raciais da população brasileira afetam a integração social e profissional dos migrantes; 4) *gênero,* para analisar as diferenças na experiência migratória entre homens e mulheres, incluindo os aspectos de vulnerabilidade; 5) *identidade cultural*, que considera a influência das tradições, hábitos e sotaques na formação de redes sociais e na aceitação dos imigrantes pela sociedade brasileira.

Partindo dessas categorias analíticas, a análise foi orientada pelo compromisso com a centralidade das vozes dos imigrantes, a quem damos protagonismo neste trabalho de escuta sensível (Zamora, 2021), reconhecendo-os como sujeitos ativos na produção de sentido sobre suas próprias trajetórias. A partir disso, buscamos compreender como esses fatores se articulam na conformação de trajetórias de integração socioeconômica e cultural dos imigrantes de língua espanhola no Brasil.

3.1 As pessoas imigrantes entrevistadas

A amostra da pesquisa é composta por dez imigrantes de língua espanhola, sendo três oriundos do México, dois da Venezuela, dois do Peru, um da Argentina, um de Cuba e um da Espanha.

Do total de entrevistados, oito são homens e duas são mulheres, com idades entre 29 e 56 anos. O tempo de residência no Brasil variou de 1 ano e meio a 35 anos, sendo este um aspecto analiticamente relevante, pois considera-se que a trajetória migratória é dinâmica e que a percepção de pertencimento e integração pode se transformar ao longo do tempo. Por esse motivo, a investigação buscou focar nas experiências vivenciadas nas etapas iniciais da trajetória migratória, momento marcado por maiores vulnerabilidades. O quadro a seguir apresenta o perfil sociodemográfico das pessoas entrevistadas.

Quadro 1 – O perfil das pessoas imigrantes entrevistadas

NOME (iniciais)	IDADE (anos)	PAÍS DE ORIGEM	TEMPO DE RESIDÊNCIA NO BRASIL	MOTIVO DA VINDA	RESIDÊNCIA ATUAL
J.C.	45	Espanha	11 anos e 8 meses	Casamento com brasileira	Trindade (GO)
S.T.	33	México	1 ano e 8 meses	Relacionamento	Goiânia (GO)
I.H.	47	Venezuela	7 anos	Refúgio	-
M.M.	51	México	12 anos	Vínculo familiar	-
M.B.	29	Venezuela	6 anos	Crise na Venezuela e vínculo familiar	Goiânia (GO)
D.M.	38	Argentina	11 anos	Trabalho	Goiânia (GO)
S.T.	32	México	4 anos	Trabalho e relacionamento	Belo Horizonte (MG)
A.S.	53	Cuba	1 ano e 6 meses	Refúgio	Goiânia (GO)
J.V.	56	Peru	35 anos	Estudos	Goiânia (GO)
P.S.	42	Peru	4 anos	Trabalho	Retornou ao Peru

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas para esta pesquisa (2024).

3.2 Os fatores relevantes no processo de integração socioeconômica e cultural

A análise dos motivos de migração revela uma diversidade de fatores, que vão desde razões político-econômicas, vínculos afetivo-familiares até elementos culturais da sociedade de destino. Entre os entrevistados provenientes da Venezuela e de Cuba, identificam-se motivações associadas a contextos de crise socioeconômica e instabilidade política, o que os levou a solicitar refúgio ou a buscar alternativas de sobrevivência no Brasil. No caso venezuelano, um dos migrantes possui familiares no país, o que influenciou sua decisão de mobilidade. Já os demais migrantes — oriundos do México, Espanha, Argentina e Peru — indicaram razões predominantemente pessoais: relacionamento afetivo, laços familiares, inserção no mercado de trabalho ou oportunidade de estudos. Esses migrantes não indicaram motivações diretamente relacionadas a crises estruturais em seus países de origem.

A resposta à pergunta “como foi a sua recepção ao chegar ao Brasil?” foi positiva em 100% dos casos. Entrevistados da Venezuela, Peru, Argentina, Espanha e Cuba descreveram a recepção como “muito boa”. Ou seja, mesmo sendo uma pergunta aberta, 50% dos entrevistados responderam da mesma forma.

Um dos peruanos relatou diferentes reações de brasileiros em diferentes cidades onde morou: “curiosa, acolhedora, amigável, indiferente por alguns”. Um dos mexicanos mencionou que os processos burocráticos foram simples e que as pessoas foram muito amáveis, e outro mexicano falou que a experiência foi tranquila. Um dos venezuelanos respondeu: “adaptação não teve muito impacto porque tive apoio de vários brasileiros”. Logo, nenhum entrevistado relatou uma má experiência ou uma visão negativa da recepção inicial brasileira.

As respostas indicam que, no momento da chegada, não foram observadas diferenças significativas na recepção por parte da população brasileira em função da nacionalidade dos entrevistados. Tanto aqueles em situação de refúgio quanto os provenientes de países com maior estabilidade econômica relataram experiências iniciais de acolhimento positivo.

A pergunta “como você descreveria sua interação com brasileiros em geral?” pode ser usada para complementar essa análise. Para guiar a resposta segundo o objetivo desta pesquisa, junto à pergunta foram oferecidos exemplos de interação: “xenofobia, exaltação ao estrangeiro, animosidade, inimizade...”. A pergunta foi formulada de maneira aberta, permitindo que os entrevistados elaborassem livremente suas percepções. Apenas um dos respondentes — um imigrante peruano — relatou ter vivenciado situações pontuais de xenofobia. Todos os demais descreveram interações positivas com a população local.

O relato do entrevistado espanhol sugere que a nacionalidade e a branquitude podem favorecer a recepção no Brasil. O entrevistado alegou que sentia uma exaltação ao estrangeiro e completou que, na sua experiência de quase 12 anos vivendo no Brasil, ele sente que o brasileiro é mais receptivo a estrangeiros provenientes da Europa ou dos Estados Unidos. Em sua experiência, esses grupos seriam mais bem recebidos por parte da população brasileira, o que estaria relacionado à percepção de superioridade cultural e racial atribuída a esses países.

Um grande grupo de respondentes usou adjetivos como “maravilhosa” e “legal” para descrever a interação com brasileiros, bem como “muito receptivos” e “muito gentis” para descrever os brasileiros. Entrevistados da Venezuela, Cuba, Argentina e México usaram as expressões mencionadas e tiveram apenas relatos positivos. Um mexicano e um peruano afirmaram que sentem, por parte dos brasileiros, uma curiosidade em relação a eles como imigrantes e à sua cultura. Este peruano destacou que há certa ignorância dos brasileiros em relação a alguns elementos culturais e geográficos de seu país de origem, enquanto o mexicano destacou que alguns brasileiros gostam de comentar o que sabem sobre o país dele, atitude que ele aprecia.

Quanto às dificuldades encontradas em seus primeiros meses no Brasil, a barreira linguística foi o aspecto mais frequentemente mencionado pelos entrevistados. Tal achado contraria a suposição inicial de que a semelhança entre as línguas espanhola e portuguesa seria um facilitador no processo de integração sociocultural. Dos 10 entrevistados, 8 relataram ter enfrentado dificuldades linguísticas. Ainda que a semelhança entre as línguas possa facilitar a interação com os brasileiros, quando se estabelece em um novo país de destino, a pessoa precisa compreender a língua local em sua completude, e não apenas se comunicar de forma básica, visando resolver problemas burocráticos, interpretar sentimentos e comunicar emoções em situações de tensão ou conflito, o que representa um desafio significativo quando não se domina plenamente a língua local.

Das oito pessoas que mencionaram a língua como uma das maiores dificuldades, quatro falaram exclusivamente sobre isso no campo de dificuldades. Comida e hábitos alimentares foram mencionados por três pessoas. Mais uma vez, vemos que apesar de os países não terem grandes diferenças nesse sentido (como teria com um país asiático, por exemplo), o fato de ser uma mudança de longo prazo e não apenas uma viagem de turismo ou um período temporário impactou os entrevistados. Também foram mencionadas as dificuldades de se localizar na cidade, de encontrar um local para morar, a diferença na relação com os horários, o transporte público e a burocracia.

Ao serem perguntadas como lidaram ou lidam com essa dificuldade com a língua, surgiram respostas diferentes. Uma das pessoas venezuelanas disse que se esforçava para

falar e compreender o português. Um dos peruanos mencionou que enfrentou esse desafio tendo paciência e pedindo para as pessoas falarem mais devagar. Outro entrevistado peruano afirmou que prestava atenção na estrutura da língua e nas variantes regionais. Já o entrevistado espanhol, mesmo após quase 12 anos vivendo no país e falando português muito bem, comentou que ainda encontra dificuldades em ser compreendido por algumas pessoas por causa de seu sotaque, e por isso ele fala devagar para facilitar a compreensão.

Acerca dos aspectos socioculturais, perguntamos "você sente que sua cultura é bem aceita no Brasil? Pode dar exemplos positivos e/ou negativos?". Quatro pessoas mencionaram que acreditam que sua cultura não seja muito conhecida no Brasil. O espanhol afirmou que a sua cultura não é tão conhecida, apenas alguns elementos específicos, como o futebol espanhol, especialmente devido ao peso cultural que o esporte tem no Brasil. Um dos mexicanos mencionou que apesar de os brasileiros terem uma boa percepção do México, não conhecem bem a cultura e possuem alguns preconceitos, como em relação ao narcotráfico. Outro mexicano mencionou que os clichês e estereótipos são marcantes e que existe muita desinformação. Um dos peruanos afirmou que apesar de brasileiros não conhecerem bem sua cultura e história, ele percebia muito respeito e curiosidade.

Outros aspectos mencionados foram a semelhança na gastronomia, algo relatado por uma pessoa da Venezuela e uma da Argentina. Um dos mexicanos mencionou que Brasil e México possuem mais tradições e costumes em comum que a maioria pessoas imagina, e isso une os dois países. A cubana afirmou que se sente aceita devido à empatia que existe entre os latinos. Já uma das pessoas da Venezuela disse que a aceitação da sua cultura depende, pois, segundo ela, "como muitos venezuelanos vieram para roubar ou pedir dinheiro na rua, há uma certa percepção ruim".

Quanto aos aspectos socioeconômicos, sobre "qual foi a principal fonte de renda ao chegar ao Brasil", apenas duas pessoas disseram que trouxeram dinheiro guardado para se manterem no início de sua vida no país. À exceção de uma pessoa que não quis responder à pergunta por achar particular, todos os demais respondentes disseram que encontraram trabalho e se sustentavam com o que ganhavam no Brasil desde que chegaram. Três pessoas trabalharam em restaurantes, duas davam aulas de línguas, uma era assistente administrativa e uma tinha um emprego em uma multinacional.

Para compreender os impactos da migração na trajetória profissional dos entrevistados, perguntou-se se a ocupação exercida em seus países de origem havia sido determinante para sua inserção no mercado de trabalho brasileiro. Oito dos dez participantes relataram não atuar em sua área de formação. Em seguida, foi solicitado que especificassem suas ocupações anteriores e atuais, por meio da pergunta: "Qual era a sua profissão no seu país de origem e qual você exerce no Brasil?". Apenas um entrevistado — um peruano que

migrou por motivos profissionais — afirmou exercer a mesma função em ambos os países, atuando como chefe de cozinha.

Todas as demais pessoas exercem funções diferentes daquelas que exerciam em seu país de origem. Um caso que reforça estereótipos depreciativos é o da cubana, que em seu país era pedagoga e diretora de escola, e no Brasil começou lavando pratos em um restaurante e depois, por ter conhecido um outro hispânico, dono de uma escola de idiomas, foi trabalhar lá como secretária. O estereótipo do país de origem (Cuba, tido como um país pobre e desigual) somado ao de gênero (mulher, frequentemente associada a trabalhos domésticos) fizeram com que uma pessoa estudada e com um cargo alto e respeitado em Cuba tivesse que se submeter a um trabalho braçal e, depois, a um trabalho abaixo da sua capacidade, habilitação e realidade em Cuba.

Um dos venezuelanos relatou que, apesar de ocupar uma posição de estabilidade no setor público em seu país de origem, precisou aceitar empregos de baixa qualificação ao chegar ao Brasil – inicialmente em uma lanchonete e, posteriormente, como *sommelier* – o que evidencia a complexidade das trajetórias profissionais de migrantes no processo de reinserção laboral. Embora se trate de uma experiência individual, ela permite refletir sobre como desigualdades estruturais e a percepção social associada à origem nacional podem interferir nas oportunidades oferecidas no país de destino, especialmente no contexto de fluxos migratórios provenientes de países marcados por instabilidade política e econômica.

Em contraste com os desafios enfrentados por alguns entrevistados, há casos que ilustram trajetórias de inserção profissional mais estáveis. O entrevistado espanhol relatou que, embora tenha migrado do setor de diagnóstico clínico na Espanha para a docência em língua espanhola no Brasil, sua percepção é de que seu padrão de vida permaneceu estável. De forma semelhante, um dos mexicanos — médico sanitarista e epidemiologista em seu país de origem — passou a atuar na área de comércio exterior, onde encontrou melhores oportunidades no Brasil. Esses casos sugerem que, embora nem sempre haja continuidade na área de formação, o acesso a empregos com maior valorização social e econômica pode estar relacionado a uma combinação de fatores, como nacionalidade, racialização e reconhecimento de qualificações.

A entrevistada venezuelana que possui familiares no Brasil atuava como psicóloga organizacional em seu país de origem. No Brasil, inicialmente trabalhou como assistente administrativa com remuneração equivalente a um salário-mínimo, e atualmente exerce a função de estrategista de marketing digital. Um dos mexicanos também descreveu uma trajetória marcada por mudanças: formado em ciência política, trabalhou em uma multinacional de tecnologia ao chegar ao país e, hoje, atua como chefe de cozinha especialista em culinária mexicana tradicional.

Quando questionados, por meio de pergunta fechada, se consideravam que sua nacionalidade havia beneficiado ou prejudicado sua acolhida no Brasil, todos os entrevistados responderam que a nacionalidade os beneficiou. Considerando uma abordagem interseccional, pode-se inferir que os marcadores de raça e etnia incidem nas experiencias de integração dos imigrantes. Embora a nacionalidade possa, por si só, gerar aceitação ou rejeição, ela raramente opera isoladamente: está imbricada a outros marcadores sociais, como origem étnico-racial e gênero, os quais modulam as formas de recepção e tratamento no país de destino.

No caso dos entrevistados, observou-se que nenhum deles se autodeclarou negro ou indígena, tampouco apresentava traços fenotípicos frequentemente associados a esses grupos. A relativa inserção visual em padrões hegemônicos de branquitude ou mestiçagem pode ter atenuado experiências de discriminação explícita. Tal fator pode ter contribuído para que a nacionalidade, nesse recorte específico, operasse mais como facilitadora do que como obstáculo à integração no Brasil.

Acerca da análise sociocultural, perguntamos: “como você avalia sua adaptação ao cotidiano brasileiro (exemplos: comida, hábitos, valores culturais)?”. Seis pessoas afirmaram que estão bem adaptadas e que a adaptação foi “muito boa”, “tranquila” ou “confortável”.

Em uma fala que combina percepções subjetivas com trajetória temporal, o entrevistado espanhol afirmou se sentir mais integrado e com mais conhecimento da cultura, história e sociedade brasileira. É válido transcrever suas palavras: “porém, foi difícil nos primeiros anos, já que há uma tendência de comparar o seu país de origem com o país de acolhida. Somente depois de passar essa fase, consegui me sentir mais integrado e com maior vontade de conhecer a história, os comportamentos sociais dos brasileiros...Hoje em dia, poderia dizer que estou adaptado, porém não deixo de me sentir como um estrangeiro, ainda que esteja naturalizado brasileiro”.

Nessa mesma linha, um dos peruanos disse que a adaptação foi tranquila, embora ele tenha escolhido não se integrar totalmente, por opção, mesmo após 35 anos de residência no Brasil. Um dos mexicanos alegou que a adaptação ao cotidiano local foi mais fácil que em outros países onde ele já morou, especialmente porque os brasileiros, nas palavras dele, são “abertos, comunicativos e flexíveis como os mexicanos”.

A pergunta final do questionário buscava identificar se os entrevistados já haviam sofrido algum tipo de preconceito no Brasil e, em caso afirmativo, de que natureza. A maioria relatou não ter vivenciado situações de preconceito pessoalmente. Um dos venezuelanos mencionou que, em determinados momentos, percebe que o tratam como “o estrangeiro”. O argentino, por sua vez, relatou que frequentemente escuta comentários como “ele é argentino”, embora tais observações não se aprofundem. De modo geral, infere-se a

existência de certo estranhamento diante da alteridade, mas não foram relatados episódios explícitos de xenofobia.

Um dos entrevistados mexicanos mencionou que o México é frequentemente associado ao narcotráfico no imaginário coletivo, o que pode gerar estigmas. No entanto, ele ressaltou que, em sua experiência pessoal, esse preconceito não foi direcionado a ele. Um dos peruanos também afirmou que sente que, às vezes, existe preconceito com o fato de ser estrangeiro e que isso está relacionado a más impressões deixadas por outros estrangeiros anteriormente.

Já o espanhol afirmou que ele não diria ter sofrido preconceito, mas que os brasileiros não gostam de como os espanhóis são sinceros e diretos e sente que, muitas vezes, o tenham visto como grosso ou mal-educado. Esses relatos apontam para a existência de estereótipos associados a nacionalidades específicas, que, ainda que nem sempre resultem em discriminação direta, podem afetar a forma como indivíduos imigrantes são percebidos e tratados em interações cotidianas. Tais percepções reforçam a importância de compreender os efeitos simbólicos da nacionalidade na construção das relações sociais no contexto de acolhimento.

Os entrevistados responderam às perguntas da entrevista, que se encontram em anexo, e estas foram transformadas nas cinco categorias abaixo. As categorias foram pré-estabelecidas, com base na literatura sobre o fenômeno da migração, que combinam a experiência de integração socioeconômica e cultural dos imigrantes de língua espanhola no Brasil.

3.2.1 Qualificação profissional

Quanto ao mercado de trabalho e às barreiras de inserção profissional, nota-se que a inserção dos migrantes de língua espanhola no contexto brasileiro ocorre de forma desigual. Fatores como nacionalidade, cor da pele, gênero e qualificação profissional impactam diretamente nas oportunidades econômicas desses imigrantes. As estruturas de poder não operam isoladamente, mas se reforçam mutuamente, criando hierarquias sociais que afetam diretamente as trajetórias individuais (Collins; Bilge, 2021).

As entrevistas indicam que a maioria dos imigrantes não atua em sua área de formação no país de destino. Entre os entrevistados oriundos de países marcados por instabilidade econômica, observam-se trajetórias laborais mais precárias, com inserções em postos de trabalho desvalorizados ou em setores com baixa regulamentação.

A exemplo disso, está o caso da entrevistada cubana, que em seu país era pedagoga e diretora de escola. No Brasil, inicialmente trabalhou na área de limpeza de um restaurante, e

atualmente ocupa a função de secretária de uma escola de idiomas. Ainda que tenha alcançado certa estabilidade, sua ocupação atual revela um descompasso entre sua formação e sua inserção no mercado de trabalho brasileiro.

Situação semelhante é observada no caso do entrevistado venezuelano, que anteriormente ocupava cargo técnico em uma empresa estatal e, após chegar ao Brasil como solicitante de refúgio, trabalhou em uma sanduicheria de rua. Atualmente atua como *sommelier*, uma função que, embora reconhecida, permanece distante de sua qualificação original.

Dos dez entrevistados, oito não exercem suas profissões de origem, o que aponta para os desafios de revalidação de diplomas, barreiras linguísticas e inserção em um mercado de trabalho segmentado. Tal realidade tende a ser menos acentuada entre imigrantes com maior capital simbólico e econômico, no exercício de profissões nas quais ser imigrante pressupõe uma vantagem comparativa: professor de espanhol, chefe de cozinha ou promotor de comércio exterior com o país de origem.

3.2.2 País de origem (nacionalidade)

Todos os entrevistados relataram, de modo geral, uma recepção positiva ao chegar ao Brasil. O termo "muito boa" foi utilizado espontaneamente por 50% dos entrevistados para descrever a recepção dos brasileiros e, ao menos para essa amostra de pessoas, a nacionalidade não parece ter sido um fator de exclusão social, mas tão-somente determinante para os estereótipos de origem.

O entrevistado espanhol relatou perceber, ao longo de sua permanência de mais de uma década no Brasil, uma certa exaltação ao estrangeiro, especialmente associada à sua origem europeia. Uma das entrevistadas venezuelanas mencionou que alguns brasileiros demonstram uma visão negativa sobre sua nacionalidade, relacionada ao aumento da presença de migrantes venezuelanos em situação de rua. Apesar dessas percepções, nenhum dos entrevistados relatou ter vivenciado uma recepção negativa.

Ademais, o fato de todos os entrevistados terem afirmado que a nacionalidade 'beneficiou' sua chegada ao Brasil indica a necessidade de aprofundar a investigação sobre o papel da nacionalidade, considerando abordagens que a articulem a dimensão sociopolítica e cultural reforçando a importância de ampliar o número de entrevistas e explorar outras formas de abordagem metodológica sobre o tema.

A nacionalidade, nesse contexto, constitui não apenas um dado de origem geográfica, mas um marcador político que influencia o enquadramento jurídico dos sujeitos no país de destino — como refugiados, solicitantes de refúgio ou migrantes econômicos — com

implicações diretas sobre seus direitos e sua visibilidade institucional, conforme discutem Bengochea e Saucedo (2018, p.55).

3.2.3 Raça e Etnia

O marcador de raça-etnia desempenha papel central nas oportunidades concedidas. Como demonstra Lélia Gonzalez (2020) em sua análise do racismo à brasileira, opera-se uma hierarquização racial velada que associa branquitude europeia a prestígio simbólico, facilitando acesso a ocupações qualificadas, enquanto migrantes indígenas ou afrodescendentes enfrentam barreiras (Fernando; Cardoso; Domingos, 2022) .

Essa hierarquização racial opera tanto na percepção social quanto nas práticas institucionais, moldando quem é identificado como “expatriado" ou "estrangeiro de prestígio", e quem é enquadrado nos estigmas de "trabalhador braçal" ou "imigrante ilegal". Tais dinâmicas influenciam diretamente os tipos de ocupações disponíveis, os níveis de remuneração e o reconhecimento profissional a que esses sujeitos têm acesso.

Neste estudo, nenhum entrevistado se autodeclarou negro ou indígena, resultando em ausência de relatos explícitos de discriminação racial ou étnica. Essa ausência, como aponta Lélia Gonzalez (2020) pode confirmar que a branquitude ou a mestiçagem protege certos grupos. A exceção foi um dos peruanos, que é pardo e possui características fenotípicas indígenas, e relatou episódios pontuais de discriminação em diferentes cidades, evidenciando como marcadores raciais influenciam percepções.

3.2.4 Gênero

No que tange ao marcador de gênero, observa-se que a inserção de mulheres imigrantes no mercado de trabalho brasileiro não é homogênea, nem segue um padrão único de segmentação ocupacional. Ainda que normas de gênero e estereótipos culturais influenciem o direcionamento dessas mulheres para determinadas atividades — como os setores de cuidado ou serviços em geral —, o cenário brasileiro revela uma diversidade de inserções, que não se limita majoritariamente ao trabalho doméstico ou de limpeza, como ocorre em outras regiões, notadamente na Europa e Estados Unidos, como aponta o Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais (2023).

As experiências relatadas nas entrevistas evidenciam casos de inconsistência de *status*, vivenciadas pelas duas mulheres imigrantes da amostra — uma cubana e uma venezuelana — que ao chegarem no Brasil, não conseguiram atuar em suas áreas de formação. Esses relatos revelam como a divisão sexual do trabalho atravessa as experiências

migratórias, contribuindo para processos de desvalorização das competências profissionais de mulheres imigrantes, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade.

3.2.5 Identidade linguística-cultural

A identidade do "eu" aqui se refere aos valores culturais e pela língua nativa-materna. Este é um fator relevante nas dinâmicas de inclusão e exclusão social e, também, conforme Sayad (1998), uma das funções essenciais do discurso sobre a imigração, pois fala-se objetivamente de si quando se fala dos outros. O sentimento do imigrante, o estrangeiro, se contrapõe ao nativo da sociedade de destino - ou 'sociedade ambiente', como denomina o autor

Assim, mesmo aqueles que possuem domínio funcional da língua portuguesa, a presença de sotaque ou expressões linguísticas regionais, bem como a prática de hábitos tradicionais estrangeiros, pode ser um fator para exclusão social. Isso pode ser explicado pelo constrangimento introduzido pelo migrante que, segundo Sayad (1998, p.21), constitui uma "provação para a ordem nacional, uma espécie de desafio para o conservadorismo social e político que os dominantes desejam manter e, mais amplamente, todos aqueles que têm interesse (e com frequência interesses simbólicos mais do que interesses materiais) na manutenção do status quo."

Este estudo reflete sobre a identidade cultural como dimensão analítica que se articula, mas não se reduz, à nacionalidade e à raça-etnia, sendo constituída por um conjunto de práticas, representações e discursos que afetam a forma como os imigrantes são percebidos e inseridos socialmente.

A maioria dos entrevistados relatou que os brasileiros demonstram pouco conhecimento sobre suas culturas, hábitos e tradições. A dificuldade com a língua portuguesa foi o aspecto mais mencionado, especialmente no que se refere ao vocabulário, expressões idiomáticas e à condução de situações cotidianas. Além disso, muitos relataram que o sotaque estrangeiro frequentemente desperta reações como curiosidade, estranhamento e, por vezes, um tratamento diferenciado, marcado pela percepção do outro como "diferente".

4 CONCLUSÃO

Estamos cientes de que essa pesquisa de campo tratou de reforçar a importância de recuperar a migração como fato social completo, ou seja, que não se torna um problema apenas para as comunidades de destino ou de origem, mas se constitui como um fenômeno a ser observado. Não é nossa intenção produzir um discurso científico que queira compensar

a dignidade dos imigrantes em nosso país, Brasil, mas reforçar a importância de certas discussões e categorias. Sabe-se que as migrações Sul-Sul surgem como algo distinto das migrações tradicionais (Norte-Sul), entretanto, relançam a questão da integração socioeconômica e cultural.

As entrevistas com 10 imigrantes de língua espanhola de 6 nacionalidades revelam processos de integração marcados por diversas similaridades, mas com desafios comuns e percepções recorrentes. De modo geral, as experiências de acolhimento foram predominantemente positivas, com ausência de xenofobia sistemática (houve relato de apenas um caso de xenofobia pontual). A nacionalidade dos entrevistados não foi identificada como fator de exclusão social, mas como elemento que pode reforçar estereótipos. Ainda que a amostra seja limitada, os depoimentos sugerem que o país foi vivenciado como receptivo, onde predomina uma atitude de respeito ou indiferença frente à alteridade nacional. Tais percepções, ainda que situadas, oferecem indícios relevantes sobre os processos de integração social de imigrantes de língua espanhola no contexto brasileiro.

Em relação à hipótese inicial do estudo, que buscou analisar a integração socioeconômica e cultural de imigrantes de língua espanhola no Brasil, constatou-se que a qualificação profissional impacta a integração socioeconômica, especialmente no que se refere à inserção laboral em áreas de formação. Contudo, essa variável não atua isoladamente: os dados evidenciam que gênero, raça-etnia e nacionalidade também exercem influência significativa, conformando experiências marcadas por desigualdades. Tal qual pode se observar nas entrevistas, as trajetórias de imigrantes oriundos da Espanha e de Cuba ilustram de forma expressiva essas assimetrias. A abordagem interseccional revelou-se, portanto, fundamental, ao permitir uma análise das articulações entre diferentes marcadores sociais que operam simultaneamente.

Imigrantes provenientes de países como Venezuela e Cuba, em geral, enfrentaram maiores dificuldades para reconstituir suas trajetórias profissionais no Brasil, com inserções em ocupações menos valorizadas e distintas de suas formações originais. A inadequação entre experiência prévia e inserção no mercado local aponta para entraves estruturais, como a não revalidação de diplomas, barreiras linguísticas e discriminações veladas.

Em especial, a língua espanhola aparece aqui como algo que identifica todos os entrevistados e que impacta diferentemente cada um deles. Como a maioria relatou dificuldade com o idioma (80% dos entrevistados), é preciso colocar a proximidade dos idiomas português e espanhol em perspectiva, porquanto não parece fácil dissociá-lo da adaptação cultural e social. Assim, nossa hipótese inicial de que a proximidade entre as línguas portuguesa e espanhola facilitaria a integração deve ser melhor avaliada em futuras pesquisas. Os depoimentos demonstram que, mesmo com semelhanças linguísticas, a falta

de domínio efetivo da língua local é um obstáculo relevante para a inserção sociocultural e para o acesso a direitos no país de destino.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana; PATARRA, Neide Lopes. **Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica: Brasil no Mercosul**. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino-Americana de População. Caxambu: ALAP, 2004.

BAENINGER, Rosana. Contribuições da Academia para o Pacto Global da Migração: o olhar do Sul. *In*: BAENINGER, Rosana *et al.* (orgs.). **Migrações Sul-Sul.** 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/UNICAMP, 2018, p. 17-22.

BENGOCHEA, Julieta; SAUCEDO, Silvia E.G. Retos Metodológicos para el estudio de la migración intrarregional en América del Sur. *In*: BAENINGER, Rosana *et al.* (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – Nepo/UNICAMP, 2018 p.54-65.

BOURDIEU, Pierre. Prefácio. *In*: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Ed.USP, 1998.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora BoiTempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=html&lang=pt.> Acesso em: mar. 2025.

FASSA, Farinaz; LÉPINARD, Éléonore; ROCA I ESCODA, Marta. **L'intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques**. Paris: La Découverte, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

FERNANDO, I.; CARDOSO, K. M.; DOMINGOS, Óscar S. Migração Sul-Sul e racismo: perspectiva analítica da presença afrosubsaariana lusófona no Brasil. **Revista Relegens Thréskeia**, v. 11, n. 2, 2022, p. 130–146. DOI: https://doi.org/10.5380/rt.v11i2.87998

JOHANSON, Mark. Crise 'exportou' 700 mil espanhóis - e muitos vieram para a América Latina. **BBC News Brasil**, 16 out. 2014. Disponível em:https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141015_vert_cap_espanha_trabalho_dg. Acesso em: 15 jan. 2025.

MANZINI, Eduardo J. **A Entrevista na Pesquisa Social**. Didática, v. 26; 27. São Paulo, 1996.

Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). **Resumo Executivo - Relatório Anual 2020**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013: a ascensão do Sul: progresso humano num mundo diversificado. Nova York: PNUD, 2013.

ROSSA, Lya Amanda; MENEZES, Marilda A. Entre migrações e refúgio: migrações Sul-Sul no Brasil e as novas tipologias migratórias. *In*: **Migrações Sul-Sul.** 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/UNICAMP, 2018, p. 383-398.

SANDES, Cintiene. Política migratória dos países do Mercosul e a conformidade com a política migratória regional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – ABRI, 3., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ABRI, 2011. Disponível em: https://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Integracao_Regional/IR%2011_Cintiene%20Sandes%20%20Pol+%A1tica%20Migrat+%A6ria%20dos%20Pa+%A1ses%20do%20Mercosul%20e%20a%20conformidade%20com%20a%20Pol+%A1tica.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Ed.USP, 1998.

ZAMORA, M.H. **Apurando a escuta: uma introdução à técnica de entrevistas**. In: SIQUEIRA, Isabel R.; LACERDA, Ana Carolina C. (orgs.) Metodologia e Relações Internacionais: debates contemporâneos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021, v. 3, cap. 4. Disponível em: https://www.editora.puc-rio.br/media/Metodologia%20e%20RI%20v3_ebook.pdf Acesso em: 15 jan. 2025.

CONJUNTURA INTERNACIONAL
PUC Minas

GLOBAL UNIONISM: THE ROLE OF NATIONAL EMBEDDED INSTITUTIONS IN INTERNATIONAL CAMPAIGNS FOR WORKERS' RIGHTS IN MEXICO (2009-2012)[1]

Sindicalismo global: o papel das instituições nacionais em campanhas internacionais pelos direitos dos trabalhadores no México (2009-2012)

Sindicalismo global: el papel de las instituciones nacionales en las campañas internacionales por los derechos de los trabajadores en México (2009-2012)

Katiuscia Moreno Galhera
Visiting Professor in the Graduate Program in Sociology at the Federal University of Grande Dourados (PPGS-UFGD). PhD in Political Science from the University of Campinas (Unicamp), Brazil
katiuscia.mg1@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa como campanhas internacionais de direitos trabalhistas têm limitações em sua aplicação local. Em base ao estudo de caso de uma transnacional estadunidense na região das *maquiladoras* no México (2009-2012), o artigo demonstra que, à parte das estratégias aplicadas em movimentos sociais, as instituições nacionais, em modelos corporativistas de

[1] This article is an expanded and revised version of initial findings presented in the author's master's dissertation. It draws on the same empirical data, while substantially reframing the theoretical and argumentative dimensions of the research.

Dossiê recebido em: 29 out. 2024 | Aceito em: 22 out. 2025.

relações de trabalho, são as variáveis que mais influenciam os resultados de uma campanha internacional.

Palavras-chave: sindicalismo, campanhas internacionais, instituições.

ABSTRACT

The article analyzes how international labor rights campaigns have limitations in their local application. Based on a case study of a US transnational corporation in Mexico's maquiladora region (2009-2012), the article demonstrates that, apart from the strategies applied in social movements, in corporatist models of labor relations national institutions, are key variables to influence results of an international labor campaign.

Keywords: unionism, international campaigns, institutions.

RESUMEN

El artículo analiza cómo las campañas internacionales por los derechos laborales tienen limitaciones en su aplicación local. Basándose en el estudio de caso de una empresa transnacional estadounidense en la región de las maquiladoras en México (2009-2012), el artículo demuestra que, aparte de las estrategias aplicadas en los movimientos sociales, las instituciones nacionales, en los modelos corporativistas de relaciones laborales, son las variables que más influyen en los resultados de una campaña internacional sobre el trabajo.

Palabras clave: sindicalismo, campañas Internacionales, instituciones.

1 INTRODUCTION

The expansion of multinational corporations (MNCs) poses challenging and often threatening issues for workers' rights. MNCs have strategies to suppress rights, including locating production plants where taxes, accountability, labor, and environmental costs are low. To become more competitive, companies take advantage of free trade agreements, joint ventures, Export Processing Zones (EPZs), partnerships with governments, and lobbies, amongst other kinds of maneuvers. Although labor unions and workers lack the same mobility of MNCs, they, along with other organizations, count on a range of options to counterbalance the power of multinationals: coalitions, International Framework Agreements, partnerships with Non-Governmental Organizations (NGOs), Global Unions, Works Councils, placement of chairs in international organizations, and involvement in the International Labor Organization.

The aim of this article is to analyze the relation between international labor campaigns and national corporatist models of labor relations. Specifically, this research addresses limits of international labor rights campaigns in the context of corporatist institutions in Mexico (2009-2012). The case study on Johnson Controls provides a valuable perspective for understanding how global labor solidarity interacts with national institutional constraints.

The research question is: How do successful international campaigns on labor rights fail locally? Thus, this research aims to contribute to the literature of embedded institutionalism by analyzing the interconnection between international labor campaigns and national corporatist traditions in Latin America, especially Mexico.

Regarding materials and methods, the research departs from a case study to employ a qualitative process-tracing approach: an international campaign promoted by the then International Metalworkers' Federation (currently, IndustriALL Global Union) to workers at maquiladora facilities of the US based multinational company Johnson Controls. The article is based on primary and secondary sources. Primary sources are semi-structured interviews with unionists and specialized researchers, newspapers, documents, e-mails, and letters of protests. Literature review is the basic secondary source. The main method is process tracing with causal inference.

This research has five sections, besides this introduction and the conclusions. In the following section, the article aims to analyze main theories in the field of Political Science and International Relations and discuss some gaps in the literature the research aims to fill. Next, the structure of labor relations in Mexico is presented to give a strong understanding for the next sections of why an internal corporatist Mexican tradition matters for international labor campaigns. Thus, a general view of the migration of US companies to Latin American countries, such as Mexico, helps contextualize labor exploitation and workers' organizing under free trade agreements. At the global solidarity section, a brief analysis of global efforts to denounce the labor conditions at Mexican maquiladoras is the antechamber of the final

section, and the latter finally presents the main argument of this article, which is, why institutions matter when building international solidarity. The final section concludes.

2 INSTITUTIONAL EMBEDDEDNESS: NATIONAL INSTITUTIONS AS THE MAIN VARIABLE OF INTERNATIONAL CAMPAIGNS

The literature on international social movements focuses on issues such as structure of political opportunities (TARROW, 1994), the boomerang effect (Keck and Sikkink, 1998), and strategic corporate targets (JURAVICH, 2007). In general, these theories emphasize the role of transnational campaigns on local situations of social inequalities, in terms that an international successful campaign would overcome and improve such national situations. This research advances the debate by demonstrating that national institutions are central variables for understanding international campaigns and its effectiveness. This article aligns with the perspective that national institutions are the main variables to be considered in shaping international campaigns (Mcadam; Mccarthy; Zald, 1996 *apud* Anner, 2009).

Building power and capacity for workers is one of the actual labor unions' main goals. Scholars of international social movements call attention to a varied spectrum of tactics and strategies for unions to achieve that goal. Tarrow (1994, p. 85) argues that "structures of political opportunities" are "consistent — but not necessarily formal or permanent — dimensions of the political environment that provide incentives for people to undertake collective action by affecting their expectations for success or failure". So, strikes, protests and Labor Day celebrations are examples of labor's institutions and are key for understanding the emergence of collective agency and its success. However, the author puts special attention on the potential agency of political repertoires, rather than contextualizing them in national environments that might limit such positive efforts (Tarrow, 1994).

Keck and Sikkink's (1998) "boomerang effect" theory argue that "When a government violates or refuses to recognize rights, individuals and domestic groups often have no recourse within domestic political or judicial arenas [... and] NGOs bypass their state and directly search out international allies to try to bring pressure on their states from outside" (Keck; Sikkink's, 1998, p. 7). In other words, according to the authors, international actors would have a positive effect on States as they would make institutional national changes viable through the international. Therefore, the authors ignore that national contexts might be resilient to international pressures and simply ignore or minimize them.

"Strategic corporate campaigns" calls attention to the possibility that, to answer corporations' power properly, labor unions and other allies should adapt dynamic circumstances, for example via campaigns that target strategic stakeholders (Juravich, 2007).

This approach puts special emphasis on the agency of labor unions, which means that they would be flexible enough to adapt to each circumstance according to workers' interests. As will be shown, not all unions attend to workers' interests in corporatist contexts and might be resilient to third-party efforts to organize workers and protect their rights.

Contrary to the above perspective, this research aligns with the view that national institutional environments also shape international strategies (Mccarthy; Zald, 1996 apud Anner, 2009). Yet, the article goes further in arguing that national corporatist institutions might be resilient enough to not incorporate efforts of international labor campaigns.

Institutional environments might be favorable or unfavorable for workers' rights. For example, when impartial national labor laws, effective accountability, and independent unions are strong, national institutionalism might be favorable for workers to access their rights. "Hard laws", or "legally binding obligations with appropriate third-party delegation" (Abbott; Snidal, 2000, p. 421), reflect in a spectrum of institutions (for example Constitutions) that create a "path dependence" (Collier; Collier, 2002) - as practices and norms - in which labor relations are embedded. Although economic and political transitions might influence labor union's access to more proactive agendas, embedded practices are not substantially affected. On the other hand, "soft laws", or "non-binding norms" (Haas, 2000, p. 43) reflected in international organizations might be enforceable based on the context. The Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), for instance, requires a National Point of Contact to disclose, monitor, and denounce labor violations. OECD's mechanisms suggest high enforceability, even though it is limited for some countries. Softer mechanisms, however, have little power to advocate for labor rights. A counterargument to this claim could be that a company's ability to freely move between states, not structures, is the variable that influences in workers' rights. However, structures also influence a company's ability to move.

3 THE STRUCTURE OF LABOUR UNIONS IN MEXICO

Industrial Relations in Mexico are defined by *corporativismo* or a corporate system (LA BOTZ, 1992, p. 39). The corporate system is predominantly dominated by the State and hegemonically ruled by one party, the Institutional Revolutionary Party (*Partido Revolucionario Institucional* - PRI), in a triangular relationship with labor unions. Still, some specific labor unions – the "official" ones – influence the state-controlled system.

The Mexican Revolution (1910 - *circa* 1920) originated a unionism controlled by the state. Workers, both rural and urban, became one of the most important social groups leading the revolution. Contrary to an expected rationale in which workers would be aligned with the revolutionaries, the Casa del Obrero Mundial (COM) colluded with the Constitutionalists[2]

[2] The Constitutionalists would compose later (1917), under Carranza's administration, the Constitution of The United

Venustiano Carranza and Alvaro Obregón in 1915, forming the "Red Battalions" to fight *against* Zapata and Villa, on the condition that they would be entitled to organize unions in the country, amongst other requirements.

The promulgation of the 1917 Constitution largely legislated in favor of workers. Article 123 rejected conservative proposals and adopted measures to protect workers' interests. However, the Article also eliminated independent unions and increased State's participation in the country's labor relations. The establishment of Workers' Regional Confederation (Confederación Regional Obrera Mexicana, or CROM) in 1918 was another turning point for co-optation.

Currently both Article 123, section A, of the United Mexican States Constitution[3] - created in 1917 -, and the Federal Law of Labor (Ley Federal del Trabajo, or LFT) - created in 1931 -, are the starting points of private Mexican labor and employment relations (Bensusán, 2006, p. 315; Barrera, 1980, p. 248). Although the LFT is considered highly advanced, in practice it opens a wide field for a range of activities that don't benefit workers. LFT, for instance, is strongly influenced by the Executive rather than being based exclusively on legislative provisions. Therefore, labor decisions often aren't technical decisions based on the law, but relatively arbitrary decisions made according to the whims by the Executive branches: the Work Secretary (Secretaría del Trabajo*)* for the local level and the Federal Board of Conciliation and Arbitration (Junta Federal de Conciliación y Arbitraje*)* for the federal level[4]. In the Mexican case the right to strike - a fundamental right recognized by ILO (2016) -, is restrained by the Executive branch (López, 2009, p. 23; Robles, 2009, p. 41).

There are other barriers to freedom of association, collective bargaining, and independent unionism in Mexico: the "*paper unions*" *(*sindicatos de papel), union's registration and legitimation – under the mandatory "take a note" and entitlement principle (*toma de nota y principio de titularidad*) -, and the protection contracts.

Sindicatos de papel, or paper unions, are legally registered organizations that exist only formally, "on paper". In practice, they take advantage of legalities that also only work "on paper" - as the *toma de nota* and the *titularidad* principle - to establish themselves in a given company and to receive union dues *without* generating effective improvements for workers. *Toma de nota* is a problem for unions that wish to represent workers in Mexico for two main reasons: The first reason concerns state's participation in the capital-labor relations, described above; the second reason refers to another legal figure of Mexican law, the *titularidad* principle. According to this principle, the union that is registered in an Executive

---

Mexican States (one of the main sources that regulates labor and employment relations in the country nowadays), a fact that makes clear the relevance of this group in the revolution (Camín; Meyer, 2000).

[3] Section B concerns state workers.

[4] Article of law 365 of LFT.

branch shall be entitled to represent the employees (according to the *toma de nota)*. Thus, once the union has the *toma de nota*, whether being a *sindicato de papel* or not, it has the right to "represent" the workers in a company. In other words, the law clearly prohibits union pluralism (Bahena, 2009, p. 72) and the competition for workers' representation by independent unions. Once a union – "paper" or not – is representing workers in a given workplace, it is hard for it to be displaced.

This situation of paper or company unions gives birth to workers' representation that are favorable to employers, as protection contracts (*contratos de protección*): these are contracts usually signed by law firms or other groups such as paper unions and might not represent workers effectively. Once signed, the collective bargaining agreement is registered in the Board of Conciliation and Arbitration and the employer cannot sign a contract with another union immediately because of the *titularidad* principle. The agreement generally provides the minimum required by law (Gardner, 2010a). Around 90% of collective contracts in Mexico are considered *contratos de protección* (Industriall, 2015), and these contracts are particularly visible in precarious job sites, such as *maquiladoras*.

The confidentiality of paper unions registered in the *Junta de Conciliación y Arbitraje* (JCA) is another factor that makes the fight against protection contracts more challenging "in such a way that, with a hidden contract, the name of the union who sells the protection remains covered, making the process of recovery of worker's rights even more difficult and risky to workers" (Robles, 2009, p. 42; my translation). Thus, even if workers wish to declare a strike they are not automatically recognized by the Executive power. Lacking the legal framework that recognizes their organization and coalition as legitimate, they also will not have their rights recognized by employers. In fact, according to LFT Article 929 employers may even argue against the right to a strike within 72 hours it started.

The ILO Convention 87, regarding freedom of association, was ratified by Mexico (International Labor Orgnization, 1948). By simple comparisons between the Mexican labor legislation and the ratified convention it is possible to find some inconsistencies: both the *toma de nota* requiring a union's recognition, and the *titularidad* principle[5] for legalizing almost permanently a paper union by the state are violations to the Articles two, three (Section 2) and four of the Convention. ILO's Article three, Section 1, is disrespected once unions that exist only on paper take the place of unions that should be elected. Finally,

[5] *Toma de nota* is the registration of unions with the Executive Branch, and has existed since the 1980s, and this is a problem for unions that truly wish to represent workers in Mexico, for two fundamental reasons. The first concerns the intervention of the State's participation in capital-labor relations. The second relates to another legal concept in Mexican law, the *titularidad* principle. According to this principle, a union that has obtained registration (*toma de nota*) with the Executive Branch (in our case, the *Junta de Conciliación y Arbitraje* - JCA) will be authorized to represent workers. Thus, once the union has obtained toma de nota (whether it is a paper union or not, whether it has good intentions or not), it will have the right to represent workers in a given locality. In other words, the law prohibits union pluralism (Bahena, 2009, p. 72).

protection contracts give the appearance of legality to Mexican labor relations, which also should be avoided under the Convention's article seven.

Another issue that affects union workers is the highly fragmented labor unions' structure, as well as the absence of a national central union in the country (Kay, 2011, p. 200), which restrains dialogue and convergence between unionists. This structure also hinders the union's internationalization, because once an institution outside the country has an interest in acting in Mexico, it finds that the country does not have a union organization representative enough to establish an immediate relationship. Finally, and as a consequence, unions are often so big and complex that they do not always act as paper unions, depending on the workplace. The most common phenomenon is the coexistence of labor unions that effectively represent workers and paper unions within the same confederation: "confederations prefer to perpetuate this phenomenon in order to not lose their control" (verbal information; my translation)[6].

4 THE U.S.-OWNED COMPANY JOHNSON CONTROLS AND THE BOOSTING OF *MAQUILADORAS* UNDER THE NAFTA: A BRIEF HISTORY

Johnson Controls (JC) is a multinational company with U.S. headquarters based in Milwaukee, Wisconsin (WI). In this article, we analyze two production plants targeted in more than ten international struggles in Mexico: FINSA (used to be located in the Puebla State) and *Interiores* (used to be located in the Tlaxcala State). Both can be characterized as *maquiladoras*.

The North American Free Trade Agreement (NAFTA) offered Johnson Controls facilities, and a cheap workforce and lower taxes to send manufactured products from Mexico to the U.S. The free trade agreement was signed between the U.S., Mexico, and Canada, and is formally dated on January 1st, 1994.

American FDIs favored the development of many *maquiladoras* in Mexico. In 1965, the Mexican government decided to implement a manufacturing export-oriented program, allowing the U.S. to build automobile manufactures along the border between the two countries (Kay, 2011, p. 50). Shortly after, *maquilas* expanded to other regions of Mexico, including the central and southern areas.

JC is a supplier of auto-parts. The devaluation of currency during the Mexican crisis in 1994, together with the signed agreement, led Mexico's exports to surpass the domestic market in the automotive industry. Before 1994 Mexico applied a 20% tax on all imported vehicles, and by 2004 this tax reached only 10% of vehicles imports. Additionally, 90% of trade

[6] Information provided by FES' researcher in Mexico. Interview provided in June 1st, 2012.

among the three countries was not taxed (International Metalworkers Federation, 2005, p. 35).

This company is chosen for this research as it represents a myriad of characteristics related to international unionism: a US-based multinational corporation, a free trade agreement, outsourcing, a case study that reached the International Labour Office and a Latin American country with internal issues that restraints fair practices of unionism. I argue in this paper that international solidarity is constrained by the previous national institutional practices, norms, and laws – to be shown in the following sections.

5 GLOBAL SOLIDARITY: WORKING AND LIVING CONDITIONS ATE THE PLANT LEVEL, AND UNIONS' RESPONSES

Before 2009, when the international campaign targeting JC was launched, part of both plant's workforce was subcontracted by a range of outsourced companies. Digit One was the most frequent labor supplier for JC (International Metalworkers Federation, 2009a, p. 24; United Auto Workers *et al*, 2010, p. 2). The case of One Digit at JC was an example of triple subcontracting, given that JC outsources to automakers that subcontract employees from other outsourced companies.

JC workers faced labor rights violations multiple times. This practice was more frequently related to the violation of fundamental rights outlined in ILO Conventions and Recommendations, and in the Mexican labor law. Violations included sexual harassment, dismissal of pregnant women, poor working conditions, and shifts over 12 hours. One Digit even deducted health insurance and union dues from wages, even though neither an independent union nor health insurance existed (International Metalworkers Federation, 2009a, p. 24-26; Ivanou, 2010a; United Auto Workers *et. al*, 2010). Moreover, both factories had protection contracts. One was adopted by a paper union in FINSA (*Confederación Regional Obrera Mexicana* - CROM) and the other by another paper union in *Interiores* (*Confederación de Organizaciones Sindicales* - COS).

Workers at JC FINSA built a coalition when they started looking for an independent union. This effort started before and ended after the unfolding of another similar story that occurred in *Interiores* and took four years. In October 2006 a group of FINSA workers met with the Non-Governmental Organization (NGO) Worker's Support Centre (*Centro de Apoyo al Trabajador* – CAT) to discuss their needs and the long-lasting inaction of the paper union. During the following months, the workers studied Mexican labor laws and collective agreements, establishing the Organizational Coalition of Workers at JC (*Coalición Organizativa de Trabajadores y Trabajadoras* en JC - COT-JC). At that time, workers didn't have access to their own contracts. After being asked to provide this information, the

company and the paper union started to threaten workers. In response to these conflicts, CROM announced a committee to deal with collective bargaining and review of payments for the first time, but they also intimidated workers in their workplaces, trying to discourage them from forming an independent union (International Metalworkers Federation, 2009a, p. 25-26; Ivanou, 2010a; United Autoworkers *et. al*, 2010, p. 1-5).

In parallel, the International Metalworkers' Federation submitted a complaint at the ILO against Johnson Controls which included several other labor rights violations in the country. The complaint was presented to the ILO Committee on Freedom of Association in February 2009.

Additionally, the International Metalworkers' Federation argued that Mexico participates in different international forums to promote human rights but doesn't practice them. The ILO also pointed out some contradictions inherent in the Mexican State, whose representative actively participated in the organization as a leader in various positions. At the same time Mexico has repeatedly refused to comply with the guidelines of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations made by the Committee on Freedom of Association (International Metalworkers Federation, 2009a, p. 29-31).

Given this situation, the ILO proposed that the Mexican government should take appropriate measures, such as seeking a constructive dialogue with workers' organizations and employers about the *exclusión* clauses. They also suggested that the Mexican government should provide minimum representation for collective bargaining and take measures against the alleged bias and inefficiency of JCAs. ILO further asked the Mexican government to respond to statements relating to protection contracts and other cases presented[7]. The Committee's conclusions and proposals to the Mexican government were forwarded to the Board of Directors and later transformed into recommendations (International Metalworkers Federation, 2009b, p. 257-258).

Even before registering the complaint on ILO, IMF had promoted a global campaign against the Mexican government's protection contracts. The International Campaign Against Protection Contracts in Mexico maintained partnerships with civil society groups, such as the Universidad Autónoma de Mexico (UNAM) and other international organizations (IVANOU, 2010b). At that time, 400 workers from the *Interiores* plant signed membership cards with the independent union *Los Mineros*, supported closely by CAT (ESPINOSA [2010?], p. 1-4; GARDNER, 2010c) and workers went on strike. The plant's ability to supply major customers plummeted. Finally, workers won the right to be represented by the independent *Los Mineros* union (GARDNER, 2010d).

[7] PEMEX and Johnson Controls.

At the same time, several unions around the world (from Germany, Belgium, Slovakia, Spain, France, Poland and Czech Republic) showed their solidarity to FINSA workers. Solidarity was also shown by several institutions (European Metalworkers' Federation *et. al*, 2010).

In an agreement dated August 18, 2010, workers at JC *Interiores* were finally able to formally recognize *Los Mineros* as their union, following a four-day strike. The agreement included: 7.5% of wage increase (instead of 1% or 2% generally negotiated between the COS and the company), school aid increase, and improvement on life insurance for natural death and accidents at work (Jiménez, 2010; Ivanou, 2011).

The acquired benefits in *Interiores* plant led to a violent reaction by the former paper union. For example, the coalition began to suffer constant harassment and was threatened with death and hacking (Proyecto de Derechos Económicos, Sociales y Culturales *et. al*, 2010, p. 2).

Right after the violent responses, a broader and ambitious campaign of complaints against political, economic and institutional conditions of the workers in Mexico was launched by the IMF between 2009 and 2011.

The human rights group Proyecto de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (ProDESC), together with CAT, sent letters to various national and international authorities, requesting investigation and security measures on the CAT case since the center was the advisor and provider of courses on labor rights to JC employees (Proyecto de Derechos Económicos, Sociales y Culturales; Centro de Apoyo al Trabajador, 2010, p. 2; 2011, p. 2). Another letter was sent to the vice president of JC in the United States, jointly written by IMF, Canadian AutoWorkers, United Steelworkers, United Autoworkers and *Los Mineros*.

All production units of JC in Mexico were linked to paper unions, and among all plants studied, only employees of *Interiores* managed representation of an independent union[8]. However, after some time these freely unionized workers of JC *Interiores* were fired on the grounds that the plant was not financially viable, despite a 15% increase in profits compared to the previous year (LOS MINEROS, 2012). The plant was closed.

6 (NATIONAL) INSTITUTIONS: WHY DO THEY MATTER FOR GLOBAL UNIONISM?

National institutions play the most important role in the corporatist model of labor and employment relations pervasive in Mexico. As shown in the cases studied, multiple national institutions (the State, labor laws, trade unions and their alliances) are tied to each other in Mexico. Since the end of the Mexican Revolution, the strongest labor unions have

[8] The interview was given in May 24, 2012.

been participating in the establishment of *Partido Revolucionario Institucional* (PRI), which has governed the country since the 1930's, with a short break from 2006 to 2012. Institutionalized white unions are legitimized and legalized through the State via the *toma de nota* and the *titularidad* principles. Therefore, Mexico is framed in a "'path dependent' pattern of change, in that outcomes during a crucial transition establish distinct trajectories within which [...] 'one damn thing follows another'" (David, 1985, p. 332 *apud* Collier; Collier, 2002, p. 27).

Companies and their codes of conduct are two institutions that have important influence in designing the outcomes presented in the case study. Johnson Controls' corporate governance has an aggressive anti-union policy. Even though ILO has recorded complaints against Johnson Controls, mentioning Puebla and Interiores cases, national and international pressure, and local strikes, the company didn't change its practices. Still, it was not the "social dialogue" among the company, the workers, and the Mexican government that led to the removal of paper unions and the unionization of both Puebla and Interiores factories. Rather, strikes, workers' organization and the recognition of an independent union by the state were the most important causal variables leading to unionization. These variables were central for the achievements of workers, even though the ILO's soft law exerted pressure on the government at that time. In other words, the company operates within legal limits set by the state, negotiating protection contracts with paper unions in a race to the bottom. Still, the company closed its production plants about one year after the workers began making moderate achievements at the workplace.

NAFTA deepened the business-friendly environment in Mexico. The agreement lowered taxes on exports from Mexico, encouraged companies to exploit the availability of cheap labor, fostered strategic partnerships between companies and paper unions, led to the proliferation of protection contracts, resulted in a lower collection of public taxes, and damaged the environment. So, NAFTA has been contributing to poorer living and working conditions for workers, deepening the exploitation of limited natural resources, avoiding public taxes, and increasing poverty levels nationally. Since NAFTA was formed while the PRI was in power and labor unions were part of the "revolutionary family", the Mexican market liberalization under the agreement is also a case of labor movement incorporation into the labor-based party, in which partisan loyalty promoted union-government collaboration, market reforms, and liberalization (Murillo, 2001).

The international campaign promoted by IMF and other organizations against Johnson Controls also shows some limits to strategic corporation campaigns, as proposed by Juravich (2007). Because JC is a supplier for other companies and not a vendor for final consumers, it was not deeply affected by strategies such as name and shame.

The partnership of national and international organizations with small independent unions is important, and it is important to promote free unionism in an interlaced system like Mexico's. In the corporatist system, coercion and state sanctions have the tendency of perpetuating trends of union organization and state-union structures. In other words, international efforts to give voice and power to small and "not-in-the-system" unions are constrained by previous local structures.

The results demonstrate that national institutions play the most important role in the corporatist model of labor and employment relations pervasive in Mexico. As shown in the case studied, multiple national institutions are tied to each other in Mexico. Therefore, Mexico is framed in a "path dependent" pattern of change. Furthermore, this situation favors anti-union corporate strategy: Johnson Controls' corporate governance has an aggressive anti-union policy. Even though ILO has recorded complaints against Johnson Controls, mentioning Puebla and Interiores cases, national and international pressure, and local strikes, the company didn't change its practices. In other words, the company operates within legal limits set by the state, negotiating protection contracts with paper unions in a race to the bottom model. In the corporatist system, coercion and state sanctions have the tendency of perpetuating trends of union organization and state-union structures.

In the case study, access to the national structure of political opportunities at first, followed by the boomerang effect when national demands were not answered by national institutions, and then by access to an international structure of political opportunities, ultimately contributed to a successful international campaign (which counted on a favorable ILO's legal opinion, the victory of independent unions and the unionization of production plants) are all strong indicators that the main explanation for the failure of an international campaign can be found in the corporatist Mexican labor relations regime. However, a further examination of local outcomes after the successful international campaigns coupled with international institutions suggests that institutions also shape the outcomes.

In sum, this article demonstrates that nationally embedded institutions in corporatist models of unionism have higher influence over the outcomes of international campaigns, particularly through the resilience of national institutions to external changes and the capacity of international institutions to enforce or promote such changes.

7 CONCLUSIONS

This article aimed to answer why successful international campaigns on labor rights might actually fail locally. The literature on international social movements focuses on issues such as structure of political opportunities, the boomerang effect, strategic corporate targets, and national institutions as the main variables to be considered in shaping international

campaigns. The research concludes that the Mexican national corporatist model of labor relations is the most relevant variable in explaining the outcomes of an international labor campaign. Although this is a case study based in Mexico, it raises reflection on other corporatist models through the Latin American continent.

The article advances the field of global studies by demonstrating through an empirical field how national corporatist unions influence international labor rights campaigns. This view contributes to a research agenda of institutional mechanisms of labor changes, the relation between labor practices and broader institutional reforms, and impacts of international efforts in a context of corporatist labor regimes.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Kenneth W.; SNIDAL, Duncan. Hard and soft law in international governance. **International Organization**, v. 54, n. 3, p. 421-456, 2000.

ANNER, Mark. Two logics of labor organizing in the global apparel industry. **International Studies Quarterly**, v. 53, n. 3, p. 545-570, 2009.

BAHENA, Benito. Sindicalismo sociopolítico en el siglo XXI. In: NICOLÁS, I. (coord.). **40 años, 40 respuestas:** ideas para la democratización del mundo del trabajo. Colonia Condesa: Fundación Friedrich Ebert en México, 2009. p. 69-75. Available at: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mexiko/07011.pdf. Accessed in: 17 Aug. 2026.

BARRERA, Jorge. El problema laboral en México. **Anuario Jurídico**, v. 6, p. 247-258, 1980.

BENSUSÁN, Graciela. Diseño legal y desempeño real: México. In: BENSUSÁN, Graciela (coord.). **Diseño legal y desempeño real:** instituciones laborales en América Latina. México, DF: Miguel Ángel Porrúa; Universidad Autónoma Metropolitana, 2006. p. 313-409.

CAMÍN, Héctor Aguilar; MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana**: história mexicana contemporânea, 1910-1989. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

COLLIER, Ruth Berins; COLLIER, David. **Shaping the political arena**: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2002.

CORDERO, Miguel Ángel. Gresca sindical estalla en Johnson Controls. **La Quinta Columna**, Puebla, 17 ago. 2010. Available at: http://www.quintacolumna.com.mx/notas/2010/agosto/politica/pol-170810-mig-gresca-sindical-estalla-en-johnson-controls.php. Accessed in: 22 May 2012.

ESPINOSA, Socorro. JCI, un conflicto sin resolver. **Status Puebla**, Puebla, 2010. Available at: http://www.statuspuebla.com.mx/index.php?option=com_content&view=article&id=4888&Itemid=73. Accessed in: 24 May 2012.

EUROPEAN METALWORKERS' FEDERATION; EUROPEAN MINE, CHEMICAL AND ENERGY WORKERS' FEDERATION; EUROPEAN TRADE UNION FEDERATION - TEXTILES, CLOTHING AND LEATHER; UNI GLOBAL UNION. **Resolution of the trade union coordination group on Johnson Controls**. Bruxelas, Bélgica, 7 jun. 2010. Disponível em: http://www.emf-fem.org/Press/Solidarity-archive/Resolution-of-the-trade-union-coordination-group-on-JohnsonControls. Acesso em 17 mai. 2012, 22:45.

GARDNER, Anita. Mexican government must answer case on protection contracts. **International Metalworkers' Federation**, 30 Mar. 2010(a). Available at: http://www.imfmetal.org/index.cfm?c=22603. Accessed in: Oct. 23, 2011.

GARDNER, Anita. Call for action against assault on JC organizers in Mexico. **International Metalworkers' Federation**, 20 May 2010(b). Available at: http://www.imfmetal.org/index.cfm?c=23049&l=2. Accessed in: Oct 8, 2011.

GARDNER, Anita. More Johnson Controls workers under attack in Mexico. **International Metalworkers' Federation**, 27 May 2010(c). Available at: http://www.imfmetal.org/index.cfm?c=23170. Accessed in: Oct 29, 2011.

GARDNER, Anita. Trabajadores de Johnson Controls conquistan la representación sindical democrática. **International Metalworkers' Federation**, 1 June 2010(d). Available at: http://www.imfmetal.org/index.cfm?c=23193&ol=28. Accessed in: Oct 14, 2011.

GARDNER, Anita. Johnson Controls workers win democratic union representation. **International Metalworkers' Federation**, 31 May 2010(e). Available at: http://www.imfmetal.org/index.cfm?c=23170. Accessed in: Oct 19, 2011.

GARDNER, Anita. Renewed attacks on Johnson Control workers. **International Metalworkers' Federation**, 18 Aug. 2010(f). Available at: http://www.imfmetal.org/index.cfm?c=23788&l=2. Accessed in: Oct 19, 2011.

HALL, Michael; SPALDING, Hobart. A classe trabalhadora urbana e os primeiros movimentos trabalhistas na América Latina, 1880-1930. In: BETHELL, Leslie (org.) **História da América Latina**. Vol. IV. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2003 [1986].

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. C087 Freedom of Association and Protection of the Right to Organise Convention, 1948 (No. 87). Geneva: International Labour Office, 1948.

Available at: Convention C087 - Freedom of Association and Protection of the Right to Organise Convention, 1948 (No. 87). Accessed in: 17 Aug. 2026.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Case No. 2694 (Mexico)** – Complaint date: 05-FEB-09. Geneva: International Labour Organization, 2009. Available at: http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:50001:0::NO::P50001_COMPLAINT_FILE_ID:2897749. Accessed in: Dec 14, 2015.

INTERNATIONAL METALWORKERS' FEDERATION. **Metalworkers and the Free Trade of Americas**. 2005. Paper, [s.d.].

INTERNATIONAL METALWORKERS' FEDERATION. **Rules**: amended at the 32nd IMF World Congress. Gotemburgo: Federação... 24-28 mai. 2009.

INTERNATIONAL METALWORKERS' FEDERATION. **Complaint of violations of the freedom of association and protection of the right to join a trade union convention 87**. Genebra: Federação... reclamação endereçada ao comitê de liberdade sindical da Organização Internacional do Trabalho. Geneva, 2009(b). Available at: http://www.imfmetal.org/files/12021711024279/IMF_complaint_to_ILO_2009_EN.pdf. Accessed in: May 18, 2009.

IVANOU, Alex. Mexico: The fight for a representative union. **International Metalworkers' Federation**, 19 May 2010(a). Available at: http://www.imfmetal.org/index.cfm?c=23045. Accessed in: Oct 8, 2011.

IVANOU, Alex. The international fight against protection contracts. **International Metalworkers' Federation**, 19 May 2010(b). Available at: http://www.imfmetal.org/index.cfm?c=23048. Accessed in: Oct 20, 2011.

IVANOU, Alex. Mineros sign first contract at Johnson Controls in Puebla. **International Metalworkers' Federation**, 14 Apr. 2011. Available at: http://www.imfmetal.org/index.cfm?c=26266&l=2. Accessed in: Oct 23, 2011.

JIMÉNEZ, Tania Damián. **En puerta, la solución en Johnson Controls**; la empresa aceptaría a un nuevo sindicato. La Jornada de Oriente, Puebla, 18 ago. 2010. Disponível em: http://www.lajornadadeoriente.com.mx/2010/08/18/puebla/eco103.php. Acesso em 25 mai. 2012, 13:49.

JIMÉNEZ, Aarón Martínez. **Gobierno es corresponsable por cierre de Johnson Controls**: COE. NG Puebla, Puebla, 20 mar. 2012. Disponível em: http://www.ngpuebla.com/negocios/16010gobierno-es-corresponsable-por-cierre-de-johnson-controls-coe. Acesso em 27 mai. 2012.

KAY, Tamara. **NAFTA and the politics of labor transnationalism**. 1a. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond borders:** advocacy networks in international politics. New York: Cornell University Press, 1998.

LABOTZ, Dan. **Mask of democracy:** labor suppression in Mexico today. Montréal: Black Rose Books, 1992.

LICHTENSTEIN, Nelson. **The retail revolution:** how Wal-Mart created a brave new world of business. New York: Metropolitan Books, 2009.

LOS MINEROS. Decisión antisindical de Johnson Controls en Puebla. 22 Mar. 2012. Personal communication received in March 2012.

MARTÍNEZ, Javier Puga. Cierra planta de Johnson Controls en Puebla y se va a Querétaro; el sindicato, el pretexto. **La Jornada de Oriente**, Puebla, 20 mar. 2012a. Disponível em: http://www.lajornadadeoriente.com.mx/noticia/puebla/cierra-planta-de-johnson-controls-en-puebla-y-se-va-a-queretaro-el-sindicato-el-pretexto_id_5133.html. Acesso em 27 mai. 2012.

MARTÍNEZ, Javier Puga. Abogados del Centro de Apoyo al Trabajador huyen de Puebla por amenazas de muerte. **La Jornada de Oriente**, Puebla, 6 mai. 2012b. Disponível em: http://www.lajornadadeoriente.com.mx/noticia/puebla/cierra-planta-de-johnson-controls-en-puebla-y-se-va-a-queretaro-el-sindicato-el-pretexto_id_5133.html. Acesso em 29 jun. 2012.

MURILLO, Maria Victoria. **Labor unions, partisan coalitions, and market reforms in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

OLSON, Mancur. [Referência incompleta – aparece apenas “Olson’s (1968)” na lista original].

PROYECTO DE DERECHOS ECONÓMICOS, SOCIALES Y CULTURALES; CENTRO DE APOYO AL TRABAJADOR. **Urgent action**: new threats against labor rights advocates in Puebla. Colonia Condesa, 2011. Available at: http://www.imfmetal.org/files/11011816211366/URGENT_ACTION_CAT_17_january_2011.pdf. Accessed in: 20 May 2012.

RANGEL, Xóchitl. Cierra Johnson Controls planta en Puebla. **El Universal**, Puebla, 20 mar. 2012. Available at: http://www.eluniversal.com.mx/notas/836915.html. Accessed in: 27 May 2012.

ROBLES, Jorge. Toma de Nota y transparencia sindical. In: NICOLÁS, Inés González (coord.). **40 años, 40 respuestas**: ideas para la democratización del mundo del trabajo. Colonia Condesa: Fundación Friedrich Ebert en México, 2009.

ROYO, Frank; DORMOND, Alejandro; ARIAS, Andrea. Sistemas Jurídicos, regímenes de las relaciones individuales y colectivas de trabajo en América Central y México: México. In: ROYO, Frank; MOLINA, Carlos. **Empleo y relaciones laborales en America Central y Mexico**. San José: Confederación Centroamericana de Trabajadores, nov. 2005.

SALAS, Carlos. Integración económica, empleo y salarios en México. In: DE LA GARZA TOLEDO, Enrique; SALAS, Carlos (org.). **Nafta y Mercosur:** procesos de apertura económica y trabajo. Buenos Aires: CLACSO, 2003. p. 55-75.

SOLIS, Valeska. Six years campaigning for justice for the Pasta de Conchos tragedy. **International Metalworkers' Federation**, Geneva, 21 Feb. 2012(a). Available at: http://www.imfmetal.org/index.cfm?c=28938&l=2. Accessed in: Oct 20, 2011.

SOLIS, Valeska. Secuestran, golpean y amenazan de muerte a miembro del CAT en Puebla. **International Metalworkers' Federation**, Geneva, 17 May 2012(b). Available at: http://www.imfmetal.org/index.cfm?c=29957&ol=28. Accessed in: May, 27, 2012.

TARROW, Sidney. **Power in movement: social movements and contentious politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

UNITED AUTO WORKERS; MAQUILA SOLIDARITY NETWORK; INTERNATIONAL METALWORKERS'FEDERATION; UNITED STATES LABOR EDUCATION IN THE AMERICAS PROJECT. **The fight for an independent union at Johnson Controls, Puebla**. Available at: http://www.imfmetal.org/files/10050522043966/JCIProfile042210.pdf. Accessed in: 10 May 2012.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **North American Free Trade Agreement**. 1994. Available at: http://www.ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/north-american-free-trade-agreement-nafta. Accessed in: Oct 5, 2011.

WISE, Raúl Delgado; CYPHER, James M. The strategic role of Mexican labor under Nafta: critical perspectives on current economic integration. In: **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 610, mar. 2007, NAFTA and beyond: alternative perspectives in the study of global trade and development. : Academy of Political and Social Science, Mar 2007, p. 120-142.

CONJUNTURA INTERNACIONAL
PUC Minas

A CULTURA UNDERGROUND EM REDE: NOTAS SOBRE A ARTICULAÇÃO GLOBAL DOS SHOWS DE HEAVY METAL REALIZADOS EM BELO HORIZONTE[1]

Underground culture in a network: notes on the global articulation of Heavy Metal shows held in Belo Horizonte

Cultura underground en red: notas sobre la articulación global de los espectáculos de Heavy Metal realizados en Belo Horizonte

Gleyber Eustáquio Calaça Silva
Professor Visitante do IFMG – Ribeirão das Neves. Doutor pelo PPG em Geografia - Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
gleyber3001@gmail.com

Rodrigo Corrêa Teixeira
Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do PPG em Geografia - Tratamento da Informação Espacial e do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
rteixeira@pucminas.br

RESUMO

[1] Produto derivativo da tese "Entre ritos, distorções e gritos: experiências territoriais e paisagísticas a partir dos shows de Heavy Metal da cena musical belo-horizontina entre 2000 e 2023".

Dossiê recebido em: 05 abr. 2025 | Aceito em: 17 out. 2025.

O presente artigo aborda a multiescalaridade de fenômenos culturais a partir da prática de shows de Heavy Metal em Belo Horizonte (MG). Metodologicamente, usa-se da observação participante e da netnografia, as quais permitiram aferir conexões de redes globais articuladas com a cena musical local, dialogando o mainstream com o underground headbanger citadino.

Palavras-chave: Heavy Metal, rede, global.

ABSTRACT

This article addresses the multi-scale nature of cultural phenomena through the lens of heavy metal concerts in Belo Horizonte, Minas Gerais. Methodologically, it uses participant observation and netnography, which enabled us to assess connections between global networks articulated with the local music scene, connecting the mainstream with the urban headbanger underground.

Keywords: Heavy Metal, network, global.

RESUMEN

Este artículo aborda la naturaleza multiescalar de los fenómenos culturales a través de los conciertos de heavy metal en Belo Horizonte, Minas Gerais. Metodológicamente, se utiliza la observación participante y la netnografía, lo que nos permitió evaluar las conexiones entre las redes globales articuladas con la escena musical local, conectando el mainstream con el underground urbano del heavy metal.

Palabras clave: Heavy Metal, red, global.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, é pulsante no que concerne a eventos musicais, dentre os quais aqueles voltados ao Heavy Metal, presentes na cidade desde o início dos anos 1980, momento em que emergiram as primeiras bandas locais (Encyclopaedia Metallum, 2025). Mundialmente, as precursoras do gênero datam da década anterior, sobretudo com o marco de lançamento do disco homônimo da banda Black Sabbath em 1970 no Reino Unido, por onde já circulavam bandas da era pré ou proto-metal, como Led Zeppelin e Deep Purple.

Rapidamente consolidado enquanto cultura global e ramificado em vários subgêneros próprios, o Heavy Metal catalisou uma série de tensionamentos e complementaridades. Estas, gravitam entre a hegemonia do *mainstream*, entendido por Almeida e Tracy (2003, p. 181) como forças que emanam da concentração econômica que aplicam-se "às maiorias convencionais que não se estruturam em torno de um gosto musical seletivo e não se recusam à mídia e ao consumo", e de movimentos e cenas musicais que operam no plano contra e subcultural do *underground* (subterrâneo), este último definido sinteticamente como "as práticas culturais realizadas à margem das instâncias de decisão e do controle moral da sociedade, elaborando seus próprios códigos de conduta e trajetórias de circulação" (Calaça, 2023, p. 24). Tem-se, desta forma, a oscilação de referências locais e globais na disposição de uma cena musical, partindo do entendimento de que "cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente" (Santos, 1996, p. 270). As cidades são os maiores exemplos desta rede que privilegia uns espaços e destitui a relevância de outros na estrutura capitalista. Nelas, o Heavy Metal se fez e consolidou-se como produto urbano e globalizado (Neto Marques, 2023).

Neste antro da globalização está a expansão da convergência de fatores do espaço geográfico, dentre os quais salienta-se a conectividade a uma dimensão mundial, porém, não planificada, causando assimetrias na hierarquização dos palcos mercadológicos e midiáticos nos quais a música envereda. A cena musical desenvolve-se neste contexto, seja como resultado do fluxo induzido por estas forças ou como refluxo, posicionando-se de maneira contrária ao status quo, ainda que sob a égide do modo de produção capitalista, criando formas alternativas de vida, a (r)existência. Este processo de tensionamento da ordem global na homogeneização do local causa fricções presenciadas de sobremaneira no âmbito local, sendo que, na música, a dialética global/local perfaz-se em *mainstream* e *underground*.

Logo, na cena musical de uma cultura mundializada, como o Heavy Metal, ficam explícitas as expressões de multiescalaridade, ao que Bennett e Peterson (2004) denominam cenas locais, translocais e até mesmo digitais. De modo semelhante, Harris

(2000) transita pelos níveis do local, regional, nacional e global ao avaliar o dinamismo evocado pela música, considerando a cena, a partir da capilaridade exercida pela banda belo-horizontina Sepultura, um organismo supralocal com os seus fluxos financeiros, midiáticos, tecnológicos e os sujeitos que a integram. Com isto, assimila-se a cena musical enquanto uma categoria científica de caro interesse para as Ciências Humanas, sintetizando formas de atuação política-sonora que possuem ânimo independente das forças estatais, mas que articulam-se desde o intra-urbano ao global.

> (...) Recorre-se à "cena" para tentar teorizar a relação da música com a geografia, o espaço (...) penso que cena tem muito a ganhar com um diálogo mais estrito com teorias de redes e infraestruturas. Em particular, acho que precisamos dar mais atenção ao papel das instituições de nível mais baixo como bares, lojas, locais de criação de redes por meio das quais as práticas musicais e as pessoas circulam. A noção de "cena" não precisa ter agentes humanos ativos em seu centro; também pode referir-se a redes, nodos e trajetórias de circulação (Straw, 2012, p.3).

Como apontam Janotti Jr. e Nobre Pires (2011, p. 12), o desenvolvimento cultural de uma cena pode estar completamente desgarrado de tradições geográficas específicas, o que permite avaliar o Heavy Metal desempenhado em Belo Horizonte enquanto uma cena própria, ainda que suas referências sonoras, ao menos inicialmente, tenham sido importadas, fenômeno o qual é explicado pelas conectividades do mundo globalizado, em que a música deixa evidente seu aspecto cosmopolita. Assim, a metrópole, neste caso a belo-horizontina, sendo um dos pontos nodais do capital no Brasil, torna-se um possível recorte para a pesquisa, tendo o seu espaço urbano enquanto locus de trocas simbólicas e materiais que não limitam-se ao município ou sua região metropolitana.

Isto posto, o presente trabalho elege como objeto de estudo os shows internacionais de Heavy Metal realizados em Belo Horizonte, no intervalo de 2000 a 2023, mais incisivamente aqueles que intercalaram-se com a participação de bandas locais, nos quais buscou-se averiguar como o local interage com o global na perspectiva musical, notabilizando redes territoriais culturais. Os shows de Heavy Metal são aqui estimados como reflexos da descontinuidade espaço-temporal das cenas musicais, consolidando conexões e interdependências, onde o território rede atua como:

> o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal móvel do território e que, conjugada com a 'superfície' territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão e "profundidade", relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional (Haesbaert, 2021, p. 286-287).

Consideram-se três possibilidades imediatas de aplicação da noção de território rede em uma cena musical, alternadas conforme suas inclinações simbólicas-culturais e escalares. A primeira é entre tipologias de locais diferentes – a complementaridade de logradouros diversos para a existência da cena intra-urbana (*e.g.*: lojas, bares e, em especial, os locais de shows), como visto nos mapeamentos de Calaça, Nascimento e Diniz (2018) para o contexto *headbanger* belo-horizontino dos anos 1980 e Calaça (2021) para 1990 e 2000.

A segunda aparece entre cenas musicais próximas no campo ideológico ou coirmãs sonoramente – a complementaridade exercida por culturas marginais (*e.g.*: o Heavy Metal performado em conjunto ou de forma sincrética com punks, góticos, roqueiros, rappers, dentre outras), como na discussão de Calaça e Silva (2023) sobre imbricações do Heavy Metal com o Hip-Hop, de Coelho (2020) no estudo do desenvolvimento mútuo do Heavy Metal com o Punk ou como assinalado por Rodrigues (2018) na estima de vetores cristãos no Heavy Metal em Belo Horizonte.

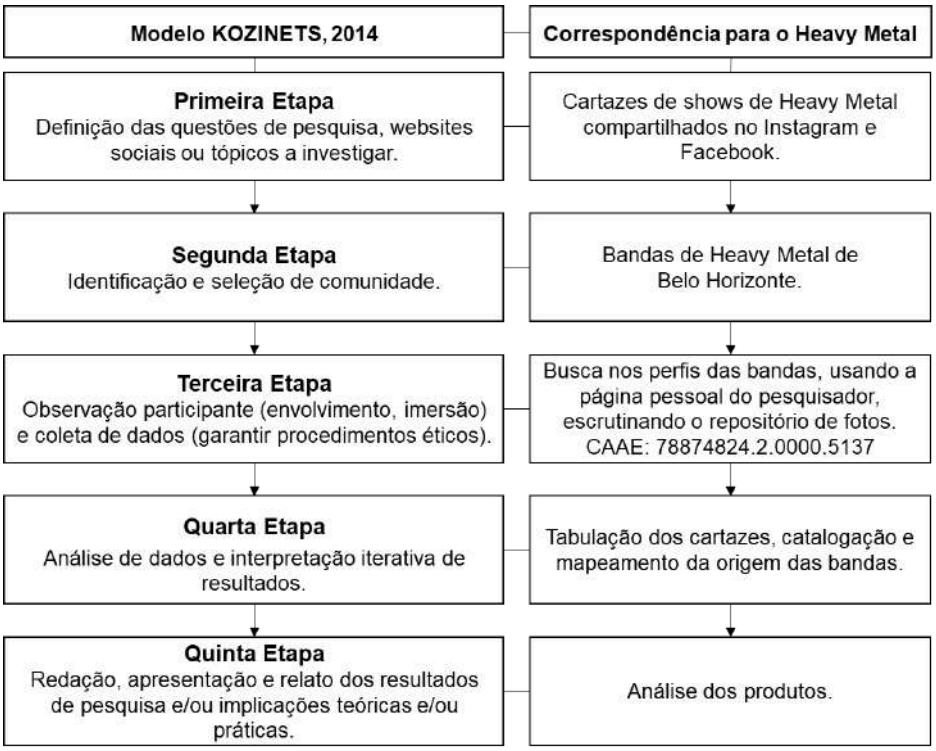
A terceira, manifesta-se em conexão com cenas correlatas de outras localidades – a complementaridade entre cenas *headbangers*, projetando-se como translocais (*e.g.*: bandas de outros estados ou até mesmo estrangeiras apresentando-se em Belo Horizonte), neste caso, uma atribuição ainda não verificada em profundidade para a capital mineira. Para tal, a pesquisa busca respaldo na abordagem etnográfica, na atuação da observação participante, e netnográfica, como discutido adiante.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Uma vez disposta a catalogação das bandas belo-horizontinas com suporte da Encyclopaedia Metallum (2025), foi realizada uma busca exaustiva nas redes sociais de cada grupo, buscando angariar cartazes de shows pretéritos, com os esforços focalizados nas páginas públicas do Facebook e Instagram, considerando que são atualmente os canais mais amplos de anunciação dos eventos. A este tipo de levantamento de dados dá-se o nome de netnografia, tendo em vista que sua viabilidade ocorre graças à comunicação de membros de determinada cultura na internet. Na presente alçada, são assumidas as contribuições de Kozinets (2014), que baseia-se na noção de que “nossos mundos sociais estão se tornando digitais” o que leva a constatação que “para compreender a sociedade é preciso seguir as atividades sociais e interações das pessoas na internet e por outros meios de comunicação mediados pela tecnologia” (Kozinets, 2014, p. 9). Desta forma, atenta-se aos diversos recursos que são comunicados entre as pessoas em comunidades online e culturas eletrônicas, variando entre informações textuais, gráficas, fotográficas e audiovisuais (Kozinets, 2014, p. 53).

A modalidade de netnografia empregada inicia-se no trabalho de campo, tal como uma etnografia tradicional, porém, mediada por equipamentos digitais. Logo, tem-se inúmeras possibilidades de investigação, sendo preciso definir parâmetros dentro de um modelo investigativo. Adaptando as cinco etapas elencadas pelo autor supracitado para o contexto *headbanger*, tem-se o percurso da figura 1. Pontua-se que bandas dos anos 1980 e 1990 ainda em atividade nos anos 2000 também foram averiguadas para fins de inventariação dos shows e que existem ocorrências de shows na cidade, sobretudo de bandas *mainstream*, que não contaram com apoio de bandas de abertura, ou seja, escaparam a esta metodologia via a conferência das bandas belo-horizontinas.

Figura 1: Adaptação da netnografia de Kozinets para a realidade *headbanger*



Fonte: Adaptação própria de Kozinets (2014).

O trabalho de gabinete da netnografia foi complementado por um trabalho de campo presencial na aferição de um evento de Heavy Metal ocorrido na cidade, na oportunidade de acompanhar a apresentação da banda alemã Accept em Belo Horizonte no dia 15 de maio de 2024 com abertura da banda local Hellway Train. Esta abordagem ancora-se no entendimento que os habitantes do espaço urbano são partes das ditas sociedades complexas (Velho, 2003), em que cada indivíduo possui seu código particular de moral,

escolhendo, dentre infinitas opções, seu padrão ético, que engendra-se com as suas identidades. A música é um dos elementos constituintes desta complexidade, formulando grupos mais ou menos coesos que expressam-se nos ritos de shows *headbangers* (Campoy, 2022).

O intento de realizar a observação participante de shows perpassa a necessidade de compreender quais relações desenrolam-se durante um evento musical de Heavy Metal em que são combinadas bandas de origens geográficas distintas. Este exercício foi respaldado pelo trabalho de Hammersley e Atkinson (2019), assim como outras iniciativas de observação participante correlatas, seja na análise de shows em Belo Horizonte, como visto na obra de Andrada (2013), que descreve com uma gama de detalhes alguns eventos ocorridos na cidade, ou na dialética *mainstream* e *underground*, como desenvolvido por Oliveira Júnior (2011), porém, na cena de Brasília. Para o acesso ao show foi feita a compra normal do ingresso, como qualquer outro adepto faria. A observação foi empregada com suporte de ferramentas costumeiras do largo guarda-chuva da etnografia, como bloco de notas e captação de materiais audiovisuais, buscando "um senso da experiência vivida pelos membros da cultura, assim como uma análise fundamentada da estrutura do seu grupo, como ele funciona e como ele se compara a outros grupos" (Kozinets, 2014, p. 58).

Com estas duas principais formas de coleta de dados foi exequível apresentar uma discussão sobre a prática de shows internacionais em Belo Horizonte, revelando o dinamismo que isto causa na cena local, a multiescalaridade do fenômeno *headbanger* e ainda permitiu tecer uma cartografia da rede global na ótica belo-horizontina, organizada com suporte do *software Qgis 2.18*. Estes produtos constam na seção seguinte.

3 RESULTADOS

Além da sólida atuação de bandas nascidas na própria cidade, Belo Horizonte atraiu centenas de grupos para desempenharem sua atividade no município, umas vindas de áreas próximas, outras de terras longínquas. Atentando-se às bandas estrangeiras, à primeira vista, a interpretação das redes territoriais pode suscitar uma designação de que as bandas vindas de fora do país, por costurarem uma rede global, também são de influência global, ao passo que bandas conterrâneas seriam da dimensão local. Na verdade, o que constatou-se consultando o perfil de algumas das bandas internacionais que realizaram shows em BH foi que suas respectivas realidades alinham-se muito mais com a vivência que se tem no *underground*. Concomitantemente, o local em que muitos dos grupos internacionais apresentaram-se em BH são os mesmos daqueles costumeiramente provenientes da prática musical das bandas locais, havendo poucos pontos que foram efetivamente territorializados pela cultura *headbanger* a partir de uma empreitada com participação de tais grupos

cosmopolitas. Assim, de modo geral, as bandas internacionais valeram-se, em solo belo-horizontino, das mesmas estruturas voltadas às bandas locais.

Por outro lado, muitas destas bandas internacionais inserem-se num contexto de privilégio, mesmo que vindas do *underground* do seu país, considerando que a maioria provém do Norte Global – emprestando a Teoria dos Sistemas-Mundo de Wallerstein (2005). Estas, possuem mais possibilidades de deslocamento e inserção em novos mercados em vistas da infraestrutura e nichos de consumo e propagação da cultura estadunidense e europeia, o que facilita estarem em turnês mundiais extensas. Isto implica dizer que vivenciar o *underground* pode ser uma experiência totalmente contraditória quando a origem geográfica é avaliada, tanto é que alguns trabalhos acadêmicos foram compilados exatamente neste sentido. Destacam-se o "Metal Rules the Globe: Heavy Metal Music around the world" (Wallach; Berger; Greene, 2011) e "Decolonial Metal Music in Latin America" (Varas-Díaz, 2021), que mostram o Heavy Metal praticado e reinventado em conformidade com o lugar que o abriga, tendo nuances políticas, sociais, econômicas e culturais em relação às disposições do norte global, rompendo qualquer homogeneização da cena que poderia surgir da propagação do *mainstream headbanger* sobre o local.

A rede aqui discutida também poderia ser averiguada com o fluxo oposto, revelando em quais países bandas de BH se apresentaram. Certamente, é muito mais difícil uma banda brasileira realizar shows na Europa do que o contrário, uma banda europeia, com o poder aquisitivo da sua moeda multiplicado em relação ao real, apresentar-se em terras tupiniquins. Isto pode ser estendido ao público, onde custear ingressos para assistir eventos no norte global é mais facilitado do que pagar os valores de conversão no Brasil, com o ingresso para assistir uma banda internacional podendo chegar a uma considerável porcentagem do salário mínimo, algo em torno de 10 a 30% do valor praticado atualmente, o que também inibe o acesso à cultura *headbanger* por classes menos abastadas, isto sem mencionar eventos com setorização ou áreas de camarote, sempre mais onerosos. Ou seja: o acesso ao Heavy Metal internacionalizado, pertencente ao *mainstream*, é assimétrico, sendo a maior chance de propagação e popularização do gênero no Brasil o seu diálogo com as especificidades nacionais, sobretudo socioeconômicas, o que acaba por evocar o cotidiano do *underground* com suas práticas independentes.

Viu-se que shows internacionais rompem, muitas vezes, com a primazia do ideal "faça você mesmo" que direciona a maioria dos shows de Heavy Metal ocorridos na cidade, organizados por hordas, coletivos e movimentos. Para bandas de renome, é comum existirem produtoras envolvidas na realização dos eventos, objetivando lucro, com intento da vendagem de ingressos gerar superávit. Independente da "organicidade" e produção do

show, Belo Horizonte recebeu ao menos 156 shows internacionais de Heavy Metal de 2000 a 2023 conforme a tabulação da pesquisa.

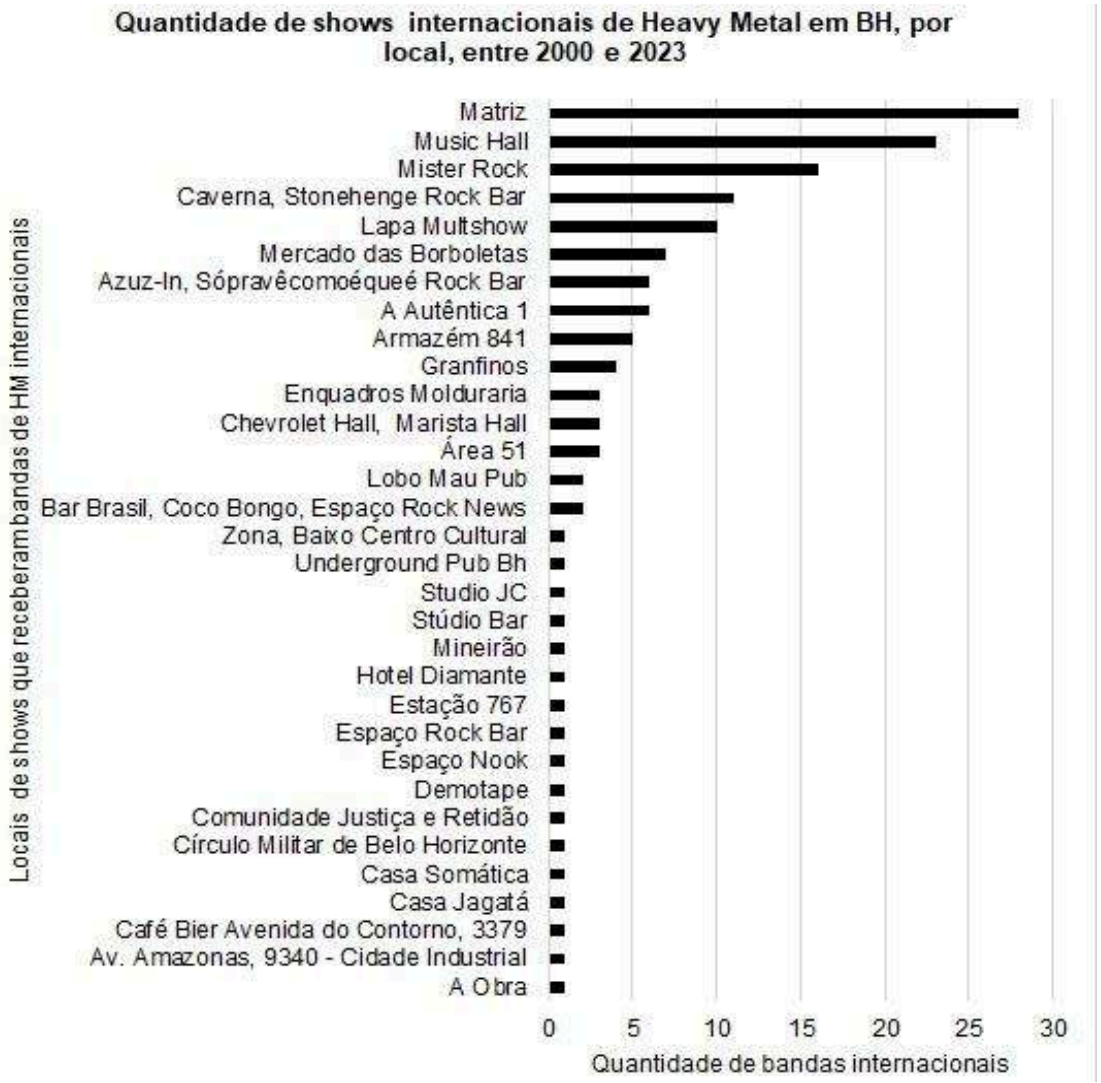
Os pontos mais atuantes na acolhida destes shows fazem parte da estima do *underground* local, conforme elucida o gráfico 1, tendo o Matriz abrigado 28 bandas internacionais, o Music Hall 23, o Mister Rock 16, o Stonehenge/Caverna 11 e o Lapa 10 como os principais logradouros. A imagem 2 compila alguns cartazes de shows ilustrativos desta situação. Todos os supramencionados no Centro da cidade ou em sua área de influência imediata, sendo o local mais periférico com a alcunha de receber mais atrações internacionais o Azuz-in na regional da Pampulha, enquanto as regionais Venda Nova e Noroeste não registraram tal ocorrência e a regional Leste limita-se às suas bordas em contato com o Centro-Sul. Percebe-se que os shows internacionais são mais centralizados que a própria cena local.

O Estádio do Mineirão, local costumaz de megaeventos internacionais, não aparece como pivô no levantamento devido ao critério de seleção das grandes produtoras de shows, que agendam as turnês de bandas de renome com shows de abertura de grupos predeterminados, normalmente, no intuito de promovê-los ao grande público. Assim, não buscam estabelecer representatividade da cena local no *line-up*, portanto, tais shows não foram catalogados na metodologia proposta, embora tenha-se ciência da sua existência (*e.g.*: Iron Maiden, Black Sabbath, Metallica, dentre outros que se apresentaram no Mineirão).

Os shows internacionais passaram a ocorrer com assiduidade em BH após o início dos anos 2000. Antes disto, a cidade abrigava eventos assim esporadicamente, com prolongamentos de megaeventos que foram realizados em São Paulo ou no Rio de Janeiro (*e.g.*: Monsters of Rock e Rock in Rio). A partir do Plano Real, inicialmente estabelecendo paridade de um para um com o dólar, e das sucessivas crises financeiras internacionais, com o maior colapso ocorrendo na bolsa imobiliária estadunidense em 2008/2009, foi que bandas internacionais viram no Brasil um potencial mercado consumidor de suas atrações, dando início às turnês internas nos estados brasileiros. Por sua vez, os estados estabelecem uma hierarquia no acolhimento dos shows internacionais, na qual BH vem sendo muitas vezes preterida. Se formos estabelecer o porte econômico dos estados como critério para atrair estes shows de elevada estrutura, seria de se esperar que Minas Gerais, na figura de sua capital, recebesse mais eventos logo após São Paulo e Rio de Janeiro. O que ocorre, entretanto, é que parte considerável do público mineiro pode deslocar-se com facilidade para estes estados e suas respectivas capitais, dada a proximidade regional. Com isto, produtores têm optado por realizar shows de grande porte em capitais de outros estados, onde há grande permeabilidade da cultura *headbanger*, como Porto Alegre - RS, Curitiba -

PR e, em alguns casos, no nordeste brasileiro, sobretudo Fortaleza - CE, além da capital federal. Mesmo ficando de fora de algumas turnês, BH frequentemente tem sido palco para bandas internacionais de variados níveis.

Gráfico 1: Quantidade de shows internacionais de Heavy Metal em BH, por local, entre 2000 e 2023



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2: Cartazes de shows internacionais ocorridos em BH, por local, entre 2000 e 2003

Matriz Casa Cultural









Music Hall









Mister Rock









Lapa Multshow





Stonehenge/Caverna





Fonte: Elaboração própria.

Sobre a designação adequada às bandas, um complicador na análise de eventos enquanto *underground* ou *mainstream* é a escala intermediária. Seria demasiadamente arriscado estabelecer por critérios quantitativos um recorte numérico que defina o que é uma banda de influência e atuação *underground* para uma *mainstream*, quer seja considerando número de discos vendidos, média de público nos shows ou mesmo quantidade de seguidores nas redes sociais digitais. Notadamente, bandas do *mainstream*, em sua exposição comercial, arrebanham mais seguidores e arrastam multidões. Por outro lado, eventos somente de bandas da cena belo-horizontina já mobilizaram mais de duas mil pessoas de público em uma única edição, o que para alguns caracterizaria um megaevento. Avaliar o que é de caráter *underground* ou *mainstream* e de influência local ou global passa pelo palco midiático ao qual a banda é exposta, pois bandas de renome se apresentam em conjunto para multidões, mas em turnês próprias, salvo aquelas de primeiro escalão, enveredam-se por onde as cenas locais acontecem, aproximando-se do *underground*, o que estende-se para a maioria das bandas aqui catalogadas.

Para validar a análise acima foi desempenhada a observação participante, analisando presencialmente o show da banda alemã setentista Accept (importante para o desenvolvimento do Heavy Metal europeu), realizado em BH no Mister Rock em 2024. Na ocasião, a banda, que já havia se apresentado em BH em outras oportunidades, tocou para cerca de duas mil pessoas em sua turnê solo pela América Latina. Neste caso, o Accept por si só não cativaria público suficiente para um show de arena ou estádio, tendo que entrar em contato com os territórios da cena belo-horizontina já voltados ao Metal. Em um destes territórios que duas vivências distintas foram intercaladas, a global e *mainstream* do Accept, proveniente do movimento NWOBHM (New Wave of British Heavy Metal), com a local do *underground*, a partir da abertura da noite com a banda Hellway Train, no mesmo palco. Esta mesma banda de BH, fundada em 2010 e reativada desde 2020 com lançamentos de singles e um álbum *full-length*, aparece com frequência em eventos formados somente por bandas da própria cidade e tem feito algumas turnês pelo Brasil, ampliando sua área de atuação.

A multiescalaridade também ficou expressa nos discursos das duas bandas da noite. O Hellway Train, nos seus trinta a quarenta minutos de show, falava nos intervalos entre as músicas de questões políticas e sociais caras ao contexto brasileiro, como críticas contundentes ao conservadorismo, fascismo e dogmatismo cristão, proferidas pelo vocalista Marc Hellway. Mark Tornillo, vocalista do Accept, discursava de forma mais genérica, enaltecendo o público, comentando sobre os sucessos do setlist e promovendo o álbum recém lançado, “Humanoid”. Isto posto, o fator que mais aproximou as duas bandas foi o

sonoro, evocando vertentes clássicas do Metal, embora também viam-se práticas em comum dos dois modos de vivência, como na disposição de bancas de merchandising vendendo CDs, camisas e outros adereços próprios, nas rodas de mosh em momentos de ápice dos shows e na catalisação da mídia especializada, posteriormente publicando resenhas da noite em webzines[2].

O público era visivelmente um misto de pessoas ativas na cena intra-urbana juntas com adeptos menos assíduos nos eventos locais. Mesmo a maioria estando ali para prestigiar a banda estrangeira, o grupo local foi muito exaltado durante a sua enérgica apresentação e saiu do palco com pedidos públicos de bis. Ainda que a noite fosse do fenômeno global, foi estabelecido mais um triunfo da cena local a partir do show de abertura e da fortificação do seu território de shows que articula localmente a cena. Este logradouro, por sua vez, que cumpre a principal brigada de shows de Heavy Metal na cidade atualmente, pode ser caracterizado da seguinte maneira:

> situado no bairro Prado, na Via Expressa (...). O local, que é uma espécie de galpão situado às margens do Viaduto Itamar Franco, é todo pintado de preto por fora e por dentro, contando com espaço amplo e um palco grande. A princípio, o Mister Rock era cenário das bandas covers, aos poucos abrindo espaço para o underground (Calaça *et. al.*, 2024, p. 485).

Em um outro contexto, na sua terra natal, os alemães do Accept já performaram em um palco midiático bastante distinto do descrito pela observação participante, mostrando como podem ser fluidas as relações tecidas na dualidade *underground/mainstream*. A figura 3 faz esta comparação, elencando características do show do Accept em BH e no Wacken Open Air de 2017, maior festival *headbanger* do mundo, motivador de um turismo do Metal que leva ao pequeno vilarejo de Wacken-Schleswig-Holstein, norte da Alemanha, milhares de *headbangers* de todo o globo. Neste contexto, há uma das disposições mais prolíficas do *mainstream headbanger*, sem a participação de outros gêneros musicais, sendo este o maior palco midiático do gênero, onde apresentar-se significa elevar o status de reconhecimento da banda. Pode ser equiparado, em grau de importância para o Metal, com o Woodstock para o Rock sessentista e setentista. Para atrair público, o megaevento opera enquanto festival, reunindo várias bandas em cada edição, com dezenas de milhares de *headbangers* a assisti-las. Em um dos momentos mais marcantes da sua história, na participação do Accept, realizou-se a gravação do show com colaboração da orquestra Czech National Symphonic, em 2017, resultando no CD/DVD “Symphonic Terror” lançado em 2018.

[2] A exemplo da resenha do Rock Master: https://rockmaster.com.br/2024/05/16/accept-faz-o-melhor-show-do-ano-ate-o-momento-em-bh/.

Portanto, pode-se garantir que o *underground* não é diametralmente oposto ao *mainstream*, havendo imbricações em meio aos dois polos de consumo da música. Há bandas que vivenciam somente o *underground*, (r)existindo em seu contexto local, bandas especificamente *mainstream* que só integram megaeventos de primeiro nível, sem aproximação com bandas locais, e bandas do *mainstream* e *underground* que complementam-se em sua atuação rotineira, dispondo uma rede glocal.

Figura 3: A banda Accept no WOA - Alemanha e em BH: reflexos da multiescalaridade da cena musical

Accept no Wacken, 2017.





Accept no Mister Rock, 2024.





Abertura: Hellway Train





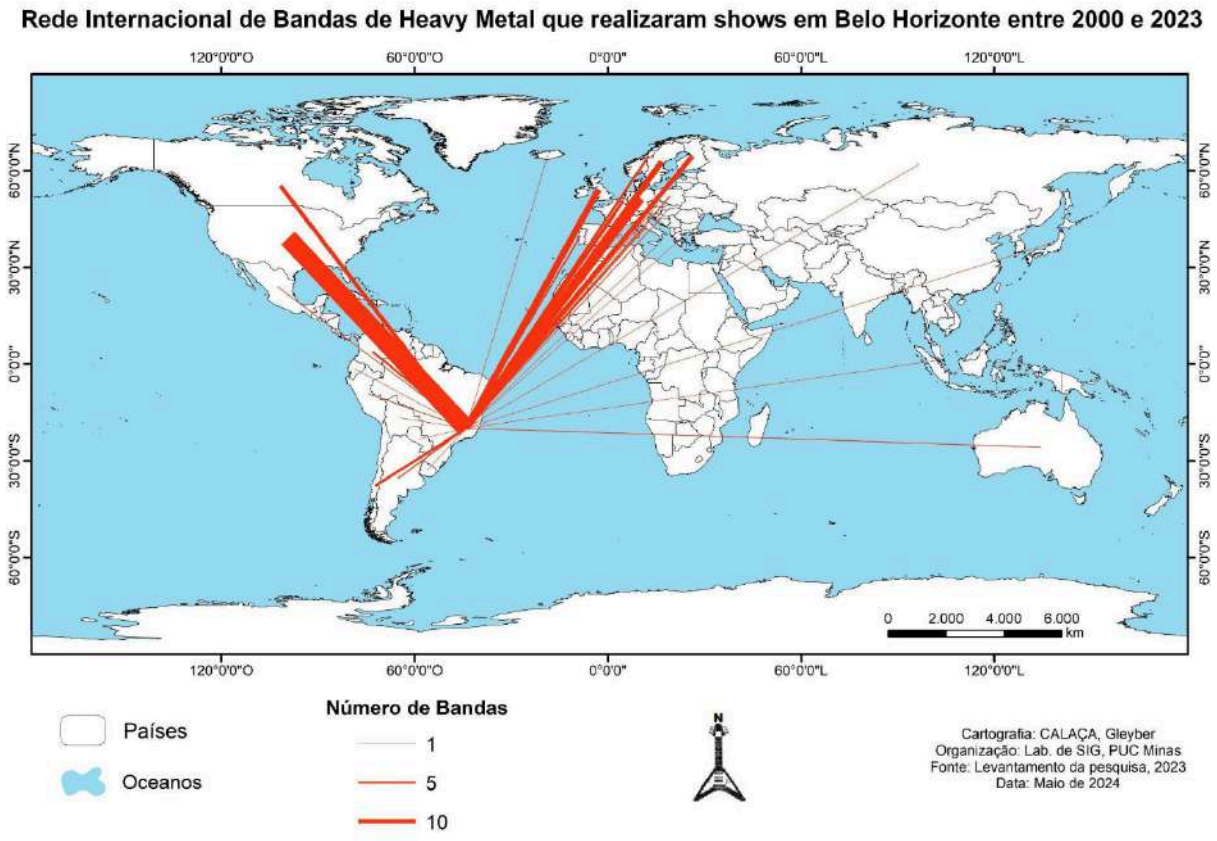
Fonte: Elaboração própria com base em Google Maps (2025) e Accept (2017).

No mapa 1 são expostas as redes territoriais, nas quais Belo Horizonte articulou-se localmente para receber atratividades que fizeram um percurso internacional, seja de bandas de renome global ou de bandas estrangeiras do cenário *underground* de seu país correspondente. Nesta escala, as redes são voltadas precipuamente ao mercado fonográfico mundial, com os vínculos mais incisivos ocorrendo com o norte global, região com a concentração de bandas do mundo, os melhores acessos a bens de consumo necessários ao

Heavy Metal, além do seu apelo cultural, já que o gênero foi moldado sonoramente na Europa e na América do Norte. Consequência direta disto são as duas nações propulsoras do Metal também serem aquelas que mais exportaram shows para Belo Horizonte: Estados Unidos com 43 apresentações e o Reino Unido com 15. Outras renomadas escolas do Heavy Metal mundial fizeram-se presentes em BH, com 15 apresentações de bandas alemãs e vários ritos vindos dos escandinavos, com destaque para a Suécia com 14 shows, a Finlândia com 11 e a Noruega com 6. Ainda no Norte Global, sobressaem o Canadá (10 shows) e a Bélgica (7 shows). Dentre os países com grande quantidade absoluta de bandas, as redes com menor intensidade ocorrem com a Itália e a França, com somente 3 shows executados por bandas destes países em Belo Horizonte.

No Sul Global ainda são poucas as conexões com BH, mesmo com os países latinoamericanos. Isto pode derivar de duas causas principais, uma de ordem socioeconômica e outra cultural. Da primeira, como dito, fazer turnês e grandes excursões é algo mais conveniente financeiramente para bandas norte-americanas e europeias, pois possuem maior chance de estrelato e de criarem o próprio nicho de seguidores estando no núcleo do capital global, enquanto países vizinhos do Brasil têm enfrentado uma constante instabilidade econômica, como a Venezuela e a Argentina. No plano cultural, o idioma ainda é uma barreira na escuta por parte dos *headbangers* brasileiros, que pouco ouvem bandas para além do inglês, mesmo o espanhol, língua com a qual compartilhamos a origem do latim. Em casos mais extremos, o próprio português do Brasil é criticado por adeptos brasileiros. Os intercâmbios mais sólidos no sul global são com o Chile (6 shows) e a Colômbia (5 shows), ao passo que não foram encontradas redes com países africanos e, com a Ásia, somente duas empreitadas, sendo uma conexão com a Singapura (Sul Global) e outra com o Japão (Norte Global).

Mapa 1: Rede internacional de bandas de Heavy Metal que realizaram shows em Belo Horizonte entre 2000 e 2023



Fonte: Elaboração própria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na experiência belo-horizontina, não se pode desprezar a relevância da cidade enquanto ponto nodal na rede *headbanger* mundial, dada, além de sua vocação ao Heavy Metal, pelo seu papel de capital estadual, metrópole e porte econômico, que lhe conferem uma posição de privilégio na atração de redes globais. Estas, vinculam-se com outros nodos tão ou mais importantes para o capital face à globalização, por isto a predominância de conexões com o Norte Global, nitidamente desigual em relação a rede construída com o Sul Global. Viu-se que, quando em contato com bandas locais, os grupos internacionais que apresentaram-se em Belo Horizonte enveredaram-se por locais típicos da própria cena local, revelando uma coexistência que age muito mais no sentido de sua fortificação do que em favor a uma homogeneização cultural. Esta lógica não aplica-se a megaeventos que passam pelas arenas da cidade sem se darem conta do dinamismo do Heavy Metal local.

Tem-se, no Heavy Metal, um exímio exemplo de articulações multiescalares com potencial global que ocorrem fora dos holofotes da mídia de massa e do aparato estatal. A

partir da cena musical, relações de cooperação entre adeptos da cultura *headbanger* provenientes de países distintos são tecidas e movimentam milhares de pessoas ávidas pela escuta de sua música de preferência. Defende-se que tal fenômeno cultural, na relação do local com o global, carece de exames mais profundos das Ciências Humanas, em especial das Relações Internacionais, da Ciência Política e da Geografia. Neste intento, é de suma importância a aproximação com o sujeito que vivencia tal cultura, tratando de suas ontologias, suas percepções e, conforme este trabalho, suas conexões, algo que as diretrizes metodológicas da observação participante e da netnografia têm muito o que contribuir, seja na apreciação do Heavy Metal ou de outro expoente cultural.

Constatou-se que a atuação dialógica de eventos e megaeventos na metrópole forma parte essencial da própria existência *headbanger*, que transita pelos dois eixos e reluz modos de vida distintos, da atuação subterrânea e subcultural até a apreciação de expressões massivas, que operam de forma complementar nesta cultura, pois mesmo as figuras mais radicais do *underground*, em algum momento, viram-se expostas ou influenciadas por personalidades globais. Entretanto, existem níveis distintos de "undergroundlidade" e "mainstreamidade", que por vezes aproximam-se, como visto nos shows internacionais com participação de bandas locais no *line-up*, reflexo da ação global sobre a razão local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel de; TRACY, Kátia Maria. **Noites nômades**: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

ANDRADA, Lúcia. **"We who are not as others"**: análise de noções da violência no mosh a partir do heavy metal. 2013. Dissertação (Mestrado em Música) - Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

BENNETT, Andy; PETERSON, Richard A. (orgs.). **Music Scenes**: Local, translocal and Virtual. Nashville: Vanderbilt University Press, 2004.

CALAÇA, Gleyber *et al*. Rota 66: proposição de um percurso turístico pela cena heavy metal belo-horizontina. **Caderno de Geografia**, v. 34, n. 77, p. 470-497, abr./jun. 2024. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/32598. Acesso em: fev. 2025.

CALAÇA, Gleyber. Headbangers em cartaz: geovisualizando os territórios de shows e a semiótica dos flyers da cena Heavy Metal de Belo Horizonte nos anos 1980 e 1990. **Revista Verde Grande**: Geografia e Interdisciplinaridade, [S. l.], v. 5, n. 01, p. 22-48, 2023. Disponível

em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/6276. Acesso em: fev. 2025.

CALAÇA, Gleyber. **Na trilha do metal**: a construção de territorialidades das bandas de Heavy Metal de Belo Horizonte nos anos 1990 e 2000. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

CALAÇA, Gleyber; NASCIMENTO, Leonardo; DINIZ, Alexandre. Na trilha do metal: a construção de territorialidades das bandas de Heavy Metal em Belo Horizonte nos anos 1980. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 54, p. 650-673, 2018. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/17939. Acesso em: jan. 2025.

CALAÇA, Gleyber. SILVA, Glaycon. Interseções antropológicas: Possibilidade de confluência da Antropologia Urbana com a Geografia Cultural no estudo de culturas Undergrounds em Belo Horizonte, Minas Gerais. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 1-18, 2023. Disponível em: http://journals.openedition.org/pontourbe/15731. Acesso em: fev. 2025.

CAMPOY, Leonardo. As revelações da escuridão: o show no underground do heavy metal extremo como um ritual. In.: BAHI, Cristiane; DOS PASSOS, Cristiano; KHALIL, Lucas; BARCHI, Rodrigo. **Música extrema**: ruídos, imagens e sentidos. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

COELHO, Patrícia. **As identidades dos sujeitos da cena underground heavy metal e Punk de Belo Horizonte**. 2020. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

ENCYCLOPAEDIA METALLUM. **The Metal Archives**. Disponível em: https://www.metal-archives.com/. Acesso de mar. 2024 - fev. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Ethnography Principles in Practice**. Londres: Routledge, 2019.

HARRIS, Keith. "Roots"?: The Relationship between the Global and the Local within the Extreme Metal Scene. **Popular Music**, v. 19, n. 1, p. 13-30, 2000.

JANOTTI JR., Jeder; NOBRE PIRES, Victor. Músicos, Cenas e Indústria da Música. In: JANOTTI JR, Jeder; LIMA, Tatiana; NOBRE PIRES, Victor. (Orgs.). **Dez Anos a Mil**: mídia e música popular massiva em tempos de internet. Porto Alegre: Simplíssimo Editora, 2011.

KOZINETS, Robert. **Netnografia**: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

NETO MARQUES, Roberto. **Geografia do Rock no Brasil**. Curitiba: CRV, 2023. 198 p.
OLIVEIRA JR., Marcos. **Do underground ao mainstream**: uma etnografia do Heavy Metal em Brasília. 2011. Monografia (Graduação em Ciências Sociais - Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

RODRIGUES, Flávio. **O fenômeno religioso entre os jovens nas tribos urbanas**: uma análise da relação cultura e religião na Comunidade Caverna de Adulão – Belo Horizonte/MG. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

STRAW, Will. Entrevista concedida a Jeder Janotti Jr. E-Compós, Brasília, v. 15, n. 2, p. 1-10, maio/ago. 2012. Disponível em: https://www.ecompos.org.br/ecompos/article/view/812/598. Acesso em: dez. 2024.

VARAS-DÍAZ, Nelson. **Decolonial Metal Music in Latin America**. Intellect: Bristol, 2021.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WALLACH, Jeremy; BERGER, Harris M.; GREENE, Paul D. (orgs.). **Metal Rules the Globe**: Heavy Metal Music around the World. Durham, NC: Duke University Press, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas-mundo: una introducción**. México: Siglo XXI, 2005.

CONJUNTURA INTERNACIONAL
PUC Minas

NO CAMPO DO MUNDO: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO ETNOGRÁFICO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS[1]

In the field of the world: reflections on ethnographic work in International Relations

En el campo del mundo: reflexiones sobre el trabajo etnográfico en Relaciones Internacionales

Júlia Thassya Theodoro Soares
Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais; Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
juliathst@ufmg.br

Luiz Felipe Dias Pereira
Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (FFCLRP - USP); Doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
luizfdpereira@gmail.com

RESUMO

Ao longo de sua consolidação enquanto área do conhecimento, o campo das Relações Internacionais (RI) foi marcado por diversos debates teórico-metodológicos; todavia, quando comparado a outras áreas das Ciências Sociais, o uso da etnografia como metodologia e método recebeu relativamente pouca atenção. Neste artigo, buscou-se situar o uso da

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Dossiê recebido em: 10 abr. 2025 | Aceito em: 25 set. 2025.

etnografia no campo das RI no contexto dos “grandes debates” teóricos, abordando a relevância e as possíveis contribuições do método para discussões teóricas e metodológicas do campo. Considera-se que a etnografia proporciona uma visão de campo das práticas que formam a política internacional, e através da sua aplicação podemos compreender melhor como as trocas sociais formam o nosso campo de estudos.

Palavras-chave: Etnografia, Relações Internacionais, Metodologia, Antropologia, Método.

ABSTRACT

Throughout its consolidation as a field of knowledge, International Relations (IR) has been marked by numerous theoretical and methodological debates; however, compared to other areas of the Social Sciences, ethnography as both methodology and method has received relatively little attention. This article seeks to situate the use of ethnography within the field of IR in the context of the discipline’s 'great debates,' addressing its relevance and potential contributions to theoretical and methodological discussions. It is argued that ethnography provides a situated perspective on the practices that constitute international politics, and that through its application we may gain a better understanding of how social exchanges shape our field of study.

Keywords: Ethnography, International Relations, Methodology, Anthropology, Method.

RESUMEN

A lo largo de su consolidación como campo de conocimiento, las Relaciones Internacionales (RI) han estado marcadas por numerosos debates teórico-metodológicos; sin embargo, en comparación con otras áreas de las Ciencias Sociales, la etnografía como metodología y método ha recibido relativamente poca atención. Este artículo busca situar el uso de la etnografía en el campo de las RI en el contexto de los 'grandes debates' teóricos, abordando su relevancia y las posibles contribuciones del método a las discusiones teóricas y metodológicas de la disciplina. Se sostiene que la etnografía proporciona una perspectiva situada de las prácticas que constituyen la política internacional, y que, a través de su aplicación, es posible comprender mejor cómo los intercambios sociales configuran nuestro campo de estudio.

Palabras clave: Etnografía, Relaciones Internacionales, Metodología, Antropología, Método.

1 INTRODUÇÃO

O campo das Relações Internacionais (RI) é intensamente marcado por grandes debates teóricos e metodológicos, que pontuam a própria trajetória de consolidação da área (Wæver, 2011; Montison, 2018). Porém, o uso da etnografia ainda desponta como um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade relativamente pouco explorada (Montison, 2018).. As teorias macroestruturais que têm o Estado como principal ator são as abordagens mais difundidas na área, fazendo com que propostas de métodos quantitativos e o uso de dados secundários sejam, muitas vezes, preferidos. Em contraste, críticas da própria área apontam como estas tendências podem ser limitadoras em relação a uma compreensão das práticas cotidianas, das interações sociais e dos significados que atravessam esses fenômenos políticos (Montison, 2018).

Este artigo propõe discutir o emprego do método etnográfico nas RI, evidenciando tanto seus potenciais como as dificuldades inerentes à pesquisa de campo. Neste sentido, o objetivo proposto é pensar como o método etnográfico pode incidir no campo das Relações Internacionais, considerando as particularidades das agendas de pesquisa na área.

Assim, as reflexões deste trabalho propõem que uma abordagem partida da vivência empírica e da observação participante pode ampliar o escopo das análises de fenômenos internacionais, e revelar processos sociais que as abordagens estruturais muitas vezes não têm o poder de acessar. Ao longo do texto, propõem-se possibilidades de aplicação da etnografia em pesquisas de RI, evidenciando como esse método pode auxiliar na superação de limitações analíticas e, assim, contribuir para uma compreensão mais plural das dinâmicas sociopolíticas globais. Desse modo, busca-se fomentar o diálogo entre campos das ciências sociais e sugerir caminhos para o fortalecimento de uma agenda de pesquisa etnográfica em Relações Internacionais.

2 ETNOGRAFIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: UM BREVE HISTÓRICO DO MÉTODO

Sair de uma pesquisa documental em Relações Internacionais para outras áreas da Ciências Sociais e para a experiência do trabalho de campo coloca os pesquisadores em diversos dilemas. O entrar no campo pode ser um tanto anti-natural para aqueles cujo fazer reflexivo e de pesquisa é, na maioria das vezes, um exercício solitário entre cadeira e computador. Torna-se então mais que pesquisador, mas também objeto da sua observação: “Como devo agir?”, “Com quem devo conversar?”, “Será que minha presença irá constranger interlocutores?” são perguntas que correm a mente na primeira ida ao campo. Estes questionamentos seguem durante o processo analítico de construção de cadernos de campo e na participação constante da vida social dos grupos estudados (Dewalt; Dewalt, 2011).

A etnografia é um método muito amplamente utilizado nas Ciências Sociais “vizinhas” às Relações Internacionais (RI), mas, como colocado por Montison (2018) e Vrasti (2008), na

área em questão, sua emergência é recente. Por outro lado, o método é central na formação do campo de estudos da Antropologia, e, desde o século XX, foi determinante na Sociologia.

O que chamamos de etnografia consiste do método de trabalho de campo amplamente utilizado nas pesquisas antropológicas que consiste na imersão cultural do pesquisador em campo durante um período prolongado, de forma a permitir uma interpretação das formas de vida, padrões culturais, sistemas de crenças e valores compartilhados. É possível colocar que esta é uma definição geral, mas o termo "etnografia" possui significados múltiplos, englobando diferentes práticas e abordagens (Hammersley; Atkinson, 2007).

Apesar disso, Oliveira (1996) argumenta que há pelo menos três pontos importantes que reúnem o fazer etnográfico, sendo esses o **olhar**, **ouvir** e **escrever**. Isto é, independente do modelo interpretativo utilizado, o pesquisador passará, de alguma forma, por estes três passos.

O **olhar** e **ouvir** se dão através da imersão do pesquisador no seu campo. Estas atividades fazem parte do "estar lá", ou seja, o ato de fazer campo. É válido colocar que com a expansão do uso do método para ambientes digitais, o **estar lá** se expande também ao ato de frequentar sites, fóruns e outros tipos de ambientes digitais onde as práticas culturais estudadas são difundidas (Hammersley; Atkinson, 2007).

Esta imersão no campo de estudos, para que a observação se caracterize como uma etnografia, precisa possuir um elemento além da descrição jornalística de uma situação. O olhar do pesquisador que está executando a etnografia deve estar ancorado em perspectivas teóricas que permitam o estranhamento das práticas culturais com as quais ele terá contato (Oliveira, 1996).

Ao frequentar os espaços sociais mapeados, o pesquisador também entra em contato com as pessoas que frequentam estes espaços, os nativos de determinada cultura. Geertz (2008) coloca que fazer etnografia é uma prática que por si só prevê a interação com seus interlocutores, ouvi-los e entrar em contato com os significados subjetivos que fazem parte do seu background cultural. O **ouvir**, neste sentido, inclui entrar em contato com o relato próprio do interlocutor, buscar o "modelo nativo" (Oliveira, 1996, p. 24).

O terceiro passo que uniria as diferentes perspectivas etnográficas possíveis é o **escrever**, o ato de transformar as observações em textos analíticos, articulando-as teoricamente. O trabalho da redação não deve, de forma alguma, um trabalho puramente descritivo, boas etnografias "i) consideram a comunicação no contexto da situação (cf. Malinowski); ii) transformam, de maneira feliz, para a linguagem escrita o que foi vivo e intenso na pesquisa de campo, transformando experiência em texto; e iii) detectam a eficácia social das ações de forma analítica." (Peirano, 2014, p. 386).

No que tange à Antropologia, o método etnográfico é também considerado como a pedra fundadora da disciplina. O contato com a empiria a partir do olhar etnográfico é um dos pontos consolidadores desta como uma ciência. Evans-Pritchard (2021) coloca que a observação empírica e a comparação teriam sido o foco das construções teóricas que seriam inspiração para os antropólogos sociais do século XX. Desta forma, o fazer de campo, etnográfico, torna a Antropologia ciência única, com foco no "fato etnográfico", registrado e relatado pelo olhar teórico do cientista, ao invés da preocupação em compreensão dos "fatos sociais" ou a criação de grandes teorias tautológicas (Peirano, 2014).

O 'fazer' etnográfico é essencial para a formação teórica antropológica, os dados coletados pela observação e participação das cenas etnografadas transformam e aperfeiçoam os quadros teóricos. Porém, destaca-se que a entrada de campo não deve ser ingênua e exploradora, mas ter por base outras observações capazes de produzir um quadro explicativo sobre os fenômenos sociais e culturais (Oliveira, 1996; Peiriano, 2014; Brandão, 2007).

No que tange à Sociologia como área do conhecimento, a utilização do método etnográfico se dá principalmente via a Escola de Chicago e através das teorias interacionistas. Esta aproximação acontece em um momento em que se começa a questionar as ambições por grandes teorias sociais. Nestas escolas de pensamento, há um interesse importante nas interações diárias, nas formas com que símbolos e significados são difundidos nas micro-relações (Deegan, 2001; Rock, 2001; Pollner; Emerson, 2001).

Porém, vale destacar que a difusão do uso da etnografia nas Sociologia não se deu sem tensões. Por exemplo, Peiriano (2014) aborda a resistência de Florestan Fernandes em relação ao método, visto que este considerava que a forte empiria das publicações etnográficas afastava a antropologia do *status* de ciência.

A Ciência Política, por outro lado, foi uma disciplina cuja utilização do método etnográfico pode ser considerado como especialmente complexo, visto que muitas vezes as agendas de pesquisa têm como foco movimentos macropolíticos e institucionais (Soares, 1995). Porém, é importante destacar que o método etnográfico pode ser empregado no estudo da formação do ator político como tal, assim como os processos de trocas e rituais presentes na tomada de decisão e rotinas organizacionais de instituições políticas (Brodkin, 2017).

Destaca-se neste cenário o uso da etnografia institucional como ferramenta para compreender a difusão de políticas nos quadros burocráticos. Este modelo de pesquisa etnográfica se baseia na concepção de instituições e organizações políticas não são racionalmente orientadas, mas possuem fluxos culturais próprios que são responsáveis pelas rotinas e tomadas de decisão (Tellaraas, 2020).

3 ETNOGRAFIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

Embora tenha havido um aumento no interesse na aplicação da etnografia a estudos de RI na última década (Rio, 2024), o uso dessa metodologia no campo das RI é relativamente recente (Montison, 2018). A tendência da área em tomar como unidade de pesquisa o Estado nacional e o foco na tomada de decisão nos altos quadros de instituições internacionais, faz com que a vivência empírica dos temas de pesquisa seja de difícil acesso. Além disso, pensar etnograficamente em territórios geograficamente dispersos apresenta desafios muito complexos (Tsuda; Tapias; Escandell, 2014). Vale colocar, que, por outro lado, as experiências metodológicas em etnografias transnacionais são passos importantes para o desenvolvimento tanto do método em si, quanto das Ciências Sociais.

Pode-se dizer, assim, que as RI são uma disciplina que possui uma tradição metodológica "estatocêntrica" (Rio, 2024, p. 281), o que explica, em alguma medida, a história limitada da etnografia em estudos no campo (Rio, 2024). Ao longo da história da disciplina, múltiplos debates teóricos contribuíram para a definição de um objeto de estudo próprio das RI (Montison, 2018).

O primeiro debate teoria ocorrido no contexto da Segunda Guerra Mundial, sendo protagonizado por "realistas", que partiam das premissas da existência de supostas naturezas do ser humano e do próprio mundo, e "idealistas", que acreditavam no potencial das instituições no que diz respeito à mitigação de conflitos interestatais (Lake, 2013). O segundo grande debate, ocorrido na década de 1960, foi marcado pela discordância entre behavioristas e tradicionalistas: estes eram céticos no que se refere à capacidade de se produzir uma teoria que pudesse explicar o comportamento humano, ressaltando a complexidade da política mundial e a necessidade de se compreender as idiossincrasias de cada conjuntura histórica. Por outro lado, behavioristas propunham generalizações baseadas na identificação de classes de eventos (Lake, 2013).

Alguns autores apontam a existência de um terceiro debate, localizado na década de 1970 e composto pelo liberalismo, o realismo e o radicalismo; na década seguinte, o neoliberalismo, o neorrealismo e o construtivismo seriam as abordagens teóricas envolvidas no quarto grande debate (Waever *apud* Lake, 2013, p.570). Segundo Lake (2013, p.570), o "debate final" teria sido caracterizado pelas divergências entre "positivistas" e "reflexivistas". De forma geral, o termo "positivista" incluía diversas abordagens que compartilhavam da premissa de que indivíduos agem de forma intencional e calculista, além de atribuir relevância ao método no contexto das ciências sociais. Da mesma forma, os "reflexivistas" não compunham uma única escola de pensamento, abrangendo, assim, teorias construtivistas, pós-modernas, críticas e feministas (Lake, 2013).

Isto posto, é importante ressaltar a relevância de se discutir métodos e metodologias em discussões referentes aos "grandes debates". Samra (2021) argumenta que abordar a história dos métodos e metodologias de pesquisa pode ser uma forma alternativa de se contar a história dos debates do campo, apontando diferenças e similaridades entre os paradigmas da disciplina, e abordando a pluralidade metodológica no campo das RI.

No contexto dos cinco "grandes debates" das RI, a etnografia se encontra associada aos estudos pós-positivistas, reflexivistas e subjetivistas. Destarte, a etnografia é um método não convencional no campo das RI, e sua popularidade é relativamente recente (Montison, 2018). Alguns autores identificam a existência de uma suposta "virada etnográfica" no campo das Relações Internacionais (RI) (Vrasti, 2008; Lie, 2013; Rio, 2024). Na visão desses pesquisadores, esse movimento teria se consolidado em meados da década de 1990 (Montison, 2018) por meio da aplicação de métodos antropológicos ao estudo da política global, com ênfase em práticas cotidianas e na observação dos contextos locais. Além de propor uma abordagem metodológica mais voltada à experiência direta, essa "virada etnográfica" também promoveu uma crítica ao caráter excessivamente estatocêntrico das RI (Lie, 2013), evidenciando a importância de analisar processos sociais e culturais que vão além do foco em Estados e instituições formais.

Em seu artigo "*The Strange Case of Ethnography and International Relations*", Vrasti (2008) argumenta sobre a forma como está suposta virada etnográfica ocorreu nas RI. Segundo a autora, a etnografia foi importada para o campo de forma problemática, uma vez que esse processo ocorreu por meio da adoção de "um entendimento seletivo, instrumental e, de certa forma, tímido do que é a etnografia e o que ela faz" (Vrasti, 2008, p.280, tradução nossa)[2]. Portanto, essa limitação seria resultado de um "atraso" no diálogo das RI com a metodologia, uma vez que a virada etnográfica ignorou literaturas mais recentes do campo da Antropologia a respeito desse tema (Vrasti, 2008).

Diferentemente das RI, cuja abordagem geralmente é no sentido *top-down*, a etnografia propõe uma perspectiva analítica *bottom-up*, nesse sentido, o método etnográfico poderia trazer novas perspectivas para estudos envolvendo a política mundial, considerando a vida cotidiana como uma fonte de evidências útil para se compreender o internacional (Montison, 2018). Além disso, no que concerne às possibilidades referentes à aplicação da etnografia a análises de RI, Montison (2018) argumenta que:

> O apelo da etnografia é que ela complementa análises discursivas, vai além das perspectivas tradicionais de atores convencionais, como Estados e organizações internacionais, e lança nova luz sobre conhecimentos, vínculos e compreensões pouco explorados da política mundial (Montison, 2018, p.2, tradução livre)[3].

[2] A selective, instrumental and somewhat timid understanding of what ethnography is and does.
[3] The appeal of ethnography is that it complements discursive analyses, moves beyond the mainstream perspectives of

Neste sentido, pode-se argumentar que a etnografia tem o potencial de propor análises que superem o caráter estatocêntrico das RI mencionado por Rio (2024). As próximas seções terão por foco a exploração de propostas etnográficas que podem ser aliadas às pesquisas em Ciências Políticas e Relações Internacionais.

3.1 Etnografias do Estado

No que tange às pesquisas das práticas e efeitos do Estado em determinada sociedade, o método etnográfico se apresenta como um importante aliado das pesquisas cujo objetivo é compreender a instituição para além da entidade autônoma que métodos estruturalistas e funcionalistas tendem a descrever. Compreende-se a instituição Estado como um conjunto de práticas tomadas em diferentes arenas no dia-a-dia (Sharma; Gupta, 2006).

Pensar o Estado através da perspectiva etnográfica, portanto, é pensar em como este se torna o que é através da constituição de um conjunto de práticas de se constituir como tal (Sharma; Gupta, 2006). Em trabalhos como os de Ferguson (1994) e Gupta (2012) exploram as práticas burocráticas institucionais que dão corpo a ideias como **desenvolvimento** e **pobreza**, demonstrando que a construção destes como conceitos relevantes na arena política se faz nas práticas das instituições que constituem o Estado no âmbito do local. Para além disso, estas dinâmicas também constituem quais assuntos são aptos a se tornar questões de política ou não, dando forma à linha tênue entre política e administração pública.

Pontos importantes para as teorias das Relações Internacionais, tal qual a noção de identidade nacional, também podem ser exploradas pelas práticas compartilhadas em rotinas institucionais e nas trocas presentes em relações sociais dos sujeitos que compõem as instituições do Estado e seu corpo social. Desta forma, a constituição de ideologias nacionais e nacionalismos podem ser entendidas nas interações da vida comum e na constituição do sujeito.

3.2 Etnografia Transnacional

O interesse em pesquisas etnográficas focadas em diferentes vivências da globalização na contemporaneidade cresceu consideravelmente a partir dos anos 1990, momento em que este era um objeto de pesquisa muito prevalente nas ciências sociais, tendo em vista mudanças sociais e processos compartilhados de maneira transnacional. A associação entre

conventional actors such as states and international organisations, and sheds new light on under-explored knowledge, linkages and understandings of world politics.

globalização e desterritorialização, porém, apresenta desafios consideráveis para a aplicação do método, especialmente considerando que etnografias estão, quase sempre, focadas em fenômenos microssociais, enquanto pesquisas em globalização e processos sociais ou políticos transnacionais tendem a ter caráter macro-social (Tsuda; Tapias; Escandell, 2014).

Para Appadurai (1996), uma pesquisa etnográfica sobre um objeto transnacional e desterritorializado precisa mobilizar ferramentas diferentes das etnografias tradicionais. Inclui-se aí a possibilidade de um trabalho de campo em múltiplos territórios, e a abertura para modelos de etnografia digital (Tsuda; Tapias; Escandell, 2014).

Marcus (2014), por outro lado, coloca que o "global" na etnografia transnacional não é de forma alguma um complemento ou substituto para a faceta local da análise, mas sim um espaço de trocas de experiências culturais. Destaca-se que estas trocas são marcadas por hierarquias e expressões de poder sócio-econômicas próprias, sendo estes objetos importantes para a etnografia multilocal (Marcus, 2014).

A interlocução com as etnografias digitais pode ser dar tanto em pesquisas feitas através de redes sociais, compreendendo fluxos de informação e de difusão de práticas socioculturais a partir da formação de grupos em redes (Coleman, 2010), como também ter uma faceta *offline*, através do acompanhamento dos atores digitais fora destes grupos de interação (Tsuda; Tapias. Escandell, 2014).

Em modelos metodológicos onde a pesquisa de campo é feita em múltiplas localidades, é possível compreender a relação entre contextos sociais múltiplos e um fenômeno estudado. Pesquisas deste tipo podem acontecer com focos em instituições transnacionais e suas ações em diversos territórios, comparando as afetações e relações com as políticas centralizadas, assim como com o interesse em fluxos de pessoas e a difusão de práticas e informações por canais desterritorializados (Tsuda; Tapias. Escandell, 2014).

É importante colocar, por outro lado, que realizar uma pesquisa etnográfica transnacional, com incidência em diferentes territórios exige financiamento e disponibilidade de uma equipe de pesquisadores robusta. Outro desafio é a coordenação das observações em cenários muito diversos (Tsuda; Tapias; Escandell, 2014).

3.3 Etnografia institucional

A etnografia institucional é um método de pesquisa desenvolvido por estudiosos da Sociologia para compreender processos sociais no interior de instituições, concentrando-se na análise das práticas, relacionamentos e estruturas que orientam seu funcionamento. Embora tenha surgido nesse campo, a etnografia institucional é amplamente aplicada em diversas áreas de estudo, entre elas a Educação, a Enfermagem e, sobretudo, a Ciência Política (Devault, 2006; Maanen, 2002).

De acordo com Maanen (2002, p. 103, tradução livre)[4], "as formas com que as pessoas em determinados contextos de trabalho compreendem, prestam contas, tomam decisões, e gerenciam suas situações do dia-a-dia de outras formas" são elementos fundamentais nas etnografias institucionais. É importante colocar que para que uma pesquisa sobre determinada instituição, especialmente considerando aquelas de Estado, se constitua como etnografia, é necessário que o olhar teórico questionador se mantenha. Nesse sentido, a etnografia institucional vai além da simples observação da aplicação de normas e procedimentos, pois se propõe a compreender e mapear os processos históricos que as constituem, bem como os conflitos que deles emergem. Realizar a etnografia de uma instituição é também apreender suas dinâmicas de tempo e poder (Teixeira; Lobo; Abreu, 2019), examinando como fatores sociais e políticos se articulam na manutenção de suas práticas.

O estudo da cultura e dos processos sociais presentes nas instituições aproxima a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia Política, favorecendo análises interdisciplinares mais profundas sobre relações de autoridade e influência. Assim, a etnografia institucional pode oferecer uma perspectiva diferenciada sobre os efeitos de poder nesses campos (Lima; Facina, 2019), evidenciando como decisões, regras e valores são negociados e reinterpretados em cada contexto específico.

A aplicação da etnografia de instituições políticas internacionais pode se apresentar como uma maneira de as compreender por seus aspectos culturais e de difusão de poder e conhecimento. Mosse (2005), propõe que esta é uma forma de se compreender as estruturas de governança global e os efeitos de poder territoriais desses instrumentos administrativos transnacionais.

3.4 Etnografia de documentos

Uma forma de estudar e pesquisar a cultura e a prática dos Estados é, também, o estudo dos documentos produzidos por essas entidades, pois eles refletem, de modo concreto, aspectos institucionais e processuais envolvidos na elaboração de registros formais. Neste sentido, ao observarmos a interpretação de autores da Antropologia e da Sociologia Política, podemos considerar que os próprios documentos constituem um campo de pesquisa etnográfica (Muzzopappa; Villalta, 2011). Dessa maneira, o ato de analisar tais registros como objetos empíricos possibilita entender o contexto em que foram criados, bem como as intenções, escolhas e critérios que orientaram sua produção.

[4] No original: "the ways in which people in particular work settings come to understand, account for, take action, and otherwise manage their day-to-day situation" (Maanen, 2002, p. 103).

Tomar os documentos como um campo de pesquisa e de observação empírica implica pensar e questionar o ato de documentar determinados acontecimentos, considerando a forma como são registrados e retratados. Um olhar etnográfico sobre documentos surge ao examiná-los em seu contexto e ao buscar a compreensão dos processos que os envolvem, estendendo a investigação ao funcionamento das instituições responsáveis por sua criação. Tais procedimentos podem ser associados à observação do processo de produção documental, compreendendo-o enquanto artefato cultural de determinada instituição social ou agrupamento (Lowenkron; Ferreira, 2014), que carrega traços de valores, crenças e modos de organização específicos.

Para transportar esta perspectiva no âmbito das Relações Internacionais, é importante pensar na produção de acordos internacionais, regulações e tratados como um processo social e cultural próprio deste contexto. Estes documentos se tornam, assim, artefatos de um determinado cenário sociocultural específico e localizado espacial e territorialmente. A etnografia dos documentos é uma ferramenta para entender grandes acordos para além de sua forma e conteúdo, mas também como um produto de seu meio, cujas dinâmicas estão, de certa forma, inscritas nele.

4 REFLEXÕES SOBRE ETNOGRAFIA EM ARENAS POLÍTICAS

Partindo do que foi mencionado até aqui, propomos nesta seção alguns apontamentos e considerações sobre possibilidades de aplicação da etnografia nos campos da Ciência Política e das Relações Internacionais. Em primeiro lugar, ao considerar uma aproximação entre a etnografia e as RI, é importante repensar algumas práticas existentes no campo das RI. Montison (2018) sugere que, para além do uso de abordagens metodológicas *bottom-up*, a limitação referente ao uso da etnografia nas RI também se dá em função de práticas acadêmicas do campo, como uma carência de treinamentos de gerações mais jovens, além de múltiplos desafios envolvendo trabalho de campo. Portanto, ressaltamos aqui a necessidade de se considerar o trabalho de campo como prática relevante para estudos envolvendo a política internacional.

Em razão da própria natureza do objeto estudado, teorias de RI têm se preocupado com a questão da escala (Rio, 2024). Sobre essa relação entre o local e o global, Rio (2024) argumenta que:

> Um tópico comum na literatura sobre métodos etnográficos, particularmente fora da antropologia, são os desafios metodológicos que surgem ao tentar estudar processos que não podem ser localizados com precisão. As teorias de RI sempre se preocuparam com questões de escala, pois os objetos tradicionais de análise, Estados e o sistema internacional, são fundamentalmente e sempre abstrações e

> vão além dos locais. Isso cria uma tensão teórica entre o nível da unidade e o nível do sistema; o particular e o geral; entre o local e o global, especialmente relevante no que diz respeito à relação entre etnografia e RI. O problema que estou tentando abordar é como conceituar o "internacional" metodologicamente, ou mais especificamente, etnograficamente. Argumento que, ao escolher abandonar o imaginário de totalidades como a "localidade" ou o "nível global", a etnografia pode permitir entendimentos importantes das relações sociais que existem nessas escalas. Isso se baseia na noção de que as sensibilidades às práticas locais podem, de fato, também informar teorias de escalas maiores de interconexões e padrões (Rio, 2024, p. 394, tradução livre)[5].

Nesse sentido, como sugerido por Rio (2024), um dos desafios ao uso da etnografia em análises de relações internacionais poderia ser conceituar metodologicamente o internacional, que, segundo a autora, "está presente e ausente em mundos locais e situados" (Rio, 2024, p. 303, tradução livre)[6]. Levando em conta essa preocupação com a questão da escala existente na disciplina, propomos aqui algumas formas de se aplicar a etnografia a análises de RI.

A difusão do método etnográfico no campo das Relações Internacionais e da Ciência Política pode encontrar desafios relacionados ao próprio recorte da área. O trabalho de observar e questionar instituições políticas tomadoras de decisão, elites transnacionais ou de observar movimentos a partir de uma perspectiva transnacional pode exigir recursos acessos complexos para o investigador. Contudo, é válido colocar que as contribuições do método para a área podem ser significativas.

O caráter participante do método pode ser uma grande ferramenta para abrir a caixa-preta das instituições políticas de Estado, permitindo entender a construção dos atores que as formam e como são modeladas suas condutas. Há um potencial inerente da etnografia no que diz respeito à diversidade de representações de mundos, transmitindo para a análise elementos para além do normativo. A esse respeito, Montison (2018) argumenta:

> Glick Schiller (2003:298) preocupa-se com "análises que equiparam a sociedade ao Estado", visto que tendem a sacrificar alguns dos insights indutivos do trabalho de campo na descrição e representação do mundo. Este ponto é relevante para a pesquisa em RI crítica que se envolve com o método etnográfico, que tende a

[5] A common topic in the literature on ethnographic methods, particularly outside anthropology, are the methodological challenges that arise when attempting to study processes that cannot be precisely located. IR theories have always been concerned with matters of scale, as the traditional objects of analysis, states and the international system, are fundamentally and always abstractions and going beyond local sites. This makes a theoretical tension between the unit level and the system-level; the particular and the general; between the local and the global, especially relevant with regards to the relationship between ethnography and IR. The problem that I am attempting to approach is how to conceptualise the 'international' methodologically, or more specifically, ethnographically. I argue that by choosing to abandon the imaginary of totalities such as the 'locality' or the 'global level', ethnography can enable important understandings of social relations that exist across these scales. This is based on the notion that sensibilities to local practices can in fact also inform theories of larger scales of interconnections and patterns.

[6] Is both present in and absent from local, situated lived-in worlds.

> navegar entre a necessidade de categorias ontológicas dedutivas, como o Estado, e a exposição de conhecimentos subjugados com base em como diferentes coletivos e indivíduos vivenciam o internacional em seus próprios termos. As tentativas dos estudiosos de RI crítica de levar suas investigações para além dos preceitos metodológicos estatocêntricos e territorializados são enfrentadas por um campo que é disciplinar e estruturalmente desenvolvido com base em uma abstração da soberania estatal; a representação distintiva da anarquia entre Estados e as preferências metodológicas por abordagens quantitativas e dedutivas (Montison, 2018, p.8. tradução livre).

Partindo dos argumentos de Schiller (2003) e Montison (2018), propomos aqui o seguinte questionamento: de que forma o método etnográfico poderia contribuir para estudos de sociedades ao nível internacional? Levando em conta a ideia de se expor "conhecimentos subjugados" (Montison, 2018), pode-se argumentar que o método etnográfico pode contribuir para análises de conhecimentos que vão além do *mainstream*. Ademais, considerando que a etnografia possui o potencial de permitir que grupos falem em seus próprios termos, expressando, assim, suas próprias perspectivas acerca dos processos transnacionais e do jogo político internacional, como apontado por Montison (2018).

Aplicar o método etnográfico em pesquisas nas Relações Internacionais, incluindo o **estar lá**, nos permite desnaturalizar grandes processos políticos transnacionais e entender as interações e trocas que os constituem. A partir deste movimento, é possível uma investigação que toque nos processos de cristalização das relações de poder que compõem o jogo político.

O acesso a este campo, que se apresenta como desafio, pode ser repensado através da utilização de modelos de etnografia de documentos ou modelos de etnografia digital. É válido questionar, porém, quais elementos caracterizam um bom trabalho de observação. Neste sentido, Peirano (2014) coloca três condições: a boa comunicação do contexto e da situação social observada; a capacidade de transformar a experiência do pesquisador em campo no texto que compõe a pesquisa; a compreensão da ação social e dos elementos de cultura de maneira analítica (Peirano, 2014, p. 386).

Ademais, é importante considerar também os argumentos citados a respeito dos grandes debates, e a importância de se abordar questões metodológicas para os mesmos. Como previamente mencionado, Rio (2024) argumenta sobre a possibilidade de se transcender categorias convencionais das RI, tais como as noções de "local" e "global". Levando em conta que o uso da etnografia também levanta questões envolvendo pressupostos teóricos estatocêntricos, pode-se argumentar também que, para além do aspecto metodológico, a aplicação do método etnográfico também pode contribuir para discussões epistemológicas e ontológicas no campo das RI. Nesse sentido, concordamos com Samra (2021) no que concerne à inclusão de métodos e metodologias nos contextos dos "grandes debates" como forma de se contar a própria história da disciplina.

5 CONCLUSÃO

Observa-se que a etnografia apresenta diversos desafios, mas oferece também múltiplas contribuições para os estudos de Relações Internacionais, em termos metodológicos/epistemológicos, ontológicos e teóricos. É importante mencionar que a abertura às metodologias etnográficas em Relações Internacionais implica não apenas ampliar perspectivas de análise, mas também desafiar o *status quo* acadêmico que tradicionalmente privilegia abordagens macro, quantitativas e estatocêntricas. A adoção de um olhar etnográfico reforça o valor da observação, da escuta e da capacidade de interpretar contextos plurais e dinâmicos, sejam eles locais ou transnacionais. Com isso, cria-se espaço para que sujeitos historicamente invisibilizados na disciplina possam trazer seus próprios significados e vivências, nutrindo debates que ultrapassam fronteiras teóricas e metodológicas, e contribuindo para uma compreensão mais diversa, rica e aprofundada do internacional.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. **Modernity at Large:** Cultural Dimensions of Globalization. Chicago: University of Minnesota Press, 248 p., 1996.

BRANDÃO, C. R. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, p. 11–27, 2007.

BRODKIN, E.Z. The Ethnographic Turn in Political Science: Reflections on the State of the Art. **Political Science & Politics**, Cambridge, vol.50, n.1, p.131–134, 2017.

DEEGAN, M.J. The Chicago School of Ethnography. *In*: ATKINSON, P.; COFFEY, A; DELAMONT, S.; LOFLAND, J.; LOFLAND, L. **Handbook of Ethnography**. Londres: Sage; p. 11-25, 2001.

DEVAULT, M.L. Introduction: What is Institutional Ethnography. **Social Problems**, Oxford, vol.53, n.3, p.294-298, 2006.

DEWALT, K. M.; DEWALT, B. R. **Participant Observation:** a guide for fieldworkers. Lanham: AltaMira Press, 2011.

EVANS-PRITCHARD, E. Antropologia social: passado e presente. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v.30, n.2, p.118-124, 2021.

FERGUSON, J. **The Anti-Politics Machine:** "Development", Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUPTA, A. **Red Tape:** Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India. Durham: Duke University Press, 2012.

HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Ethnography**: principles in practice. Abingdon: Routledge, 2007.

LAKE, D. A. Theory is dead, long live theory: The end of the Great Debates and the rise of eclecticism in International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 19, n. 3, p. 567–587, set. 2013.

LIE, J. H. S. Challenging Anthropology: Anthropological Reflections on the Ethnographic Turn in International Relations. **Millennium**: Journal of International Studies, v. 41, n. 2, p. 201–220, 12 nov. 2013.

LIMA, A.C.S.; FACINA, A.; 2019, Brasil: por que (ainda) estudar elites, instituições e processos de formação de Estado?. *In*: TEIXEIRA, C.C. (org); LOBO, A. (org); ABREU, L.E (org). **Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais.** Brasília: ABA Publicações, p.433-485, 2019.

LOWENKRON, L; FERREIRA, L. Anthropological perspectives on documents: ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant,** Brasília, vol.11, n.2, p.76-112, 2014.

MARCUS, G.E. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etngrafía multilocal. **Alteridades**, Cidade do México, vol.22, n.1, p.111-127, 2014.

MAANEN, J. V. The Fact of Fiction in Organizational Ethnography. Em: HUBERMAN, A.M. (ed); MILES, M.B. (ed);. **The Qualitative Researcher's Companion**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2002. p. 101–122.

MONTISON, J. M. Ethnography and international relations: situating recent trends, debates and limitations from an interdisciplinary perspective. **The Journal of Chinese Sociology**, v. 5, n. 1, 19 jul. 2018.

MUZZOPAPPA, E.; VILLALTA, C. Los documentos como campo: reflexiones teórico metodológicas sobre un enfoque etnográfico de archivos y documentos estatales. **Revista Colombiana de Antropología**, vol.47, n.1, p. 13-42, 2011.

MOSSE, D. Global Governance and the Ethnography of International Aid. *In*: MOSSE, D.(org); LEWIS, D. (org). **The Aid Effect:** Giving and governing in International Development. Londres: Pluto Press, p. 1-36, 2005.

OLIVEIRA, R.C. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, v.39, n.9, p. 13-37, 1996.

PEIRANO, M. Etnografia não é Método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

POLLNER, M; EMERSON, R.M. Ethnomethodology and Ethnography *In*: ATKINSON, P.; COFFEY, A; DELAMONT, S.; LOFLAND, J.; LOFLAND, L. **Handbook of Ethnography**. Londres: Sage; p. 118-135, 2001.

RIO, A. E. Revisiting the Case of Ethnography and International Relations. **Millennium**: Journal of International Studies, v. 52, n. 2, p. 279–303, 10 jan. 2024.

ROCK, P. Symbolic Interactionism and Ethnography. *In*: ATKINSON, P.; COFFEY, A; DELAMONT, S.; LOFLAND, J.; LOFLAND, L. **Handbook of Ethnography**. Londres: Sage; p. 26-38, 2001.

SAMRA, Amira Abou. The debates of methodology and methods: reflections on the development of the study of international relations. **Review of Economics and Political Science**, **Emerald Group Publishing Limited**, v. 9(6), p. 554-571, 2021.

SHARMA, A.; GUPTA, A. Part II: Ethnographic Mappings. *In*: SHARMA, A. (org); GUPTA, A (org). **The anthropology of the state:** a reader. Oxford: Blackwell Publishing; p.163-165, 2006.

SOARES, L.E. e Antropologia e Ciência Política: memória, etnografia e definição do ator social. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, vol.19, n.1, p. 21-30, 1995.

TEIXEIRA, C.C.; LOBO, A.; ABREU, L.E. Nada precisa ser como é: Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais. *In*: TEIXEIRA, C.C. (org); LOBO, A. (org); ABREU, L.E (org). **Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais.** Brasília: ABA Publicações, p. 7-24, 2019.

TSUDA, T; TAPIAS, M; ESCANDELL, X. Locating the Global in Transnational Ethnography. **Journal of Contemporary Ethnography**, Thousand Oaks, vol. 43, n.2, p. 123-147, 2014.

VRASTI, W. The Strange Case of Ethnography and International Relations. **Millennium**: Journal of International Studies, v. 37, n. 2, p. 279–301, dez. 2008.

WÆVER, Ole. The Speech Act of Realism: The Move That Made IR. *In*: GUILHOT, N. **The invention of international relations theory**: realism, the Rockefeller foundation, and the 1954 conference on theory. New York: Columbia University Press, Cop, 2011, p. 97-127.

CONJUNTURA INTERNACIONAL
PUC Minas

PESQUISA DE CAMPO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: NOVOS PARADIGMAS PARA VELHOS DILEMAS

Field Research in International Relations: New paradigms for old dilemmas

Investigación de Campo en Relaciones Internacionales: Nuevos paradigmas para viejos dilemas

Filipe Philipps de Castilho
Doutorando no programa de pós-graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Ciência Política pela UFPR, Brasil
philipps.filipe14@gmail.com

RESUMO

O objetivo do artigo é o de fazer um panorama acerca de metodologias dentro das Relações Internacionais concernentes à pesquisa de campo ou com um viés mais empírico. Para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a temática técnica em si, e também de alguns trabalhos dentro da área que se utilizaram de tais métodos.

Palavras-chave: pesquisa de campo, relações internacionais, metodologia.

ABSTRACT

The aim of this article is to provide an overview of methodologies within International Relations concerning field research or with a more empirical bias. To this end, a

Dossiê recebido em: 10 abr. 2025 | Aceito(a) em: 23 mar. 2026.

bibliographical research was carried out on the technical theme itself, as well as on some works within the area that used such methods.

Keywords: field research, international relations, methodology.

RESUMEN

El objetivo del artículo es ofrecer una visión general de las metodologías dentro de las Relaciones Internacionales relacionadas con la investigación de campo o con un sesgo más empírico. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica sobre la propia temática técnica, y también sobre algunos trabajos del área que utilizaron dichos métodos.

Palabras clave: investigación de campo, relaciones Internacionales, metodologia.

1 INTRODUÇÃO

Desde o surgimento das Relações Internacionais como um campo acadêmico de investigação no início do século 20, encontramos em sua gênese inspiração em várias disciplinas diversas: Direito, Economia, Ciência Política, História e Sociologia, para citar alguns exemplos. Isto posto, as RI também incorporaram tradições metodológicas e métodos de pesquisa dessas disciplinas em seu âmago. Em alguns casos, as tradições de algumas dessas disciplinas, como a Economia, deixaram uma marca profunda; esse engajamento interdisciplinar, no entanto, não significa um aporte frouxo dentro do campo metodológico das RI. De fato, embora Stephen Walt (2011) aponte que devemos evitar tentativas de impor um único método ou perspectiva teórica no campo, pois isso limitaria as agendas de pesquisa a um escopo estreito, também devemos nos esforçar para produzir pesquisas metodologicamente rigorosas que atendam aos padrões de investigação dentro dos métodos e tradições metodológicas que utilizamos. Longe de carecerem de rigor metodológico, os estudos em RI são frequentemente confrontados com a tarefa de reconciliar um campo que acolhe a pluralidade metodológica e, ao mesmo tempo, adere a padrões rigorosos de métodos.

As diversas tradições metodológicas dentro das RI resultaram no fato de que os pesquisadores acabaram por fazer uso de uma gama diversificada de métodos de pesquisa. Ao contrário de campos de estudo como a Antropologia, que fazem uso de métodos básicos construídos em torno da etnografia e da observação de grupo, as RI trouxeram consigo métodos de pesquisa oriundos de diversos campos. Uma forte compreensão dos métodos de pesquisa não apenas desbloqueia as ferramentas necessárias para uma boa gama de estudos, mas também reforça as habilidades de pensamento crítico que constituem pré-requisitos para uma ampla série de possibilidades. Ao contrário da Ciência Política norte-americana, onde o treinamento em métodos de pesquisa é uma parte central do currículo, os alunos de RI são frequentemente apresentados apenas à debates teóricos, sem uma compreensão firme de questões metodológicas subjacentes. De fato, as contestações teóricas e metodológicas há muito frustram aqueles que tentam se envolver com tópicos importantes dentro da área.

A maioria dos ensaios de pesquisa em RI é empiricamente fundamentada em algum evento da política internacional. Os tópicos de pesquisa que muitas vezes são de interesse incluem uma miríade de questões frequentemente retiradas das manchetes do dia a dia: causas de conflitos em algum país, eclosão de revoluções, acordos de paz, violência política e terrorismo ou respostas internacionais às mudanças climáticas, por exemplo. Enquanto isso, embora o foco geral da contestação teórica dentro das RI migre ao longo do tempo, as

contestações metodológicas subjacentes perduram, principalmente entre aqueles que incorporam suas pesquisas dentro de uma tradição empirista das ciências naturais e aqueles que incorporam suas pesquisas dentro de uma tradição interpretativa mais reflexiva. Essa rivalidade entre essas duas tradições se reflete na diversidade de subcampos de RI com os quais os alunos provavelmente se envolverão durante seus estudos. Esses subcampos incluem, por exemplo, segurança internacional, economia política internacional, análise de política externa, organizações internacionais e política comparada.

Isto posto, a disciplina de RI surge de uma tentativa de entender as causas da guerra e da paz na política internacional. Questões fundamentais, como aquelas que buscavam elucidar os determinantes de conflitos, lançaram as RI como um campo de estudo logo após a Primeira Guerra Mundial, quando a primeira Cátedra de Relações Internacionais foi estabelecida em Aberystwyth em 1919 (Burchill, 2001), permanecendo como um foco de investigação durante a Guerra Fria, à medida que os estudiosos da área buscavam mitigar o risco de um conflito nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética, por meio de teorias de dissuasão baseadas em suposições racionalistas sobre o comportamento das superpotências.

Nos anos pós-Guerra Fria, os conflitos intraestatais expandiram o foco da pesquisa de RI à medida que estudantes e acadêmicos buscavam entender a proliferação de conflitos armados internos. Além disso, a proliferação do ativismo de direitos humanos e dos compromissos acerca da temática assumidos pelos Estados também levou pesquisadores em RI a tentar entender o que parecia ser uma transformação na política mundial, já que os interesses do Estado, antes argumentados pelos realistas como estritamente definidos em termos de poder, agora pareciam abranger uma gama crescente de valores e normas de comportamento (Lamont, 2022). Nesse ínterim, enquanto o empirismo dominou a disciplina durante a segunda metade do século 20, a virada do século é caracterizada por uma maior pluralidade metodológica, com os principais periódicos da área contendo uma ampla gama de pesquisas que vão desde métodos estatísticos e modelagem formal até pesquisas interpretativas. A pluralidade de metodologias de RI e sua diversidade de métodos de pesquisa muitas vezes geram uma quantidade significativa de confusão, mesmo entre os estudiosos da área. É essencial lembrar que tradições metodológicas distintas não apenas empregam métodos diferentes, mas também emergem de tradições, teorias e princípios de raciocínio distintos que moldaram as técnicas de pesquisa usadas ao longo do tempo. Isto posto, fica evidente que as RI são uma disciplina definida por sua inclusão de abordagens concorrentes à metodologia, embora às vezes a percepção de que há uma certa intolerância metodológica em relação à pesquisa que está fora de uma tradição particular também seja visível (Lamont, 2022).

Ao pesquisarmos a literatura existente, fica aparente que os estudos em RI estão longe de serem monolíticos em termos de abordagens e métodos. De fato, podemos argumentar que a área pode ser agrupada em duas amplas tradições epistemológicas que promovem reivindicações concorrentes sobre o que deve ser considerado como conhecimento aceitável dentro do campo: empirismo e interpretativismo. Uma abordagem argumenta que os métodos das ciências naturais devem ser aplicados para estudar o mundo social, enquanto a outra postula que o mundo social não é passível de estudo por meio de métodos científicos e experimentação. Assim, apesar do amplo corpo de pesquisa que se enquadra no escopo das RI, a maioria das pesquisas pode ser situada em uma dessas duas tradições, com os estudiosos da área descrevendo essa divisão como fundamental dentro da disciplina (Burchill, 2001). O objetivo deste artigo é o de enfocar o caráter metodológico mais empírico, especificamente na questão da pesquisa de campo, procurando abordar os fundamentos desse tipo de análise e o seu papel dentro dos estudos em Relações Internacionais. Primeiramente será realizado um pequeno preâmbulo sobre o que é o conceito da pesquisa de campo em si, para depois focalizar seu papel dentro de um bom estudo metodológico em RI, citando alguns exemplos e práticas.

2 O QUE É PESQUISA DE CAMPO?

A pesquisa de campo é o processo de coleta de dados primários, seja por meio do acesso a documentos de fontes primárias, seja por meio de entrevistas, observação participante, questionários ou outros métodos destinados a obter respostas de seres humanos. Em relação às tentativas de acessar novos dados primários por meio de interações com pessoas, a pesquisa de campo geralmente depende de técnicas de coleta de dados qualitativas ou quantitativas estabelecidas. Todas essas técnicas exigem que o pesquisador obtenha o consentimento informado dos participantes (Barberia et al., 2014).

Um dos primeiros dilemas enfrentados por aqueles que estão começando uma pesquisa de campo é o desafio do acesso. A negação do acesso pode exigir que seja necessária a procura de novas fontes de informação, por exemplo. Para negociar efetivamente o acesso, primeiro é necessário traçar um objetivo: saber o que se procura investigar e com quem se deseja conversar, o que requer uma ideia clara do tipo de dados primários que se deseja coletar e um conhecimento detalhado do grupo, organização ou instituição com a qual se conduzirá o trabalho de campo. Em alguns casos, uma afiliação com uma organização, seja acadêmica, governamental ou não governamental, pode ser uma ferramenta eficaz para obter acesso aos dados pretendidos. Em alguns contextos culturais, como no Japão, garantir uma afiliação acadêmica ou em uma think tank local pode ser essencial para ganhar a

confiança de potenciais participantes do trabalho de campo (Samra, 2024). No entanto, essa forma pode resultar em possíveis conflitos de interesse éticos, como uma assimetria na relação entre pesquisador e potenciais participantes da pesquisa. Muitas vezes, um dos primeiros pontos de contato ao abordar uma organização internacional, ONG, ministério das Relações Exteriores ou partido político é um porta-voz oficial. Embora um porta-voz possa ser útil para fornecer uma visão geral de uma organização específica e suas posições oficiais, para a pesquisa de rastreamento de processos, o ideal é conversar com aqueles que estão ou estiveram em funções de tomada de decisão em uma organização específica (Lamont, 2022).

Outra estratégia de acesso é a amostragem de bola de neve, que seria confiar no contato com as primeiras pessoas abordadas durante a pesquisa, esperando que as mesmas apresentes outros potenciais participantes (Jacobsen, Landau, 2003). Isso efetivamente permite que se penetre rapidamente em determinados grupos de pares ou comunidades profissionais. Embora a amostragem em bola de neve seja uma estratégia comum de pesquisa de campo, existem desvantagens metodológicas em tal abordagem. Em particular, a amostragem de bola de neve pode ter o efeito de prender o pesquisador em uma rede específica. Dependendo do projeto de pesquisa, isso pode ter o efeito de gerar viés amostral, principalmente se o grupo no foco do estudo for maior do que o subgrupo que se acessou por meio de amostragem (Lamont, 2022).

A amostragem bola de neve, embora comumente usada como uma estratégia para obter acesso aos participantes da pesquisa de campo, inclui riscos significativos para o pesquisador em termos de validade dos dados. Em alguns casos, um risco interno é gerado porque tal abordagem depende de uma rede específica de pessoas. Portanto, podemos esperar que os respondentes se comuniquem entre si sobre as perguntas de pesquisa e suas respostas às perguntas. Além disso, os dados coletados por meio dessa técnica geralmente capturam apenas um instantâneo das atividades e práticas de um determinado grupo ou rede social. Assim, a amostragem em bola de neve, embora seja um meio altamente eficaz de obter acesso a uma rede específica em um curto período de tempo, pode facilmente resultar em limitações significativas nos dados coletados (Batista, Domingos, 2017). Ou seja, no início do processo de pesquisa de campo, é extremamente importante que primeiro se tenha uma ideia clara de que tipo de dados se está procurando e que tipos de atividades de pesquisa de campo poderá se realizar. Também é vantajoso ter adquirido familiaridade com o ambiente geográfico, cultural e político em que a pesquisa de campo ocorrerá ou com a organização que se está abordando (Lamont, 2022).

3 PESQUISA DE CAMPO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A pesquisa de campo tem assumido um papel cada vez mais importante nas agendas de pesquisa de RI nas últimas duas décadas. O fim da Guerra Fria e o afastamento das abordagens centradas no Estado para explicar e entender a política internacional exigiram uma compreensão mais profunda de uma ampla gama de atores sociais que incluem comunidades locais, organizações não governamentais, grupos armados não estatais e indivíduos (Lamont, 2022). Além disso, a popularização dos métodos de estudo de caso em RI trouxe um foco maior no rastreamento de processos, mecanismos causais e explicações históricas, que exigem pesquisa de campo aprofundada para desenterrar o material de fonte primária. Embora a pesquisa de campo esteja há muito tempo no centro dos métodos de pesquisa etnográfica, antropológica e até mesmo de política comparada, o alto nível de abstração e centralização do Estado da teoria das Relações Internacionais deixou fora de foco, no passado, os discursos subalternos, o papel de atores não estatais ou os processos de tomada de decisão dentro de estados e organizações internacionais. Como tal, apesar da proliferação de agendas de pesquisa que buscam compreender o crime organizado internacional (Von Lampe, 2012), o tráfico (Kupatadze, 2010), ou financiamento do terrorismo (Wittig, 2011), por exemplo, o treinamento em métodos em RI tem sido lento para fornecer aos pesquisadores uma orientação quanto aos desafios específicos que provavelmente enfrentarão ao tentar operacionalizar as principais técnicas de coleta de dados qualitativos ou quantitativos, como pesquisas, questionários ou entrevistas, às vezes em ambientes hostis (Mertus, 2009).

Dentro das Relações Internacionais, pesquisa em arquivos e a pesquisa baseada em entrevistas são as mais comuns. Os grupos focais e a observação participante são menos empregados, principalmente devido ao alto custo da realização dos mesmos, principalmente se tratando de grupos focais. No entanto, o denominador comum para todas as formas de pesquisa que exigem que se interaja com pessoas é a necessidade de garantir o consentimento informado dos participantes do trabalho de campo. Em muitos ambientes acadêmicos, será solicitada a aprovação institucional formal por meio de um comitê de ética para o trabalho de campo. No contexto da pesquisa de campo, é importante lembrar que os comitês de revisão de ética avaliarão o projeto com o objetivo específico de determinar se o pesquisador tomou medidas para proteger os participantes de sua pesquisa e se sua pesquisa envolve ou não adultos e crianças vulneráveis. e, em caso afirmativo, que treinamento ou qualificações o pesquisador pode ter para trabalhar com esses grupos (Lamont, 2022). Muitas vezes a flexibilidade por parte do pesquisador é a chave para o sucesso do trabalho de campo. Muitas vezes podemos encontrar obstáculos, o que fará o pesquisador a repensar seus métodos de coleta de dados. Por exemplo, podemos descobrir que não conseguimos coletar

dados de pesquisa específicos, obrigando o uso de entrevistas. Outros obstáculos podem não estar relacionados a métodos, mas a desafios no acesso aos assuntos de pesquisa no terreno.

A técnica de coleta de dados de pesquisa de campo mais comum que envolve seres humanos em Relações Internacionais é a entrevista. Uma vez que se saiba quem entrevistar e que tipo de entrevista se realizará (estruturada, semiestruturada ou não estruturada) (Leech, 2002), é importante ganhar a confiança dos entrevistados. Antes de se iniciar a entrevista, é de bom tom escrever uma breve descrição da pesquisa, que seja compreensível e acessível aos entrevistados. Geralmente esse resumo do projeto de pesquisa inclui a afiliação institucional ou profissional do pesquisador, informa quem está financiando a pesquisa e detalhe como irão ser usadas as descobertas.

Em alguns casos, garantir o consentimento informado por escrito dos participantes de um projeto de pesquisa pode ser dificultoso, muitas vezes por razões culturais. Em muitos contextos, podemos encontrar potenciais participantes da pesquisa respondendo desconfortavelmente a um pedido para assinar um documento escrito antes de uma entrevista, por exemplo, e em outros casos, quando os pesquisadores buscam acessar indivíduos envolvidos em atividades ilícitas, a aplicação de métodos tradicionais pode ser impossível. Kukhiandze et al. (2004) foram confrontados com a inexistência de documentos primários oficiais confiáveis disponíveis em relação à Abecásia e à Ossétia do Sul, dados que os representantes oficiais do governo georgiano não podiam ou não queriam fornecer Kukhiandze et al., 2004). O resultado foi que sua equipe de pesquisa seguiu o caminho não convencional de ocultar seu papel como pesquisadores para convencer os participantes de que os pesquisadores eram na verdade contrabandistas. Essa estratégia permitiu que obtivessem uma visão sobre a atividade ilícita específica que não poderia ter sido alcançada por meio de práticas convencionais de trabalho de campo. No entanto, é improvável que esses métodos de pesquisa não convencionais que envolvem engano e ocultação sejam aprovados pela instituição de origem para fins de pesquisa estudantil, dado que colocam o pesquisador e os participantes envolvidos em risco (Lamont, 2022).

Os tipos de questões de pesquisa colocadas por pesquisadores que estudam política internacional, como aquelas focadas na compreensão das causas de conflito ou políticas contenciosas sob regimes autoritários, significam que muitas vezes os interesses de pesquisa levam a lugares politicamente instáveis. Norman (2009) observa algumas das preocupações com as quais foi confrontada ao realizar trabalho de campo nos territórios palestinos, pois métodos participativos envolvendo grupos focais, por exemplo, podem refletir o objetivo dos pesquisadores de estabelecer confiança por meio de reuniões inclusivas; no entanto, tais reuniões podem apresentar uma situação de alto risco em zonas de conflito ativo nas quais tais assembleias são diretamente visadas (Norman, 2009). A experiência de Norman destaca

o difícil nexo entre os métodos de pesquisa e as realidades complexas da realização de pesquisas de campo. Em alguns casos, devemos levar em conta a perspectiva de violência contra os participantes da pesquisa e as tentativas de alguns atores de manipular os resultados ou intimidar outros participantes.

4 POR QUE UTILIZAR PESQUISA DE CAMPO?

Para um número crescente de agendas de pesquisa em RI, o cerne do estudo não pode ser realizado por meio de pesquisas documentais tradicionais. Uma série de questões exige que o afastamento das suposições existentes na literatura visando reunir novos dados sobre fenômenos que mudam rapidamente. Encontrar respostas para algumas perguntas, como aquelas envolvendo conflitos armados afetando populações civis, as causas de violência política, análise de governança em determinados territórios e afins, provavelmente exigirá que se crie uma estratégia para coletar novos dados primários. As fontes acadêmicas secundárias geralmente são de utilidade limitada e os conjuntos de dados existentes geralmente não contêm o tipo de informação contextual detalhada necessária para responder às questões de pesquisa colocadas nas RI. Muitas vezes, os dados existentes são incompletos ou não confiáveis. Mesmo documentos oficiais podem ser problemáticos, conforme observado por Kukhiandze et al. (2004) em seu estudo sobre o contrabando transfronteiriço na Abecásia e Tskhinvali, observando que nenhum ramo do governo georgiano tinha dados estatísticos ou analíticos suficientes sobre a situação socioeconômica nas repúblicas separatistas. As agências de estatística das autoproclamadas repúblicas também não possuíam informações exatas sobre as atividades econômicas na região. (Kukhiandze et al., 2004). Ao pesquisar o financiamento do terrorismo ao longo da fronteira entre a Geórgia e a Chechênia, Wittig apontou que de um modo geral, a realização de pesquisas empíricas sobre o financiamento do terrorismo é muito difícil, dado que as evidências documentais primárias são extremamente raras, e entrevistar os envolvidos ou suspeitos de estarem envolvidos no financiamento de atores terroristas é uma tarefa quase impossível (Wittig, 2009).

Ou seja, encontramos um duplo desafio: a falta de dados primários existentes e a relutância dos interlocutores em participar da pesquisa. Lamont (2010) quando realizou uma pesquisa sobre a cooperação do Estado com as ordens do Tribunal Penal Internacional, de 2005 a 2008, viu que as informações sobre prisões e transferências de suspeitos de crimes de guerra para o Tribunal Penal Internacional para a custódia da ex-Iugoslávia estavam disponíveis, mas quase não havia informações sobre as motivações e processos subjacentes que levaram os Estados a cumprir ou não essas ordens de prisão e transferência. Neste caso,

os dados gerais sobre o número de transferências eram confiáveis; no entanto, os próprios dados forneceram poucas pistas sobre o processo que levou à realização das transferências. Além disso, o autor apontou o desafio de localizar participantes que conhecessem essas motivações e estivessem dispostos a conversar com um pesquisador (Lamont, 2010).

Além da necessidade de acessar dados precisos e confiáveis, há também o fato de que a pesquisa de campo pode desempenhar uma função importante por meio do processo de trazer novas descobertas e insights para os debates acadêmicos. Em alguns casos, isso pode resultar na descoberta de novos insights que podem ajudar a entender melhor o impacto de decisões políticas específicas, ou pode apresentar discursos subalternos anteriormente negligenciados. Muitas contribuições da pesquisa intensiva de trabalho de campo oferecem insights paradigmáticos interpretativos ou empíricos que seriam impossíveis de produzir sem ter um conhecimento profundo dos locais de campo (Diedtrich et al. 2021).

A pesquisa de campo ainda é relativamente rara em RI, e sua escassez pode levar a equívocos sobre seu valor potencial. Como McDermott (2011) aponta, o uso permanece longe de ser comum nas Relações Internacionais. Em 2011, uma pesquisa com acadêmicos da área mostrou que apenas 4% dos mais de 1.000 entrevistados usavam metodologia experimental (entre elas, a pesquisa de campo) (McDermott 2011). Para os experimentalistas de RI, um dos maiores desafios decorre do tipo de questões que o campo tende a explorar. Muitas vezes é difícil fornecer uma ligação convincente entre as teorias de RI de nível macro, algumas das quais se concentram na natureza do próprio sistema internacional, e os estudos experimentais, que são mais comumente realizados em indivíduos ou pequenos grupos. Os assuntos mais reconhecidos na pesquisa de RI são os estados soberanos. Como os experimentos exigem grupos de tratamento e controle suficientemente grandes, os assuntos mais comuns da pesquisa experimental são unidades abaixo do nível de análise do país (Diedtrich et al. 2021). Assim, a menos que um experimento randomize um tratamento em muitos ou todos os países do sistema internacional, os estudiosos de RI que incorporam experimentos em suas pesquisas devem de alguma forma conectar as descobertas de nível micro às questões de nível macro. A quadratura desse círculo é possível, pelo menos em muitas áreas substantivas da pesquisa de RI, mas as melhores maneiras de fazê-lo não são amplamente aceitas e há poucos exemplos de agendas de pesquisa para usar como modelos.

Até o momento, os experimentos de campo são de longe o tipo menos comum de experimento em RI. Sua força reside em seu realismo e em sua capacidade de introduzir alavancagem causal - por meio da randomização - no estudo de fenômenos complexos do mundo real. Problemas de validade externa ainda existem, mas são substancialmente diferentes daqueles que caracterizam experimentos de laboratório e pesquisa. Enquanto um experimento de laboratório ou pesquisa pode não se aproximar de forma útil de algum

fenômeno do mundo real, os experimentos de campo, se conduzidos adequadamente, representam pelo menos uma situação empírica de fato (Diedtrich et al. 2021). As questões sobre a validade externa em experimentos de campo centram-se em quais situações do mundo real são suficientemente semelhantes ao contexto em que o experimento de campo foi conduzido. A replicação em contextos teoricamente importantes fornece uma resposta empírica a questões sobre validade externa, embora tais replicações ainda sejam quase inéditas para experimentação de campo em RI. Os estudos experimentais de campo geralmente envolvem intervenções aleatórias abaixo do nível estadual ou randomização de tratamentos em atores não estatais, como ONGs ou empresas transnacionais (Findley et al. 2013). No entanto, os experimentos de campo não precisam levar a análise até o nível individual, como alguns estudiosos supõem (Pepinsky, 2005). Juntamente com experimentos de laboratório e pesquisa, bem como outros métodos, os experimentos de campo têm o potencial de melhorar a compreensão atual das implicações em nível micro de várias teorias de RI. Ao delinear as implicações observáveis de teorias específicas, os estudiosos devem se concentrar em saber se algum aspecto importante de suas teorias pode ser testado experimentalmente. Na medida em que uma realidade complexa pode ser uma parte importante do contexto teórico, os experimentos de campo podem ser considerados parte de uma agenda de pesquisa (Lamont, 2022).

Os leitores de pesquisas experimentais de campo devem ter cautela ao julgar se um único estudo é "importante", pois raramente um único experimento de campo fornecerá a palavra definitiva sobre um assunto. Pode mostrar, por exemplo, que uma relação causal particular pode existir, pelo menos em determinado lugar e em um momento no tempo específico, mas pode apresentar maior dificuldade em mostrar as condições sob as quais uma relação causal particular provavelmente se manterá (Diedtrich et al. 2021). Assim, os experimentos de campo de RI devem ser vistos no contexto de uma agenda de pesquisa mais ampla e são mais substantivamente significativos se forem replicados ao longo do tempo e em contextos teoricamente relevantes (o que reconhecidamente não é possível para fenômenos históricos). Em algumas áreas, também será informativo comparar os resultados experimentais de campo com pesquisas relevantes e estudos observacionais (Findley et al. 2013). Para ilustrar, uma área de pesquisa de RI se concentra na eficácia das organizações internacionais e sua capacidade de realizar seus objetivos declarados, como a capacidade do Banco Mundial ou das Nações Unidas de facilitar a reconstrução do pós-guerra e a recuperação econômica. Existem dezenas de experimentos de campo, realizados principalmente por economistas, sobre a eficácia da intervenção pós-conflito e de programas financiados pelas Nações Unidas ou pelo Banco Mundial (Avdeenko, Gilligan, 2014; Beath et al. 2013; Blattman et al. 2014; Fearon et al. 2009). No entanto, muitos desses estudos são de

autoria externa às RI e não foram necessariamente lidos por estudiosos da área, criando uma oportunidade para os pesquisadores articularem como esses e outros estudos relacionados lançam luz sobre as teorias sobre a eficácia das organizações (Hyde et al., 2022). Existem outras áreas de pesquisa nas quais as descobertas experimentais existentes podem ser conectadas a teorias de RI mais amplas, como pesquisas em andamento sobre a difusão da inovação, a disseminação de doenças, migração, comportamento do consumidor e etnia. No entanto, a tarefa de conectar essas teorias, suas implicações observáveis e as descobertas experimentais existentes requer trabalho adicional e uma mudança de perspectiva que permanece relativamente rara no subcampo (Diedtrich et al. 2021).

A pesquisa observacional pode mostrar que os esforços internacionais para provocar mudanças em determinados países estão correlacionados com uma variedade de consequências positivas e negativas, mas enfrentam barreiras significativas para demonstrar que a intervenção internacional realmente causa quaisquer consequências intencionais ou não intencionais. Na maioria dos estudos observacionais de intervenção internacional, qualquer correlação observada pode ser espúria, porque alguma variável omitida pode causar tanto a intervenção quanto mudanças no resultado de interesse. Corstange e Marinov usam métodos experimentais de pesquisa para avaliar como os públicos estrangeiros respondem aos esforços de pessoas de fora para influenciar suas eleições internas, seja favorecendo um partido político ou candidato (Corstange, Marinov, 2012). Hyde et al. (2022) usam métodos experimentais de campo, em colaboração com uma ONG internacional, para mostrar que, no contexto eleitoral autoritário do Camboja, os programas internacionais de promoção da democracia voltados para aldeias rurais são bem-sucedidos em mudar a disposição dos cidadãos de se engajar em ações cívicas democráticas que requerem agência individual. No entanto, esses programas não convenceram os cidadãos de que o Camboja é democrático ou que as instituições políticas cambojanas responderam às suas necessidades (Hyde et al., 2022). Em uma área separada, mas relacionada, de pesquisa em estudos de segurança, os estudiosos começaram a examinar as implicações em nível micro de vários componentes da contra-insurgência e dos esforços internacionais para reduzir o conflito civil. As ferramentas mais comuns são experimentos de pesquisa ou experimentos de laboratório em campo em populações de interesse, incluindo cidadãos em países como Afeganistão, Paquistão e Uganda (Beath et al. 2012; Berman et al. 2019; Fearon et al. 2009). Vários estudos recentes usam métodos experimentais, incluindo alguns experimentos de campo, para examinar o direito internacional. Eles começaram a avaliar quais fatores podem aumentar ou explicar a conformidade com o direito internacional em uma variedade de áreas temáticas (Findley et al. 2013; Jensen et al.; 2013; Tingley, Tomz, 2012).

5 CONCLUSÃO

O objetivo do artigo foi o de mostrar brevemente a importância do trabalho de campo para as RI, mostrando como podemos acessar novos dados primários utilizando tal estratégia. Mesmo quando um pesquisador não consegue controlar realisticamente a randomização de variáveis com efeitos causais potencialmente importantes - como dotações de recursos naturais, ocorrência de intervenção militar estrangeira, participação em guerra, tipo de regime, alianças militares, crises cambiais ou participação em instituições internacionais - a linguagem da experimentação pode ser útil para que pesquisadores pensem nas implicações empíricas de um argumento como se fossem a randomização da explicação de variáveis de interesse no mundo real.

Resumindo de maneira sucinta, a pesquisa de campo é uma atividade desafiadora que confronta o pesquisador com uma série de dilemas e obstáculos inesperados. Muitas vezes, o trabalho de campo é o componente crucial de um processo de pesquisa que determinará o sucesso ou o fracasso de um projeto de pesquisa. A falha na coleta de dados novos ou relevantes na área pode resultados no abandono de muitos insights teóricos ou metodológicos. Exatamente por isso, é necessário nos voltarmos para novas e diversas abordagens estratégicas visando a metodologia, e a pesquisa de campo pode ser uma excelente ferramenta. No entanto, embora a pesquisa de campo possa ser desafiadora, não há razão para que, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, não seja empregada, principalmente se pensarmos no desenvolvimento metodológico da área e na coleta de dados específicos e desafiadores.

REFERÊNCIAS

AVDEENKO, A.; GILLIGAN, M.; AVDEENKO, A.; GILLIGAN, M J. International interventions to build social capital: evidence from a field experiment in Sudan, **Policy Research Working Paper Series** 6772, The World Bank, 2014.

BARBERIA, S. R. GODOY, D. P. BARBOZA. Novas perspectivas sobre o "calcanhar metodológico": o ensino de métodos de pesquisa em ciência política no Brasil. **Teoria & Sociedade**, 22: 156-186, 2014.

BATISTA, A. DOMINGOS. Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 32: 2017.

BLATTMAN, Christopher; FIALA, Nathan; MARTINEZ, Sebastian. Generating Skilled Self-Employment in Developing Countries: Experimental Evidence from Uganda, **The Quarterly Journal of Economics**, Volume 129, Issue 2, Pages 697–752, 2014.

BEATH, A., CHRISTIA, F., & ENIKOLOPOV, R. **Empowering Women through Development Aid: Evidence from a Field Experiment in Afghanistan**, 2013.

BERMAN, ELI, CALLEN, MICHAEL, GIBSON, CLARK; LONG, JAMES D. Election Fairness and Government Legitimacy in Afghanistan. **Journal of Economic Behavior and Organization** 168: 292–317, 2019.

BURCHILL, Scott. **Theories of International Relations**. Palgrave Macmillan, New York, 2001.

CORSTANGE, D., MARINOV, N. Taking Sides in Other People's Elections: The Polarizing Effect of Foreign Intervention. **American Journal of Political Science**, 56: 655-670, 2012.

DIETRICH, Simone, HARDT, Heidi, SWEDLUND, Haley J. How to make elite experiments work in International Relations. **European Journal of International Relations**, *27*(2), 596-621, 2021.

FEARON, JAMES D., MACARTAN HUMPHREYS, JEREMY M. WEINSTEIN. Can Development Aid Contribute to Social Cohesion after Civil War? Evidence from a Field Experiment in Post-conflict Liberia." **American Economic Review** 99 (2): 287–91, 2009**.**

FINDLEY M, NIELSON D AND SHARMAN J. Using field experiments in international relations: a randomized study of anonymous incorporation. **International Organization** 67(4): 657–693, 2013.

GILLIGAN, M. J., MVUKIYEHE, E. N., & SAMII, C. Reintegrating Rebels into Civilian Life: Quasi-Experimental Evidence from Burundi. **Journal of Conflict Resolution**, 57(4), 598-626, 2012.

HYDE, S. D., LAMB, E., & SAMET, O. Promoting Democracy Under Electoral Authoritarianism: Evidence From Cambodia. **Comparative Political Studies**, 56(7), 1029-1071, 2022.

JACOBSEN, K, LANDAU, L.B. The Dual Imperative in Refugee Research: Some Methodological and Ethical Considerations in Social Science. **Research on Forced Migration. Disasters**, 27: 185-206, 2003.

JENSEN, Nathan M.; MALESKY, Edmund J.; WEYMOUTH, Stephen J., Unbundling the Relationship between Authoritarian Legislatures and Political Risk (September 30, 2013). Unbundling the Relationship between Authoritarian Legislatures and Political Risk. British **Journal of Political Science**, 2013.

KUKHIANIDZE, K., KUPATADZE, A.; GOTSIRIDZE, R. Smuggling Through Abkhazia and Tskhinvali Region of Georgia, Tbilisi. **American University's Transnational Crime and Corruption Center**, Georgia Office, 2004.

KUPATADZE, Alexander. **Transitions after transitions: coloured revolutions and organized crime in Georgia, Ukraine and Kyrgyzstan**. University of St. Andrews, 2010.

LAMONT C**. International criminal justice and the politics of transition in Croatia**, Irex scholar research brief, 2010.

LAMONT, C. **Research Method in International Relations**, Sage Publications, London, 2022.

LEECH, Beth L. Asking Questions: Techniques for Semi-Structured Interviews, **PS-Washington**, 35 (4): 665–8, 2002.

MERTUS, Julian. **Human Rights Matters**: Local Politics and National Human Rights Institutions. Stanford University Press, 2009.

MCDERMOTT, R. New directions for experimental work in international relations. **International Studies Quarterly** 55(2): 503–520, 2011.

NORMAN, Julie M. '**Got Trust? The Challenges of Gaining Access in Conflict Zones'**, in Chandra Lekha Sriram, John C. King, Julie A. Mertus, Olga Martin-Ortega and Johanna Herman (eds), Surviving Field Research: Working in Violent and Difficult Situations. New York: Routledge, 2009.

PEPINSKY, Thomas B. From Agents to Outcomes: Simulation in International Relation, European **Journal of International Relations**, 11 (3): 267–394, 2005.

SAMRA, A. The debates of methodology and methods: reflections on the development of the study of international relations", **Review of Economics and Political Science**, Vol. 9 No. 6, pp. 554-57, 2024.

TINGLEY, D., TOMZ, M. Conditional Cooperation and Climate Change. **Comparative Political Studies**, 47(3), 344-368, 2013.

VON LAMPE, K. As dimensões interdisciplinares do estudo do crime organizado. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 17, n. 33, 2012.

WALT, Stephen M., International Affairs and the Public Sphere. **HKS Working Paper** No. RWP11-030, 2011.

WITTIG, Timothy. Financing Terrorism along the Chechnya-Georgia Border, 1999–2002, **Global Crime**, 10 (3): 248–60, 2009.

WITTIG, T. **Understanding terrorist finance**. Springer Nature B.V., 2011.

CONJUNTURA INTERNACIONAL
PUC Minas

ETNOGRAFIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: OS CAMINHOS SINUOSOS DE UM ENCONTRO INTERDISCIPLINAR

Ethnography and International Relations: The Serpentine Journey of an Interdisciplinary Encounter

Etnografía y Relaciones Internacionales: Los Meandros de un Encuentro entre Mundo

Thaís Vieira de Paula
Professora Visitante na Universidade Federal de Lavras – Departamento de Ciências Humanas. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra e Bacharela em Relações Internais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
thais.vieira@ufla.br

Rodrigo Corrêa Teixeira
Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial e Professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduado em História pela mesma universidade, Brasil
rteixeira@pucminas.br

Dossiê recebido em: 09 abr. 2025 | Aceito(a) em: 02 set. 2025.

RESUMO

A etnografia ainda é uma metodologia de pesquisa pouco utilizada nas Relações Internacionais, especialmente no Brasil. Os custos de uma pesquisa de campo, as distâncias entre a realidade do/a pesquisador/a e os temas de pesquisas, frequentemente representados por guerras, organizações internacionais e diplomacia, tornam ainda mais complicadas a realização de uma pesquisa de campo na área sem que haja um grande financiamento, ou mesmo contatos diretos nas áreas pesquisadas. O ato de etnografar também vem cercado de dúvidas e inseguranças, em que pesquisadores mais jovens constantemente se perguntam: o que é uma etnografia? Como fazer uma etnografia? Qual o tempo ideal de uma etnografia? Tentamos responder essas e outras perguntas no decorrer desse texto, abrindo espaço para discussões sobre a etnografia e as RI's, e propondo possibilidades de pesquisas.

Palavras-chave: Etnografia, Pesquisa de Campo, Relações Internacionais.

ABSTRACT

Ethnography is still a research methodology rarely used in International Relations, especially in Brazil. The costs of fieldwork, the distance between the researcher's reality and the research topics—often represented by wars, international organizations, and diplomacy—make it even more difficult to conduct field research in the area without significant funding or direct contacts in the studied regions. The act of doing ethnography is also surrounded by doubts and uncertainties, as younger researchers constantly ask themselves: What is ethnography? How does one do ethnography? What is the ideal duration of an ethnographic study? We attempt to answer these and other questions throughout this text, opening space for discussions about ethnography and IR, and proposing new research possibilities.

Keywords: Ethnography; Field Research; International Relations.

RESUMEN

La etnografía sigue siendo una metodología de investigación poco utilizada en las Relaciones Internacionales, especialmente en Brasil. Los costos del trabajo de campo, la distancia entre la realidad del investigador y los temas de investigación —a menudo representados por guerras, organizaciones internacionales y diplomacia— dificultan aún más la realización de

investigaciones de campo en el área sin financiamiento significativo o contactos directos en las regiones estudiadas. El acto de hacer etnografía también está rodeado de dudas e incertidumbres, ya que los investigadores más jóvenes se preguntan constantemente: ¿Qué es la etnografía? ¿Cómo se hace etnografía? ¿Cuál es la duración ideal de un estudio etnográfico? A lo largo de este texto intentamos responder a estas y otras preguntas, abriendo espacio para discusiones sobre etnografía y Relaciones Internacionales, y proponiendo nuevas posibilidades de investigación.

Palabras clave: Etnografía, Investigación de campo, Relaciones Internacionales.

1 INTRODUÇÃO

Na disciplina de Relações Internacionais não são raras as inquietações que emergem frente à, cada vez mais constante, interação entre a disciplina e a etnografia. Em primeiro lugar, há um debate que surge no âmbito da epistemologia, uma vez que, parte do *mainstream* do campo é constituída por meio de modelos teóricos mais abstratos alinhados às análises quantitativas, que tem como foco principal gerar conclusões genéricas sobre as questões que atravessam o sistema internacional. Ao discutir epistemologicamente a colaboração entre estes campos de estudos, visto como diversos, observaremos que este encontro pode possibilitar um trabalho mais aprofundado, que envolve o reflexivismo e o questionamento a respeito da eficácia e dos limites de teorias e metodologias que buscam produzir conhecimento através da generalização.

Em seus aspectos metodológicos, temos nas Relações Internacionais uma incansável busca por tendências e padrões que podem ser desenvolvidos em grandes e generalizáveis escalas (Waltz, 2002; Keohane e Nye, 1977). Argumentamos aqui que a interação metodológica entre as RIs e a etnografia permite que o sistema internacional possa ser observado e compreendido através de uma percepção detalhada e humanizada, considerando e desvelando/descortinando as suas diversas hierarquias de poder - não apenas entre Estados, mas entre seres humanos -, fragmentações sociais, desigualdades, entre outros. Contudo, essa "nova" metodologia de pesquisa para as RI's, implicará pensar a pesquisa de uma maneira completamente diferente da existente e mais consolidada, especificamente, no Brasil.

Neste sentido, este texto se constituirá através de uma revisão do estado da arte do uso da etnografia nas RIs que possibilite aos pesquisadores e pesquisadoras delinear percursos coerentes.. Para tanto, buscaremos responder algumas questões orientadoras observadas em sala de aula nos nossos cotidianos como pesquisadores e professores tanto na graduação, quanto na pós-graduação *stricto-sensu*, entre elas: O que é uma etnografia? Qual a diferença da etnografia na Antropologia para uma etnografia nas Relações Internacionais? Como organizar uma etnografia? Qual o tempo de duração de uma etnografia? Estas são perguntas clássicas em sala de aula, e são oriundas de quem tem o intuito de empreender uma etnografia em suas pesquisas, mas não obteve um contato aprofundado com o assunto.

Na próxima seção, apresentaremos alguns dos principais etnógrafos e etnógrafas reconhecidos tanto na Antropologia quanto na Sociologia e na Ciência Política, e que podem em muito contribuir para a apropriação da etnografia pelas RI's, possibilitando um entendimento amplo de como áreas tidas como tão diferentes podem se complementar.

2 O QUE É UMA PESQUISA ETNOGRÁFICA E SEUS DESDOBRAMENTOS COMO PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa etnográfica pode ser caracterizada por uma série de perspectivas e debates que figuram em torno da elucidação daquele ou daquilo que está sendo pesquisado. Em geral, podem ser definidas como: a) etnografia passiva ou ativa; b) etnografia multiespécies; c) a etnografia digital ou netnografia e; d) a etnografia política - apenas para citar alguns. Não é o objetivo deste artigo aprofundar em cada uma dessas áreas, contudo, discorreremos brevemente sobre as linhas apresentadas para que o leitor com pouca intimidade com o tema possa se familiarizar com as abordagens.

A etnografia passiva ou ativa descreve o comportamento do pesquisador no âmbito da observação. Para uma etnografia passiva, faz-se uma observação não-participante. Nesta, o pesquisador adota um distanciamento do foco da investigação. Enquanto em uma pesquisa etnográfica ativa, pesquisador e campo de estudo permanecem sempre em um processo de interação; há, nessa perspectiva, uma interatividade constante durante a pesquisa de campo. Tanto o ponto de vista ativo quanto o passivo são formas complementares das demais perspectivas etnográficas.

Eben Kirksey (2014) é um reconhecido pesquisador na área de etnografia multiespécies. A obra que organizou, *The Multiespecies Salon* (2014), traz as análises de diversos autores sobre as diferentes formas de intercâmbio entre múltiplas espécies e como elas se relacionam e possibilitam um espaço de coevolução. Parte do argumento do autor situa-se na necessidade dos acadêmicos tanto das humanidades e das ciências sociais experimentarem novas possibilidades de se relacionar com o mundo ao redor, e este "novo mundo" inclui fungos, bactérias, microrganismos, plantas e animais (Dooren et al, 2016).

Por sua vez, a netnografia - termo cunhado por Robert V. Konizetes (2010), também conhecida como etnografia digital - é o campo de estudos da etnografia que possibilita a realização de pesquisas etnográficas em ambientes digitais, não excluindo quaisquer possibilidades que o digital possa permitir: mídias sociais como whatsapp, telegram, signal, instagram, twitter, entre outros, desde um grande volume de dados (BigData), mas sem excluir os pequenos volumes (SmallData) situados, por exemplo, em páginas específicas da web.

No caso das etnografias políticas, Tilly (2006) explica que a etnografia política possibilita ao pesquisador uma ampla gama de acesso a processos, causas e efeitos. Tilly (2006) é contundente em informar que a política não pode ser circunscrita apenas a espaços formalizados e institucionalizados de poder; pelo contrário, a política acontece nas interações

dinâmicas e contingentes que ocorrem na sociedade, nas comunidades, nos seios das famílias, em grandes ou pequenos grupos.

Embora todas as explicações acima sejam válidas e devam ser levadas em consideração durante a pesquisa de campo etnográfica, Hammersley e Atkinson (2019) ensinam que as fronteiras entre as diversas perspectivas etnográficas, entre elas, a etnografia oriunda da Antropologia, a etnografia sociológica e a etnografia política, são demarcadas principalmente pelo *locus* de enunciação do pesquisador, não pelas grandes diferenças presentes nas etnografias produzidas pelas áreas citadas. A etnografia não pode ser encarada como rótulo padronizado, podendo, para as diversas áreas das Ciências Sociais, ser aplicada a partir de diferentes perspectivas.

Por muito tempo, a etnografia era vista como um método de pesquisa cujo único objetivo era a complementação dos estudos de etnologia[1]. Sua origem na antropologia, entre o fim do século XIX e início do século XX, trouxe o relato etnográfico como uma descrição aprofundada de determinadas comunidades ou culturas (Hammersley e Atkinson, 2019), especialmente no que diz respeito às culturas não-ocidentais presentes no Sul Global. Tais estudos eram elaborados em torno da consideração do primitivo no que tange os abismos culturais que demarcavam pesquisador e sujeito pesquisado.

Como destacam Hammersley e Atkinson (2019), os primeiros a produzirem trabalhos etnográficos foram os viajantes e missionários que produziam relatos densos sobre os lugares pelos quais passavam e, comumente, esses relatos eram utilizados por outros pesquisadores. Com o tempo, o próprio termo “etnologia” passa a cair em desuso, emergindo assim o termo “etnografia” a partir da presença mais frequente dos antropólogos em campo. Etnografia, neste momento, começa a ser compreendida como um processo investigativo empírico feito sem intermediários.

Foi no decorrer do século XX que a etnografia passou a ser adotada pela sociologia ocidental com uma abordagem de pesquisa, desencadeando um movimento de estudo comunitário entre Antropologia e Sociologia (Hammersley e Atkinson, 2019). O diálogo entre as duas disciplinas resultou em inúmeras pesquisas que evidenciaram espaços urbanos, especialmente, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Em geral, estas novas etnografias eram desenvolvidas para a compreensão dos processos de urbanização e industrialização (Hammersley e Atkinson, 2019).

Para Clifford Geertz (2008), um dos mais reconhecidos antropólogos do século XX, não se compreende o que é a etnografia, mas o que é a prática da etnografia, não se tratando apenas de questões de métodos, mas de relações. Geertz (2008) ensina que a prática da etnografia requer estabelecer conexões, selecionar informantes, transcrever textos, manter

[1] Ramo da Antropologia que se dedica ao estudo dos povos e culturas humanas.

um diário, participar do cotidiano do espaço etnográfico. Em síntese, para se empreender uma etnografia, faz-se necessário criar vínculos fortes e duradouros com o espaço que se busca etnografar.

Geertz (2008) afirma ainda que a etnografia exige uma descrição densa, que não pode ser realizada em períodos curtos de tempo. A partir dos desdobramentos do autor, entende-se que o que permite que uma etnografia seja o mais fiel possível ao que está sendo observado é o sentimento de proximidade que se tem com, por exemplo, a comunidade que está sendo observada. Neste sentido, há que se levar em consideração o tempo necessário para que se estabeleça confiança e reciprocidade entre o pesquisador e os observados.

Na prática da etnografia, o texto etnográfico observa algumas características fundamentais, que não são nem imutáveis, nem exclusivas, mas é certo que bons textos etnográficos contam com esses atributos. O primeiro deles diz respeito à sistematização da etnografia. Sabe-se que a etnografia não exige um desenho de pesquisa rígido, uma vez que muitas vezes o foco da observação só é descoberto com a sensibilidade desenvolvida quando o/a pesquisador/a já está em campo. Contudo, é fundamental sistematizar uma etnografia com base nos contextos cotidianos em que elas acontecem, não somente em condições criadas pelo pesquisador (Hammersley e Atkinson, 2019), como seria o caso, por exemplo, de uma entrevista, em que o pesquisador prepara todo o ambiente e, muitas vezes, o cenário para condução das perguntas.

O segundo atributo de uma etnografia é a multiplicidade de fontes (Hammersley e Atkinson, 2019). A observação participante é, sem dúvidas, o atributo fundamental de uma entrevista. Nela, o pesquisador interage, participa de situações, relaciona-se com campo de pesquisa. Entretanto, dados e evidências coletadas através de outras fontes muitas vezes são essenciais para compor o estudo. Assim, são validados para compor a etnografia fontes documentais, entrevistas e dados quantitativos. A etnografia não limita sua coleta de dados apenas para observação participante ou não-participante.

Como sugerido anteriormente, a coleta de dados é em certa medida não estruturada, como sugere o terceiro atributo (Hammersley e Atkinson, 2019). Isso não quer dizer que o pesquisador vai a campo sem nenhum tipo de definição do que está procurando, de quais informações lhes é mais sensível. Porém, no âmbito da etnografia, permite-se uma flexibilidade maior em relação ao desenho de pesquisa. Outro ponto fundamental que os autores apresentam é que as categorias de interpretação, comumente utilizadas de maneira pré-definida em outros tipos de pesquisa qualitativa, no contexto etnográfico, são desenvolvidas no fim da etnografia a partir da análise dos dados.

Outra característica da etnografia é que mesmo que seja feita em um ambiente amplo e de muitas informações e interações, ela deve ter como foco poucos casos específicos

(Hammersley e Atkinson, 2019). Nesse caso, a pauta proposta diz respeito à investigação e à descrição desta investigação, que deve ser feita de maneira tão densa quanto for possível.

E o último atributo que está sempre presente em boas etnografias é a interpretação, tanto dos significados, quanto das fontes, funções e consequências das ações investigadas - aqui não diremos ações humanas, uma vez que como já discutido neste trabalho a etnografia tem aberto espaço para inúmeras discussões no que diz respeito à etnografia multiespécies. Como consequência dos dados coletados, as produções da etnografia estão sempre no espectro das descrições verbais, explicações e teorias. Parte do objetivo de uma etnografia é gerar um aparato teórico para futuras análises.

Entretanto, além dos aspectos supracitados, faz-se necessário atentar-nos para uma das características fundamentais da etnografia: a não existência de hipóteses no desenho de pesquisa etnográfico. Para Clifford Geertz (2008) não faz parte do trabalho do etnógrafo a formulação de hipóteses para o teste posterior; na verdade, o campo de pesquisa deve ter como objetivo a interpretação das concepções culturais dos atos humanos. Trata-se de um trabalho de caráter indutivo, pautado em relações de profundidade, visando teorizar o comportamento ao invés de elaborar testes que permitam confirmações ou refutações de hipóteses previamente construídas.

Neste sentido, respondemos com base nos argumentos expostos acima que: como observa Geertz (2008), uma etnografia é uma descrição densa sobre um determinado fenômeno, comunidade, família, e o que mais puder ser utilizado como temática de estudo. Sobre as diferenças da etnografia entre as várias áreas das Ciências Sociais, argumentamos de acordo com Hammersley e Atkinson (2019) que não existem fronteiras que determinam a separação entre uma etnografia feita na Antropologia, na Ciência Política, na Sociologia ou nas Relações Internacionais: o que determina as diferenças são os enfoques dados às diferentes temáticas tratadas por cada disciplina e mesmo o l*ocus* de enunciação do pesquisador (como exemplo, um cientista político faz uma etnografia política). E sobre como organizar uma etnografia, como vimos em Hammersley e Atkinson (2019), a etnografia não conta com um desenho rígido como o de uma pesquisa quantitativa, por exemplo. O pesquisador vai a campo com uma temática de pesquisa e passa a observar o que tem a ver com essa temática, mas sempre com flexibilidade para mudanças e para novas escolhas durante o período de pesquisa. Na próxima seção iremos problematizar a etnografia na Ciência Política e suas contribuições e possibilidades para as Relações Internacionais.

3 ETNOGRAFIA, CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAS - POSSIBILIDADE DE AGENDA DE PESQUISA

A partir dos anos 2000, a Etnografia Política ressurge na Ciência Política como um método capaz de potencializar as pesquisas no referido campo de estudos (Baiocchi; Connor, 2008). As discussões a respeito da utilização desse método não são recentes, vide Lancaster (1988) e Brown (1997), contudo, a virada de século confere um novo impulso à área e um dos trabalhos que pode ser referenciado como esse marco é a etnografia de Javier Auyero (2001), cuja investigação centra-se numa etnografia sobre as redes peronistas na Argentina. Auyero (2001) segue sendo uma referência neste método.

Amplamente utilizada nas Ciências Sociais, a etnografia alinhada aos estudos da Ciência Política possibilita a observação instantânea de atores envolvidos em processos políticos, bem como a expansão da compreensão do que é entendido como político, pois vai além das categorias de Estado, poder, sociedade civil e movimentos sociais (Baiocchi e Connor, 2008). Trabalhar a etnografia na disciplina de Ciência Política possibilitou uma reconfiguração da área reconhecida por estar sempre centrada em suas investigações sobre o Estado e as instituições estatais, especialmente no Brasil.

Como afirmam os autores, empreender uma etnografia política transcende o pensamento da corrente dominante a respeito das fronteiras que demarcam o "território" de estudo da Ciência Política. É preciso pensar a disciplina de forma ampla como um estudo do poder social e das estruturas, instituições, movimentos, religião, identidades coletivas, entre outros, porque são estes aspectos que mantêm e desafiam os estudos políticos (Baiocchi e Connor, 2008).

Nesse sentido, o olhar etnográfico da política pode significar o estudo de inúmeras questões, entre elas: (a) estudar a política com o foco nos eventos, instituições, atores e movimentos que já estão consolidados no campo de estudo da Ciência Política. Baiocchi e Connor (2008) denominam esse estudo como etnografias de atores e instituições. Elas não são necessariamente mais fáceis de serem realizadas, mas, dentro do cânone da disciplina, costumam ser recebidas com maior abertura.

O segundo (b) estudo que pode ser adequado à etnografia é a investigação das relações entre instituições e atores, mas também entre cidadãos *outsiders* e movimentos políticos. Baiocchi e Connor (2008) intitulam esses estudos como "encontros com a política formal" (p. 140). Estes podem envolver o encontro de pessoas comuns com o movimento social, o encontro de líderes de instituições formais com os movimentos sociais, entre muitas outras possibilidades.

Para Baiocchi e Connor (2008) há uma terceira possibilidade (c) que é a identificação de outros fatores de impacto referente aos processos políticos, mas que seriam invisíveis em pesquisas não etnográficas. Como exemplo teríamos o estudo da apatia política dos brasileiros frente aos debates do Congresso Nacional, ou mesmo a psicologia política presente

nos movimentos de extrema direita que ganharam maiores proporções no Brasil a partir de 2016.

Um quarto ponto (d) que acrescentaremos e que vai além das visões dos atores supracitados, seria a etnografia política em espaços de estudos que se configuram como interdisciplinares, além de estarem nas fronteiras de estudos da disciplina, quase não sendo reconhecidos como parte. Seria, por exemplo, o estudo de Vieira (2023), cuja tese investiga a presença de igrejas pentecostais em territórios indígenas. Aceita com algumas ressalvas no departamento em que foi defendida, a tese analisa a presença do aparelho ideológico do Estado - a igreja - e da ideologia pentecostal no âmbito de terras indígenas, espaço de investigação dominado pelas pesquisas antropológicas.

Compreender brevemente como o método etnográfico pode ser utilizado no âmbito da Ciência Política nos permite inferir algumas respostas sobre sua utilização desta perspectiva metodológica no âmbito das Relações Internacionais. Sabe-se do caráter por muitas vezes limitado da disciplina em termos de pesquisas de campo. É possível reconhecer o trabalho de Cynthia Enloe (1990) como um dos grandes expoentes da pesquisa de campo na disciplina: a autora trabalhou com diversas entrevistas, em diversos os formatos, para argumentar que as RI's se constituem de baixo para cima, num movimento que não compreende apenas o nível doméstico dos Estados, mas também o nível privado da vida social.

Enloe (1990) e muitos outros autores do campo considerados como pós-positivistas foram criticados pela "falta" de perspectivas metodológicas na elaboração de suas pesquisas (Lapid, 1986). A crítica ao chamado Terceiro Debate pode ser interpretada como uma crítica às metodologias sensíveis de investigação utilizadas pelas teorias feministas, as teorias pós-coloniais e demais teorias que compõem a insurgência pós-positivista nas RI's. Neste sentido, metodologias que aproximam o investigador de seu tema de pesquisa são constantemente desencorajadas no Brasil, onde a investigação em RI tem se voltado principalmente às pesquisas com base em dados secundários.

A área ainda é permeada pelo elitismo e pelo classicismo entre seus pilares/fundações, ponto este que impossibilita que pesquisadores que não estejam em posições de poder consigam empreender etnografias em instituições como as Nações Unidas, por exemplo. Como afirma Nair (2021), há uma elite social e burocracias inacessíveis na política internacional, o que faz com seja necessário criar alternativas paralelas para se realizar uma imersão e percepção etnográfica.

O autor assume que as etnografias executadas no campo são direcionadas a estudar elites e, nesse caso, são delineadas de baixo para cima (Nair, 2021). Isso quer dizer que nesta área de estudo específica o trabalho de campo é cercado pelos interesses de elites políticas

que se encontram em burocracias fechadas e, a partir disso, os pesquisadores precisam quebrar essas barreiras e se envolver em espaços sociais fechados, tornando a pesquisa de campo na área um espaço para quem tem contatos ou para quem conta com amplos investimentos de pesquisa; nada disso se enquadra na realidade de um jovem pesquisador, especialmente, do Sul Global.

Embora alguns autores tenham se debruçado em explicar sobre a organização das pesquisas de campo no âmbito das RI's, é nos estudos de micronível que os investigadores conseguem organizar seus recursos e agendas de pesquisa para acessar a esfera de estudo. Contudo, isso não resolve a lacuna deixada nas investigações que não possibilitam diálogos diretos, contatos cotidianos e a identificação de emoções (Nair, 2021), aspectos tão presentes nas etnografias antropológicas e sociológicas.

Nair (2021) defende um outro tipo de etnografia, pautada em aspectos fundamentais e que são mais heterodoxos em relação às práticas comumente empregadas nas etnografias de outras áreas. O autor propõe o *hangout*, sua técnica distinta para pensar a etnografia na campo dos estudos internacionais, como um processo em que investigador estabelece uma residência contínua entre membros da comunidade em que pretende estudar, gerando algum nível de participação que possibilita a abertura, a ampliação e o aprofundamento para o espaço que pretende investigar.

O segundo processo do *hangout* proposto por Nair (2021) sugere que os pesquisadores interajam socialmente, informalmente e ludicamente com os investigados - por exemplo, diplomatas - fora dos espaços de trabalho e poder, e isso necessariamente inclui festas, bares, restaurantes e outros ambientes de socialização. O autor justifica que esse processo gera, para imersão de dados, relações consistentes de amizade, empatia e reciprocidade. A título de comparação, o autor acredita que esta técnica se assemelha à observação participante empregada pelas etnografias mais tradicionais.

E no terceiro ponto, o estabelecimento de relacionamentos é visto como tão importante quanto os propósitos principais de pesquisa, pois neste ponto em específico o cientista pode ser capaz de romper com atividades ritualizadas como as entrevistas semiestruturadas (Nair, 2021). Para o autor, a proximidade das relações interpessoais entre os investigadores de RI's e os investigados possibilita uma melhor triangulação de dados a partir do que é descoberto nas coxias. Estes são considerados dados novos, capazes de serem coletados apenas quando há a presença do "relacionamento".

Ressaltamos aqui um certo desconforto com a explanação do autor devido aos custos financeiros exagerados que pode se depreender de tais práticas. Sendo pesquisadores no Brasil e contando com baixíssimos níveis de investimentos em nossas pesquisas, sabemos que frequentar espaços sociais em que estão presentes grandes *decision-makers* da política

internacional requer o dispêndio financeiro elevado, o que para um estudante de mestrado e doutorado tornaria praticamente inviável a execução da pesquisa.

Nesse sentido, recorremos a Rio (2024), para pensar que as investigações etnográficas nas RI's não devem obedecer aos espaços delimitados ou unidades empíricas impostos por muitos investigadores do campo de pesquisa - a autora volta à ideia que nos referimos algumas páginas acima da necessidade de pensar a política internacional através dos micropolítica. Assim, Rio (2024) recusa as localidades limitadas e as totalidades abstratas, reivindicando os estudos localizados de práticas globais como importantes espaços de pesquisa, combatendo assim o domínio exercido dentro das RI's de metodologias positivistas, que tornam o campo uma grande entidade desconectada da vida social dos cidadãos e comunidade que compõem a tão aclamada "comunidade internacional". Abre-se espaço para mais uma vez se pensar que tais espaços, muitas vezes circunscritos aos Estados, também são formados por indivíduos. Aqui fazemos um apelo para que o nível privado da vida social seja considerado nas pesquisas do campo, uma vez que Estados, ou Estados-nação, são entidades abstratas, que devem ser materializadas na figura de seus cidadãos.

A etnografia deve ser vista nas RI's como um processo de expansão da compreensão do campo de estudo da disciplina, contribuindo diretamente para a teorização do campo. Contudo, a consideração do reflexivismo na área tem gerado debates controversos, condicionando aos teóricos que optam pela metodologia reflexiva de análise à uma subseção de pesquisadores, onde suas capacidades críticas são constantemente questionadas (Rio, 2024). A autora ainda apresenta o preconceito de determinados pensadores da área que consideram pesquisas indutivistas, como a etnografia, um processo ilusório, uma vez que para se teorizar as RI's o *mainstream* defende que é necessário a fundamentação a nível do sistema, utilizando a dedução para se chegar ao melhor resultado.

Contudo, Rio (2024) argumenta que parte da dificuldade existente na construção de uma etnografia em nosso campo de estudo está vinculada aos obstáculos de se conceituar o internacional metodologicamente. Para tanto, faz-se importante deixar de lado ideias como as de "localidade" ou "nível global", uma vez que a partir do abandono desses argumentos, a etnografia permitirá que se evidencie as relações sociais existentes nessas duas dimensões. Como consequência, passamos a ter um entendimento de que uma maior atenção em relação às práticas locais permitirá a construção de teorias em maiores escalas, com maiores interconexões e padrões mais sólidos (Rio, 2024).

Como um exemplo do argumento estabelecido pela autora, temos o livro de Rosana Pinheiro-Machado (2011), *Made in China*, que pode ser lido nas RIs como amplo estudo sobre a globalização, uma vez que na obra a autora demonstra os caminhos dos produtos pirateados pela China a partir de um percurso invertido: os camelôs de Porto Alegre, os comércios

chineses no Paraguai e na fronteira Brasil-Paraguai e, por fim, a produção dos produtos na China. Nesta etnografia, Pinheiro-Machado (2011) dá uma aula não apenas sobre como organizar uma etnografia, mas sobre as possibilidades de etnografar redes sociais locais que desencadeiam em grandes processos internacionais, neste caso específico, de comércio de pirataria internacional.

Argumentamos aqui que mais do que a dificuldade em acessar o "campo de estudo das Relações Internacionais'' - isso se estivermos pensando em termos de organizações internacionais, instituições internacionais e conflitos armados -, estamos criticando o que é tido como o objeto de estudo das RI's. Em muitos trabalhos analisados, ou em participação em bancas, ainda é surpreendente a quantidade de alunos que se força a pesquisar os assuntos mais bem recebidos pelo *mainstream* do campo, excluindo as possibilidades que as investigações em níveis locais permitiriam.

Como afirma Rio, "o objeto de estudo, seja ele limitado ou ilimitado ou algo completamente diferente, é sempre uma consequência de uma decisão analítica" (2024, p. 21). Assim, talvez uma das possibilidades analíticas viáveis em caso de etnografias nas RI's seja uma perspectiva mais ampla do que é a área e um olhar mais direcionado ao diálogo entre o local e global.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos a escolha metodológica um dos principais passos de qualquer pesquisa, independente da área, do campo de estudo ou do que será pesquisado. Arriscamos dizer que a escolha da etnografia nas Relações Internacionais e na Ciência Política, mais do que nas outras Ciências Sociais, envolve uma coragem e um certo desafio do próprio campo. Existe um conservadorismo presente nas RI's que dificulta o entendimento de que muitas vezes o internacional pode ser acessado a partir de redes locais de estudo.

Concordamos com Rio (2024) ao enxergar que o internacional se faz presente em mundos locais, situados e vividos, não em um reino muito distante, que contribui para sustentar a ideia de as RI's serem espaços inacessíveis e destinados para quem tem privilégios de acesso ou amplos financiamentos públicos de pesquisa. Claro que não podemos excluir de maneira alguma que uma pesquisa de campo acaba despendendo custos mais elevados do que uma pesquisa com dados secundários. Além disso, há uma necessidade importante de que o pesquisador execute sua investigação levando à risca a ética e a responsabilidade quando se trata de observar e etnografar seres humanos.

Ademais, esse artigo faz parte de amplas discussões no campo, que são fomentadas inclusive pelos autores citados, mas não se encerra em si mesmo. Como foi dito, há uma

ampla gama de debates que precisam ser feitos em torno da etnografia nas RI 's, e em relação às pesquisas de campo na disciplina. Dessa forma, convidamos pesquisadores e pesquisadoras da disciplina a não deixarem esse debate morrer e a empreenderem possibilidades mais democráticas e humanizadas de pesquisa na disciplina, distanciando-se dos confortáveis gabinetes e se aproximando-se mais dos indivíduos que são parte fundamental, embora muitas vezes subestimada, dessa disciplina.

REFERÊNCIAS

AUYERO, Javier. **Poor People's Politics: Peronist Survival Networks and The Legacy of Evita**. Durham: Duke University Press, 2001.

BAIOCCHI, Gianpaolo; CONNOR, Brian T. The Ethnos in the Polis: Political Etnography as a Mode of Inquiry. **Sociology Compass**, nº 2/1, pp. 139-155, 2008.

BROWN, Michael P. **RePlacing Citizenship**: AIDS Activism and Radical Democracy. New York: The GuildFord Press, 1997.

DOOREN, Thom van; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Eben. Multispecies Studies: Cultivating Arts of Attentiveness. **Environmental Humanities**. Vol 8, Issue 1, 2016.

ENLOE, Cynthia. **Bananas Beaches and Bases**: Making Feminist Sense of International Politics. Los Angeles: California University Press, 1990.

GEERTZ, Clifford. **Uma Descrição Densa**: Por Uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HAMMERSLEY, Martyn, ATKINSON, Paul. **Ethnography**: Principles in Practice. Routledge, London and New York, 4ª ed. 2019.

KIRKSEY, Eben (orgs). Durham. **The Multispecies Salon**. Duke University Press, 2014.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**: World Politics in Transition. Boston: Little, Brown, 1977.

KOZINETS, Robert V. **Netnography**: Doing Ethnographic Research Online. London: Sage, 2010.

LANCASTER, Roger N. **Thanks to God and the Revolution**: Popular Religion and Class Consciousness in the New Nicaragua. New York: Columbia Press, 1988.

LAPID, Yosef. The third debate: On the prospects of international theory in a post-positivist era. **International studies quarterly**, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.

NAIR, Deepak. **"Hanging Out" while Studying "Up"**: Doing Ethnographic Fieldwork in International Relations. Vol. 23. Issue: 4, 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Made in China**: (in)formalidade, pirataria, e redes sociais na rota China-Paraguai-Brasil. Editora HUCITEC, 2011.

RIO, Anna E. Revisiting the Case of Ethnography and International Relations. **Millenium Journal of International Studies**, Vol 52, Issue 2, 2024.

TILLY, Charles. Afterword: Political Ethnography as Art and Science. New York. **Qual Sociol**, Vol 26, 2006.

VIEIRA, Thaís. **Intolerância Religiosa, Violação de Direitos Humanos e Colonialidade da Fé**: as igrejas pentecostais e as mulheres Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. Tese. Lume: UFRGS, 2023.

WALTZ, Kenneth. **Teoria de Relações Internacionais**. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

CONJUNTURA INTERNACIONAL
PUC Minas

PACIFIC SMALL ISLAND DEVELOPING STATES (PSIDS) AND CLIMATE-RELATED COOPERATION THROUGH INTERNATIONAL ORGANIZATIONS

Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico (PSIDS) e cooperação relacionada com o clima através de organizações internacionais

Los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo del Pacífico (PSIDS) y la cooperación relacionada con el clima a través de organizaciones internacionales

Flávia Silva Lanza
Doutoranda e Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
flavialanza13@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa o papel dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico (PSIDS) na cooperação global para a mudança climática. Ele examina sua vulnerabilidade, cooperação internacional por meio de organizações e participação estratégica. Por meio de cinco estudos de caso, ele explora como os PSIDS estão interessados em cooperação e quão representados eles são em 50 organizações encontradas.

Artigo recebido em: 04 abr. 2025 | Aceito em: 19 abr. 2026.

Palavras-chave: Cooperação, organizações internacionais, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico.

ABSTRACT

This article analyzes the role of Pacific Small Island Developing States (PSIDS) in global cooperation for climate change. It examines their vulnerability, international cooperation through organizations, and strategic participation. Through five case studies, it explores how PSIDS are interested in cooperation and how represented they are in 50 found organizations.

Keywords: Cooperation, international organizations, Pacific Small Island Developing States.

RESUMEN

Este artículo analiza el papel de los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo del Pacífico (SIDS) en la cooperación global para el cambio climático. Examina su vulnerabilidad, la cooperación internacional a través de organizaciones y su participación estratégica. A través de cinco estudios de caso, explora el interés de los PSIDS en la cooperación y su nivel de representatividad en 50 organizaciones.

Palabras clave: Cooperación, organizaciones internacionales, Pequeños Estados Insulares en Desarrollo del Pacífico.

1 INTRODUCTION

The study of climate change deals with ‘‘a change of climate which is attributed directly or indirectly to human activity that alters the composition of the global atmosphere and which is in addition to natural climate variability observed over comparable time periods” (UNFCCC, 1992, p. 4). This can lead to several problems, such as rising sea levels, melting glaciers, changes in rainfall patterns, desertification, cyclones, droughts, storms, an increase in the number of hurricanes, among others. Also, the increase in global temperature can affect fishing activity, and may even leave the population without food, which is the starting point for the present work (Mycoo et al, 2022; Santos, 2018).

Pacific Small Island Developing States (PSIDS) are considered to be the most at risk of the consequences of global climate change, according to the IPCC (2022). Their vulnerability is increased by their underdeveloped economy, small population compared to other countries in the world, and geographic distance from the main continental centers. The risk of vulnerability is defined as the vulnerability and exposure of societies and local systems to climate-related hazards, which vary due to economic, social, demographic, cultural, institutional circumstances and governance of a country. Despite their small contribution to global greenhouse gas (GHG) emissions, these countries have taken an active stance in international forums, seeking to strengthen global cooperation and secure climate finance mechanisms. Thus, the study of these countries is relevant because it contributes to the understanding of the role of these States in global environmental governance, assessing their influence on the development of climate policies and the challenges they face in transforming international commitments into concrete actions (Mycoo et al, 2022).

To deal with climate change, there are many studies on the vulnerability that the PSIDS facing these consequences, considering the effects that climate change may have on the particular territory and people, and what sort of conditions the government possesses to adapt the country (Mendes; Santos; Souza, 2020). This vulnerability means “the propensity or predisposition to be harmed’’ (IPCC, 2014, p. 22), which includes the country’s susceptibility to damage and lack of ability to cope and adapt, and depends on climatic factors, in addition to socioeconomic, physical and ecological factors that interact with each other (IPCC, 2022). Considering this scenario, PSIDS need international cooperation in order to develop and implement climate adaptation policies. Cooperation can be achieved through the assistance of IOs, that center the countries’ requests and promotes policy development in partnership, making it easier for donated resources to be taken to all countries and for an exchange of knowledge to occur between them. It is through negotiation between the

countries, that the actors' actions are coordinated in favor of their common interest (Keohane, 1984).

Organizations such as United Nation's Food and Agriculture Organization (FAO) and the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) have developed joint programs with the SIDS group in general, to provide assistance to all the SIDS countries and promote cooperation amongst them. This cooperation can be understood as ''when actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others, through a process of policy coordination'' (Milner, 1992, p. 467). This concept complements the discussion about cooperation according to Keohane (1984), who understand that there is an adjustment of behavior on the part of the actors involved according to the preferences of others, within an international system. Some challenges facing the development of cooperation are mainly related to the difficulty of accessing some services in more remote parts of the territory of PSIDS countries, and the cost and need for efficiency that cooperation demands (Axelrod; Keohane, 1985; Lucas et al., 2017).

The objective of this work is to analyze the role of PSIDS in climate-related cooperation and highlighting cooperation through international organizations (IOs). The proposed research question is: How do PSIDS contribute to climate cooperation and how are they represented in IOs? The first section of the article maps the effect climate change has on PSIDS, the second presents how IOs work through the lenses of Complex Interdependence, and the third mentions specific contributions and programs IOs apply in PSIDS countries. In order to analyze the IOs, five case study countries were chosen as examples, based on the World Risk Report by Bündnis Entwicklung Hilft and Ruhr University Bochum (2019), and the PSIDS at the top of the vulnerability ranking - they are: Vanuatu, Tonga, Solomon Islands, Papua New Guinea and Fiji. Finally, the conclusion wraps ups the findings during the research.

2 CLIMATE CHANGE AND PSIDS VULNERABILITIES

PSIDS' countries are the majority of the countries in Oceania. Their collectivity as a group (SIDS) arose in 1992, during the Rio Summit, and included island countries that were grouped in three geographic regions: the Caribbean, the Pacific, and the Atlantic, Indian Ocean and South China Sea (AIS). Because of their geographic proximity and shared colonial history, the 20 PSIDS share many similarities in culture, politics and environmental vulnerability (Robinson; Dornan, 2017). According to Fry and Tarte (2015), it was in 2009 that PSIDS' diplomatic role took a turn, and the group became a key for these countries' participation in the Alliance of Small Island States (AOSIS) and the Group of 77. This is mainly due to the group's effort during UNFCCC's meetings, the UNCED that happened in 2012, and

the Third International Conference on Small Island Developing States that took place in Samoa in 2014.

The latest IPCC report (2022) confirmed that sea level rise and extreme sea level have direct impacts on small island countries, as it is the case of the PSIDS. Those are particularly vulnerable to climate change. Many of them are biodiversity hotspots, and experience a harder impact when climate-related natural hazards occur. Although they are diverse in physical and biophysical characteristics, political and economic systems, they share similarities such as: ‘‘geographical remoteness, isolation, narrow resource bases, heavy dependency on external trade, vulnerability to exogenous economic shocks, economic volatility, and limited access to development finance’’ (Mycoo et al, 2022, p. 2048).

Some climate induced problems in the PSIDS include: coastal flooding and submergence of coastal areas, erosion, reef destabilization, rainfall, drought tropical cyclones and depressions, loss of marine and coastal biodiversity and ecosystem services, landslides, mudflows, deforestation, slow-onset climate loss of terrestrial biodiversity, transcontinental dust clouds, water insecurity, economic decline and livelihood failure. Some indirect impacts are: unhealthy water quality, chemically contaminated groundwater, salt water intrusion, limited sediment production - all which can affect agriculture and the settlements. The population faces health risks related to the climate variability, extreme events and temperature and precipitation, such as vector-bone diseases (ex: malaria, dengue fever and the Zika virus), heat stress, allergic diseases and respiratory illnesses due to air pollution, diarrhea, and ciguatera fish poisoning (due to a toxic algae that affects reef fish) (Mycoo et al, 2022).

Climate-related migration, including planned resettlement, is also a concern for PSIDS. It already happens internally in most countries as a displacement of the population to reduce risks, usually from the center of the islands to the coast, and the IPCC projection is that the countries’ habitability will worsen with the increase of the consequences of climate change. To deal with these consequences, IPCC (2022) considers that culture and cultural resources are going to have an important role in the development of adaptation policies and the creation of adaptive capacities and resilience. Community solidarity and cohesion are related to place- based identity, and that will be important to develop the adaptive capacities. Because of this, migration and reduced habitability could become a hindrance to the development of adaptation policies. Also, as deterioration of land happens and women are the decision makers in some countries, the loss of land may implicate not only in economic deprivation, but also compromise the country’s cultural identity, as well as cultural sites and their tangible heritage (Mycoo et al, 2022).

3 COOPERATION AND IOS TO COMPLEX INTERDEPENDENCE

By cooperation, it is understood that there is an adjustment of behavior on the part of the actors involved according to the preferences of others, within an international system that is considered anarchic. Also, actors are willing to cooperate when they expect others to cooperate as well, as they need to be considered trustworthy. When considering a global dilemma, such as the consequences of climate change, actors are inclined to cooperate (Ostrom, 2000). An increase in the visibility of cooperative behaviors, also called "social interventions", can facilitate other actor's change of behavior (Carattini; Levin; Tavoni, 2019).

Being based on liberal theoretical ideas, Complex Interdependence proposes the analysis of relations in the system based on the mutual dependence created between actors of international politics by transactions that occur in the midst of international borders - economic and social flows - comparing the contemporary world to a tapestry of diverse relationships. When defining Interdependence, the theory also states that it only exists in relationships in which there are reciprocal transaction costs between the parties involved (Keohane; Nye, 2001).

It is in this context that the definition of the concept of asymmetry is presented, defined as the inequalities of capabilities between the actors of the system, as defining power relations. Power, which can be understood as a process, is expressed that the constant deepening of transnational exchange relations – whether of goods or knowledge, for example – makes the actors more vulnerable to reciprocal impacts. That is, when equating the causes and consequences of a State's attitude, it is not possible to take it as a unitary actor, but rather an entity inserted in a complex of other actors, demands, rules and expectations that will suffer the consequences of these acts at the same time, that are connected in a web of relationships. In turn, these generated expectations informed how this first State should outline its strategies and, therefore, at the same time that it generated an impact on third parties, its behavior is constrained by them (Keohane; Nye, 2001).

As PSIDS do not have a strong and developed industry, they depend heavily on imports from Australia and New Zealand. Thus, these two regional powers are an important source of exports for the island countries, reaching almost 60% of all imports from a country, as is the case of Fiji, which is very economically dependent on New Zealand. The two powers jointly send around 59% of the aid that the PSIDS receive, which mainly includes the transfer of financial resources. There are also seasonal migration programs in which the PSIDS population moves to Australia at harvest time (IPCC, 2014; Scollay, 2005).

Interdependence is asymmetrical, which means that dependence is not always mutual and balanced. This is important in the sense of sources of influence, meaning that one state

influences another that is more vulnerable to it. Some States are more dependent than others, which transforms dependence as an instrument of power, since being less dependent but having many dependents means that the State has greater bargaining power. More dependent countries are usually more likely to suffer spillover impacts, which means that there can be an impact of a domestic event in one country on another country's economy (Keohane; Nye, 2001).

It is important to emphasize the asymmetry of the relationship between Australia and New Zealand with the PSIDS, since, although the second group strongly depends on the exports of these regional powers, the volume of exports corresponds to little of what these powers could really send to the countries of the PSIDS, not only for goods but also for financial and technical cooperation. In addition, the economy of PSIDS, in general, depends significantly on tourism, and Australia and New Zealand are the main source of tourists they have. A distinction was made by Australia and New Zealand between economic policy and policy for development - only the first policy is encouraged, while aid for the economic-industrial development of the island countries is not sent much by the powers, since the relationship of these is focused on trade, and this may further increase the asymmetry between the two groups (Scollay, 2005).

The commercial relationship in Oceania becomes even more asymmetrical when considering that Australia and New Zealand are not the countries that receive the most of the few products that the PSIDS export, but there is still a lot of pressure from them within the scope of the World Trade Organization (WTO), for example when they demanded tax cuts and other facilitators of trade agreements in the early 2000s. This pressure even succeeded in increasing trade in the region when considering, for instance, that the fabrics produced in Australia were being sent to Fiji for clothing production, which was later returned to Australia (Tigerstrom, 2005; Scollay, 2005).

For Complex Interdependence, international institutions, such as IOs, are extremely important because they help organize the political agenda and determine government priorities, in addition to serving as a ''spokesperson'' to show the position of the weaker countries against the stronger ones. Also, It is worth noting that in Complex Interdependence it is not just the States that interact in international politics (transnationality), and this interferes with the role of the international agenda. Domestic issues can also have an impact on the construction of a state's identity (Keohane; Nye, 2001).

4 PSIDS IN CLIMATE-RELATED IOS

There are many adaptation policies that are developed through IOs that assist the PSIDS and also promote cooperation amongst the countries. Most of them are created and implemented through the intermediation of IOs. FAO, for instance, has the SIDS Solutions Platform, which is dedicated to promoting and replicating adaptation policies focused on overcoming food-related challenges. The Platform was launched after the Organization created, in 2021, a SIDS Solutions Forum that to improve nutrition and strengthen climate adaptation considering the problems that were accentuated with the COVID- 19 pandemic – and there were policies related to strengthening infrastructure to the fisheries sector, to develop a green growth recovery to fisheries products and to improve the quality and storage of the products (FAO, 2022a).

Besides this specific Program, in 2021, FAO also assisted SIDS' countries in sustainable policies related to fisheries, that includes projects to support small-scale fishers, training for alternative fishing methods through fish aggregating device (FAD) materials (FishFAD project), training for safety at sea, technical support for community-based fisheries management programs and support for strategies in aquaculture development. Another project currently taking place in the SIDS is the Sustainable Fish Value Chains for Small Island Developing States (SVC4SIDS) Project, that is focused on developing tuna fishing in Kiribati (FAO, 2022). FAO's programs include training for capacity building, diffusion of technologies for agriculture, and knowledge-sharing between the SIDS – all to increase food and nutrition security in the PSIDS. The Organization also helps in the occurrence of negotiations between countries, for example, the Pacific Small Island Developing States Solutions Forum that happened in Samoa in 2022, and the Pacific Week of Agriculture and Forestry that happened in Fiji in 2023 (FAO, s.d.).

UNESCO is another organization that has many programs dedicated to assisting the SIDS. UNESCO is considered one of the pioneering bodies of the UN to support SIDS in their sustainable develop. The Organization's first significant projects with SIDS include the implementation of the 1994 Barbados Program of Action, the 2005 Mauritius Strategy, and the S.A.M.O.A Pathway (SIDS Accelerated Modalities of Action). UNESCO's support for the group became more expressive in 2008, with the creation of an integrated platform called UNESCO-SIDS Intersectoral Platform (UNESCO, s.d.).

Cooperation between UNESCO and the SIDS group began with the Barbados Program of Action (BPOA). This was adopted during the United Nations World Conference on Sustainable Development of SIDS, which took place in Barbados, an island country located in the Caribbean region, in 1994. Also at that Conference, the Barbados Declaration was signed, which supported the commitments of Program. Following these steps, UNESCO worked with the SIDS group to develop the Mauritius Strategy. This Conference, which took place in 2005

in Mauritius, had the objective of reviewing the actions taken according to the BPOA, and also preparing the SIDS group as an actor that has vulnerabilities and, therefore, demands assistance measures, during Rio+20[1], which took place a few years later, in 2012 (UN-OHRLLS, 2015).

Also, it is important to mention the S.A.M.O.A Pathway, which was developed with the support of UNESCO in 2014 during the SIDS Conference that took place after UNCED. During the Conference, all island countries members of the SIDS group gathered to compile their vulnerabilities in a document, and this was used to prepare goals focused on development and poverty eradication in these countries. In addition, the project also considers the consequences of climate change in island countries, as well as to other topics such as renewable energy, disaster reduction, food security, vector diseases, basic sanitation, sport, education, among other topics (UN-OHRLLS, 2015).

Another program is the UNESCO-SIDS Action Plan 2016-2021. It was developed by UNESCO as a consequence of the Third International Conference on SIDS, which took place in Samoa in 2014. UNESCO involved several of its sectors in the planning of the Plan, in addition to other international partners, to assist in the establishment of long-term goals for that the countries of the SIDS group are able to develop capacities to adapt to their vulnerabilities. Thus, the Plan of Action was developed according to 5 priority areas: (1) increase countries' capacities to achieve sustainable development through education and institution building; (2) increase the resilience and sustainability of human interactions with the environment; (3) support the management of social transformations and the promotion of social justice; (4) preserve cultural heritage, promoting culture for sustainable development; and (5) increase the exchange of knowledge between island countries (UNESCO, 2016).

As for PIF, it is an IO whose main function is to promote conditions for cooperation between the island countries of Oceania, created in 1971, and facilitate regional trade with a free trade area, in addition to creating peacekeeping operations[2] with the intention of improving the economic and social well-being of the islands' population. In addition, island countries also maintain diplomatic relations with each other, through agreements mainly on fishing, such as the Nauru Agreement on Cooperation in the Management of Fisheries of Common Interest, export of agricultural resources and other foods, sending diplomatic missions and exchange of knowledge (PIFS, 2025).

AOSIS is also another grouping of developing island-countries, much like SIDS, but it is more structured as it has a formal office. It is a coalition of coastal states formed by small

[1] Rio+20 (United Nations Conference on Sustainable Development) took place from June 13 to 22, 2012 in Rio de Janeiro, Brazil. During the Conference, world leaders met to renew their political commitment to sustainable development.
[2] Peacekeeping is the most traditional way of carrying out peace operations, seeking to keep the parties in conflict apart so that it is possible to move towards the peace agreement process.

islands that are extremely vulnerable to climate issues, especially rising sea levels, and which has increasingly gained space in international negotiations as a representative and expression of the demands of the countries that make up the group, which are States that are more invisible in the system. It was created in 1990, during the Second World Climate Conference and it doesn't have a formal, written treaty (Yamin; Depledge, 2005).

AOSIS's actions revolve around three main objectives: climate change, sustainable development and ocean conservation. According to the first category, the Alliance's priority is to ensure that global carbon dioxide emissions are linked to the goal of reducing temperature rise. Also, AOSIS strives to ensure that the specific challenges that SIDS face are overcome. Furthermore, the Alliance is committed to continuing to work for international cooperation and new partners to develop capabilities to face the challenges posed by climate change, helping SIDS and other vulnerable States to ''amplify their voices and make an environmental impact, lasting socio-economic and geopolitical'' (AOSIS, s.d., s.p).

Therefore, SIDS can be considered as a less institutionalized grouping, and AOSIS as being more structured. SIDS has more members, as this grouping does not have a formalized institutionalization, and island countries are not subject to any type of treaty that leads to formal obligations. AOSIS, on the other hand, is not an IO like the UN, FAO or UNESCO, as it also does not require ratification by States in a treaty for its operation to be in force. However, AOSIS has its formal office and is more institutionalized (Santos, 2018).

Considering the five case study countries chosen, it is possible to notice that they are very active in IOs and Forums, as detailed in Table 1.

Table 1 – International and regional organizations (in alphabetical order)

International organizations	Vanuatu	Tonga	Solomon Islands	Papua New Guinea	Fiji
Amnesty International	X	X		X	X
Asia Pacific Parliamentary Forum			X	X	X
Asian Development Bank (ADB)	X	X	X	X	X
Commonwealth Secretariat	X	X	X	X	X
Food and Agriculture Organization (FAO) of the United Nations	X	X	X	X	X
Forum Fisheries Agency	X	X	X	X	X
Forum for India–Pacific Islands Cooperation	X	X	X	X	X

Gamelan Council		X	X	X	X
Group of 77	X	X	X	X	X
ICFTU Asia and Pacific Regional Organisation	X	X		X	X
Inter-Parliamentary Union	X	X		X	X
International Fund for Agricultural Development (IFAD)	X	X	X	X	X
International Labour Organization (ILO)	X	X	X	X	X
International Maritime Organization (IMO)	X	X	X	X	X
International Monetary Fund (IMF)	X	X	X	X	X
International Organization for Migration (IOM)	X	X	X	X	X
International Organization for Standardization (ISO)	X			X	X
International Seabed Authority (ISA)	X	X	X	X	X
International Telecommunication Union (ITU)	X	X	X	X	X
International Trade Center (ITC)	X	X	X	X	X
Interpol	X	X	X	X	X
ITUC-Asia Pacific	X	X		X	X
Multilateral Investment Guarantee Agency (MIGA)	X		X	X	X
Organisation of African, Caribbean and Pacific States (ACP)	X	X	X	X	X
Pacific Aviation Safety Office (PASO)	X	X	X	X	X
Pacific Community	X	X	X	X	X
Pacific Island Farmers Organisation Network	X	X	X	X	X
Pacific Islands Development Program (PIDP)	X	X	X	X	X

Pacific Islands Forum (PIF)	X	X	X	X	X
Pacific Islands Forum Fisheries Agency	X	X	X	X	X
Pacific Islands Museums Association	X		X	X	X
Pacific Power Association (PPA)	X	X	X	X	X
Secretariat of the Pacific Regional Environment Programme (SPREP)	X	X	X	X	X
South Pacific Applied Geoscience Commission	X	X	X	X	X
South Pacific Tourism Organisation (SPTO)	X	X	X	X	X
UN	X	X	X	X	X
United Nations Children's Fund (UNICEF)	X	X	X	X	X
United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)	X	X	X	X	X
United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific (ESCAP)	X	X	X	X	X
United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)	X	X	X	X	X
United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR)	X	X	X	X	X
United Nations Industrial Development Organization (UNIDO)	X	X	X	X	X
United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA)	X	X	X		X
United Nations Population Fund (UNPF)	X	X	X	X	X

Universal Postal Union (UPU)	X	X	X	X	X
World Bank	X	X	X	X	X
World Health Organization (WHO)	X	X	X	X	X
World Intellectual Property Organization (WIPO)	X	X	X	X	X
World Meteorological Organization (WMO)	X	X	X	X	X
World Trade Organization (WTO)	X	X	X	X	X

Source: elaborated by the author with data from DFAT AU (2023), ForumSec (2023) and USIP (2017).

Were found 50 regional and IOs in which at least two of the case study countries are members. All of the countries are members in 40 organizations, which is 80% of them. In 8 of them, 4 of the five case study countries are members (16% of the organizations); and in 2 of them, 3 of the five case study countries are members (4%). This shows that the countries are members in the majority of the organizations and, therefore, have a high level of interest in cooperating with each other.

Also, it is possible to notice that Fiji and Papua New Guinea are very active in IOs and regional organizations, as they are members of 50 and 49 of them, respectively. Fiji's commitment to all of them could be because of the country's large population. As for the other countries, Vanuatu is a member of 48 organizations (96%), Tonga is a member of 46 (92%) and the Solomon Islands is a member of 49 (90%). This shows that all countries are interested in cooperation and are actively searching for platforms that could potentially assist them in developing climate adaptation policies.

5 CONCLUSION

All things considered, there is already a regional cooperation and an interdependence between the countries, which is asymmetrical. There are many adaptation and mitigation policies suggested by OIs and the countries themselves, and that a majority of the adaptation ones can assist PSIDS to deal with the consequences of climate change that impact directly on the fishing activity. There are projects currently implemented by the IPCC, FAO or UNESCO on the territories, but each policy needs to be specific to each island's characteristics, which means that they should involve the local community in the implementation. As PSIDS are more vulnerable to the consequences of climate change, they end up depending more of help. The IOs are developing more adaptation policies as these consequences are worsening.

However, the IOs face many challenges when implementing those policies, especially in more remote areas, which makes the implementation difficult.

Although there are many policies that can be adapted and implemented, they are still not fully successful because of many factors, such as governance-related limits, poor data availability and quality, low technical capacities, limited climate information, food insecurity, diseases, lack of financial resources, corruption, lack of healthcare and climate awareness in more remote rural communities, lack of attention to gender equality, among other factors. This means that, especially in remote rural areas, it's harder to implement the policies and this can explain why the PSIDS are having so many losses regarding the fisheries activity. All of those IOs also show that cooperation in Oceania have existed for a while, some even in the 1950s, and that the countries create organizations to support and further develop this cooperation. As the number of IOs increase through the decades, it is also possible to see that interdependence between the countries has been increasing.

For future research, it would be interesting to map the organizations that all PSIDS are members of and to compare which of the PSIDS countries choose to cooperate with themselves. Also, Fiji seems to have protagonism over the other countries, and a case study on the country could be very informative. Lastly, an analysis of these organizations in the International Climate Change Regime and the countries inside each organization could show the impact level these countries together have on environmental governance.

REFERÊNCIAS

AOSIS. **About us.** [S,l]: Alliance of Small Island States, Summary. [s.d.]. Disponível em: https://www.aosis.org/about/. Acesso em: 26 mar. 2020.

AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert. **Achieving Cooperation Under Anarchy:** Strategies and Institutions. World Politics, Vol 38, N. 1. (OCT., 1985), p. 226-254.

BÜNDNIS ENTWICKLUNG HILFT; RUHR UNIVERSITY BOCHUM. **WorldRiskReport 2019.** Berlim: Bündnis Entwicklung Hilft, 2019. Disponível em: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/WorldRiskReport-2019_Online_english.pdf. Acesso em: 5 set. 2021.

CARATTINI, Stefano; LEVIN, Simon; TAVONI, Alessandro. Cooperation in the Climate Commons. **Review of Environmental Economics and Policy**, volume 13, issue 2, Summer 2019, p. 227–247. Disponível em: 10.1093/reep/rez009. Acesso em: 25 mar. 2023.

DFAT AU. **Pacific islands regional organisations**. Disponível em: https://www.dfat.gov.au/international-relations/regional-architecture/pacific-islands/pacific- islands-regional-organisation. Acesso em: 30 jun. 2023.

FAO. **FAO IN THE PACIFIC.** ANNUAL REPORT of FAO Subregional Office for the Pacific Islands, 2021. Apia, 2022b. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cc0061en. Acesso em: 22 de ago. 2023.

FAO. **SIDS Solutions Forum – REPORT**. Apia, 2022a. Disponível em: https://doi.org/10.4060/cb8389en. Acesso em: 22 de ago. 2023.

FAO. **SIDS Solutions Platform.** [s.d.]. Disponível em: https://www.fao.org/sids/resources/events/agvaluechain-sids/en/. Acesso em: 25 jun. 2023.

FORUMSEC. **Council of Regional Organisations of the Pacific.** Disponível em: https://www.forumsec.org/council-of-regional-organisations-of-the-pacific/. Acesso em: 06 out. 2023.

FRY, Greg; TARTE, Sandra. **The New Pacific Diplomacy**. Australia: The Australian National University, 2015.

IPCC. **Climate Change 2022:** Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. DOI: 10.1017/9781009325844.017.

IPCC. **Climate change:** Impacts, adaptation and vulnerability. Part B, Regional Aspects, Working Group II, p. 1613-1654, 2014. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/WGIIAR5-Chap29_FINAL.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony:** cooperation and discord in world political economy. Princeton: Princeton University Press, 1984 [2005].

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence.** 3. ed. Nova Iorque: Editora Longman, 2001.

LUCAS, Hugo et al. Critical challenges and capacity building needs for renewable energy deployment in Pacific Small Island Developing States (Pacific SIDS). **Renewable Energy,** v. 107, p. 42–52, Jul. 2017.

MENDES, C.; SANTOS, L. B. D.; Souza, M. D. Climate change, vulnerability and securitization. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 1, p. e014, 2020.

MILNER, Helen. International Theories of Cooperation Among Nations: Strengths and Weaknesses. **World Politics,** 44, 1992, p. 466-496. DOI:10.2307/2010546.

MYCOO, M. *et al*. Small Islands. In: IPCC. **Climate Change 2022:** Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

OSTROM, Elinor. Collective action and the evolution of social norms. **Journal of Economic Perspectives**, p. 137–58, 2000.

PACIFIC ISLANDS FORUM SECRETARIAT (PIFS). **The Pacific Islands Forum**. Suva: Pacific Islands Forum Secretariat, 2025. Disponível em: https://www.forumsec.org/who-we-arepacific-islands-forum/. Acesso em: 20 out. 2025.

ROBINSON, Stacy-ann; DORNAN, Matthew. **International financing for climate change adaptation in small island developing states.** Australia: Regional Environmental Change, 2017.

SANTOS, Letícia Britto dos. **The small island developing states (SIDS):** responses for the securitization of climate change. 2018. 153 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RelInternac_SantosLB_2.pdf. Acesso em: 14 set. 2019.

SCOLLAY, Robert. Deeper integration with Australia and New Zealand? Potential gains for Pacific island countries. In: **Pacific Island Regional Integration and Governance**, Asia Pacific Press, p. 132-147, 2005.

TIGERSTROM, Barbara Von. Small island developing states and international trade: special challenges in the global partnership for development. **Melbourne Journal of International Law**, v. 6, 2005. Disponível em: https://law.unimelb.edu.au/__data/assets/pdf_file/0008/1681172/Tigerstrom.pdf. Acesso em: 28 out. 2022.

UN-OHRLLS. **SAMOA Pathway**. 2015. Disponível em: https://unohrlls.org/custom-content/uploads/2015/01/SAMOA-Pathway.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNESCO. **UNESCO in brief.** [S. l.]: UNESCO, [20--?]. Disponível em: https://www.unesco.org/en/brief. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNESCO. **Small Island Developing States – UNESCO's Action Plan**. UNESCO, Paris, 2016. 32pp. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246082/PDF/246082eng.pdf.multi. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNFCCC. **UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE**. Rio de Janeiro: 1992. Disponível em: https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf. Acesso em: 07 abr. 2020.

USIP. **International Organizations.** Organizations Listed Alphabetically by Name. 2017. Disponível em: https://www.usip.org/publications/international-organizations. Acesso em: 06 de out. 2023.

YAMIN, Farhana; DEPLEDGE, Joanna. **The International Climate Change Regime:** A Guide to Rules, Institutions and Procedures. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CONJUNTURA INTERNACIONAL
PUC Minas

A INTERNALIZAÇÃO DO ACORDO DE PARIS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE INSTRUMENTOS DA GOVERNANÇA CLIMÁTICA DE BELO HORIZONTE

The internalization of the Paris Agreement: a case study on climate governance instruments in Belo Horizonte

La internalización del Acuerdo de París: estudio de caso de los instrumentos de gobernanza climática en Belo Horizonte

Guilherme Lara Camargos Tampieri
Doutorando em estágio avançado no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC Minas; Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Pós-graduado em Administração Pública e Gerência de Cidades; Pós-graduado em Gestão Ambiental; Pesquisador no Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG); Pesquisador do Observatório das Metrópoles - Núcleo BH - na Rede de Avaliação dos Instrumentos de Política Urbana e Adaptação Climática (Rede AIPUAC), Brasil
guilhermetampieri@gmail.com

RESUMO

O artigo explora a internalização do Acordo de Paris por municípios brasileiros utilizando Belo Horizonte como estudo de caso. A pesquisa identifica e caracteriza a política climática da

Artigo recebido em: 24 abr. 2025 | Aceito(a) em: 02 set. 2025.

cidade, bem como os instrumentos da sua governança, demonstrando seu alinhamento com o Acordo de Paris.

Palavras-chave: Acordo de Paris, governança climática, governos locais, política climática municipal, Belo Horizonte.

ABSTRACT

The article explores the internalization of the Paris Agreement by Brazilian municipalities using Belo Horizonte as a case study. The research identifies and characterizes the city's climate policy, as well as its governance instruments, demonstrating its alignment with the Paris Agreement.

Keywords: Paris Agreement, climate Governance, local governments, Local Climate Policy, Belo Horizonte.

RESUMEN

El artículo explora la internalización del Acuerdo de París por parte de los municipios brasileños utilizando Belo Horizonte como caso de estudio. La investigación identifica y caracteriza la política climática de la ciudad, así como los instrumentos de su gobernanza, demostrando su alineación con el Acuerdo de París.

Palavras-chave: Acuerdo de Paris, gobernanza climática, gobiernos locales, Belo Horizonte.

1 INTRODUÇÃO

O ano de 1972 marcou a inclusão do meio ambiente na agenda dos debates internacionais, tendo como um dos marcos a realização da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia. No mesmo ano foi publicado o relatório *Limits to Growth* (Os Limites ao Crescimento). Vinte anos depois, durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92 ou Eco-92), o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) alertou sobre o aumento da temperatura na Terra e sua associação às atividades humanas que, hoje, se dão em grande medida nas cidades que produzem entre 37 e 49% das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Embora atualmente cerca de 55% da população mundial viva[1] em áreas urbanas, aproximadamente 70% de toda a energia gerada no mundo[2] é consumida pelas cidades, em especial pelo consumo de combustíveis fósseis como a gasolina e o diesel (carros e motos e também ônibus, caminhões e aviões).

No Brasil, aproximadamente 87% da população vive em cidades, segundo dados do IBGE (Siqueira; Britto, 2024). Esse processo de urbanização sem o devido planejamento gerou problemas e desafios às cidades, mas também proporcionou aos atores que atuam nessa escala um papel de destaque na busca pelas soluções aos efeitos da mudança do clima.

O artigo, então, tem como pergunta de partida "como se dá o processo de internalização do Acordo de Paris por municípios brasileiros?", respondendo-a a partir de análise da experiência empírica de Belo Horizonte, com a identificação e caracterização (Soares, 2014) de instrumentos presentes na Governança Climática de Belo Horizonte, em paralelo com o Acordo de Paris. A escolha pela capital mineira se justifica pelo longo histórico[3] do município em ter e manter, ao longo dos anos, com maior e menor intensidade, a temática das mudanças do clima na agenda pública municipal, como será visto a seguir, sendo reconhecida[4] como uma das cidades mais preparadas, em termos de instrumentos públicos, para o endereçamento das mudanças climáticas. Metodologicamente, foi feita revisão da bibliografia de dois conceitos-chave da pesquisa, regime climático sobre mudança climáticas (Keohane; Victor, 2011) e governança climática (Giddens, 2010; Gonçalves, 2011; Speranza *et al*. 2017), que dão o contorno teórico ao estudo, levantamento de dados relativos aos

[1] Disponível em https://www.un.org/tr/desa/68-world-population-projected-live-urban-areas-2050-says-un. Acesso em 25/08/2025.
[2] Disponível em https://www.iea.org/news/cities-are-at-the-frontline-of-the-energy-transition. Acesso em 25/08/2025.
[3] Ver https://waycarbon.com/pt/blog/hora-do-planeta-belo-horizonte/. Acesso em 25/08/2025.
[4] Ver https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/belo-horizonte-conquista-premio-nacional-por-lideranca-ambiental-e-inovacao#:~:text=Belo%20Horizonte%20conquista%20pr%C3%AAmio%20nacional%20por%20lideran%C3%A7a%20ambiental%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o,-criado%20em%2015&text=Belo%20Horizonte%20foi%20premiada%20no,Sustent%C3%A1vel%20(ODS)%20da%20ONU Acesso em 25/08/2025.

instrumentos da política climática de Belo Horizonte e uma entrevista semiestruturada com uma, à época, gestora da Prefeitura de Belo Horizonte.

A pesquisa não pretende ser um fim, mas um ponto de partida, ou de orientação, entre muitos possíveis, que lança luz à internalização do Acordo de Paris, parte fundamental do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas (RIMC), por municípios. De uma perspectiva teórica, a pesquisa pretende mostrar a importância dos entes subnacionais, ou governos locais, na Política da Mudança Climática (Giddens, 2010), fazendo o registro dos caminhos seguidos por uma capital de um Estado brasileiro no que tange à internalização do Acordo de Paris, permitindo análises futuras, complementos e contra argumentações.

2 O REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ACORDO DE PARIS

Há na literatura acadêmica diversos caminhos possíveis para se compreender quando a temática ambiental passou a ser discutida na esfera internacional. Uma perspectiva é o papel do tema em fóruns internacionais, como a Conferência Mundial de Estocolmo sobre Meio Ambiente, realizada em 1972, o principal ponto de partida da chamada agenda ambiental. Uma outra linha de pesquisa identifica a publicação dos dois relatórios desenvolvidos pelo Clube de Roma, com contribuições para a incorporação do pensamento em longo prazo nas discussões ambientais, fundamental às questões climáticas. O primeiro, de 1972, denominado de *The Limits to Growth* (Os Limites do Crescimento)", afirmou que a sociedade industrial estava excedendo a maioria dos limites ecológicos. O segundo, de 1975, *Mankind at the Turning Point* (A Humanidade no Ponto de Mudança), apontou as consequências negativas do modelo econômico ocidental da época (Gazoni *et al.*, 2008).

Em sua obra, Krasner (2012) define os Regimes Internacionais a partir de quatro dimensões: princípios, normas, regras implícitas ou explícitas e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores. Os princípios, segundo o autor, são as crenças em fatos, causas e questões morais. Por outro lado, as normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras, por sua vez, são prescrições ou proscrições específicas para a ação. Os procedimentos para tomada de decisões são práticas predominantes para fazer e executar a decisão coletiva.

Keohane e Victor (2011) tratam especificamente sobre o RIMC, antes introduzindo o conceito do que eles chamam de "Complexo de Regimes", que, em suma, são múltiplos regimes se sobrepondo e interagindo num sistema internacional em que os Estados se relacionam de maneira interessada uns com os outros. Nas palavras dos autores, "Em

condições de interdependência complexa, os interesses dos Estados refletirão os interesses dos principais grupos constituintes que exercem influência sobre os líderes do Estado" (Keohane; Victor, 2011, p. 3, tradução nossa).

Neste(s) processo(s) de interação(ões) entre atores diversos, para além dos próprios Estados, onde houver um acordo sobre os arranjos regulatórios, o resultado será um regime ou regimes internacionais – tal qual o do clima. Os autores nos alertam para pensarmos nos regimes e complexos de regimes como um *continuum*, no qual as interações entre atores é viva e autointeressada. No caso específico das mudanças climáticas, os autores advertem que a "diversidade estrutural e de interesses inerente à política mundial contemporânea tende a gerar a formação de complexos de regimes em vez de um regime abrangente e integrado" (Keohane; Victor, 2011, p. 2), afirmando que, no que concerne às mudanças climáticas, o tema é regido por um Complexo de Regimes.

Para compreender melhor as evidências científicas concernentes às mudanças climáticas, em nível internacional, foram realizadas conferências obstando a criação de um tratado internacional para enfrentar o que se apresentava como um problema. Em 1988, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) instituiram o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima) dando início ao processo inicial da fundação do RIMC citado anteriormente. Cumpre advertir, conforme nos apresentam Yamim e Depledge (2004), que não há uma marco fundador do Regime, mas, sim, diversos processos que o fazem ser criado e recriado constantemente ou, nas palavras de Keohane, um continuum.

Como resultado das ações do maior órgão científico que pesquisa e órgão supremo da Convenção, o IPCC, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, em 1992, a Convenção-Quadro das Nações Unidades sobre a Mudança do Clima, firmada por 197 países, que têm como órgão para deliberações a Conferência das Partes (COP). A COP é o momento de examinar o status da implementação da Convenção, assim como quaisquer instrumentos jurídicos que a Conferência das Partes vier a adotar, além de tomar as decisões necessárias para promover a efetiva implementação da Convenção.

O IPCC conta com a participação de centenas de cientistas, de diversas áreas, que produzem relatórios de avaliação, sendo o primeiro relatório publicado em 1990 (Marengo, 2007, p. 83). Em dezembro de 1997, com base nas evidências destes relatórios, o protocolo de Quioto foi acordado, com objetivo de fixar compromissos de redução e limitação da emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa, para os países do Norte Global e criar possibilidade de utilização de mecanismos de flexibilidade para que os países do Sul Global pudessem atingir os objetivos de redução de GEE. O Protocolo entrou em vigor em

16/02/2005, depois que a Rússia o ratificou, em 2004. A título de contextualização, conforme nos alerta Pino (2014), Sul Global é a

> Expressão cunhada no final da Guerra Fria para fazer referência aos países e às sociedades em desenvolvimento do hemisfério Sul, bem como a outros localizados no hemisfério Norte, que possuem indicadores de desenvolvimento médios e baixos. Estes países são na maioria jovens nações africanas e asiáticas, mas também Estados latino-americanos independentes há mais de dois séculos. No total, uns 150 Estados soberanos (Pino, 2014).

Em 2015, durante a COP 21, o Acordo de Paris foi aprovado e renovou alguns compromissos de Quioto, no sentido de engajar toda a comunidade internacional em ações comuns para mitigar as mudanças climáticas, se adaptar a elas e ter recursos financeiros e materiais para enfrentar as consequências já em curso (perdas e danos). O Acordo de Paris entrou em vigor em novembro de 2016, quando alcançou o mínimo de 55 países signatários (que representavam 55% das emissões globais de GEE).

No que tange às ações de mitigação, o Acordo tem por objetivo reunir esforços internacionais para garantir que o aumento da temperatura terrestre não superasse os 2ºC até 2100, com ações de mitigação. Posteriormente, cientistas do IPCC mostraram a necessidade de se empenhar esforços para manter o aquecimento global em até 1,5º C, para proteger - e garantir - as diversas formas de vida na Terra.

O Acordo de Paris traz que a adaptação é o aumento da capacidade dos países para se prepararem – se adaptarem - e responderem aos impactos adversos das mudanças climáticas, fortalecendo a resiliência e reduzindo a vulnerabilidade. Ressalta-se que a adaptação é um desafio global, com dimensões em todas as escalas: local ou subnacional, nacional, regional e internacional, sendo um componente chave da resposta global de longo prazo para proteger pessoas, meios de subsistência e ecossistemas, considerando as necessidades urgentes, sobretudo dos de países e territórios do Sul Global.

Por fim, a terceira dimensão do Acordo diz respeito às perdas e danos, que são os impactos das mudanças climáticas que ultrapassam a capacidade de adaptação dos Países e territórios. Ela é o reconhecimento que existem impactos das mudanças climáticas que são inevitáveis e irreversíveis, e para os quais não é possível ou já não é mais tempo de adaptação.

O Acordo tem mecanismos diversos, com vistas a potencializar seu cumprimento em termos de resultado e desempenho, no âmbito destas três dimensões: financiamento internacional, no qual países do Norte Global devem fornecer recursos financeiros para ações nos países do Sul Global; transferência de Tecnologias existentes; fortalecimento de

capacidades dos países do Sul Global; instituição do mercado de carbono; educação ambiental e climática; transparência no uso de recursos e nas ações em curso; entre outros.

Alerta-se que o Acordo de Paris destaca o papel das cidades, em especial em seu artigo 11, instando-as a serem agentes no desenvolvimento urbano focado na resiliência e na diminuição da vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas, além de se integrarem em redes e outras formas de organização para a cooperação regional e internacional. O Acordo de Paris salienta a importância da revisão dos Planos que contribuem com seu cumprimento, com vistas a garantir que os Estados, bem como de seus entes subnacionais, possam ser responsivos às necessidades territoriais (de mitigação, adaptação e redução de perdas e danos).

3 A GOVERNANÇA CLIMÁTICA: DO INTERNACIONAL AO LOCAL

Keohane e Victor (2011, p.14) alertam que "O ponto-chave é que os problemas das mudanças climáticas envolvem a diversidade em todos os níveis". Embora os autores não façam citação explícita aos atores locais (ou subnacionais), entende-se que, com o passar dos anos, as cidades ganharam espaço no RIMC. Um exemplo disso é um dos subprodutos do AR6[5], o último relatório do IPCC, com foco em áreas urbanas (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023) no qual apresenta-se os principais pontos da mudança do clima nestes territórios, tais como a diferença entre a temperatura nas cidades e centros urbanos (mais quentes) e nas áreas rurais (menos quentes) devido ao que é conhecido como efeito de ilha de calor, além do aumento das chuvas, deslizamentos, enchentes, etc.

Neste âmbito, as cidades são responsáveis pela maior parte das emissões de GEE, sendo a fonte de mais de 70% das emissões desses gases no mundo, o que as torna atores/atrizes relevantes para a mitigação dos GEE e, por outro lado, são palco importante para as políticas, planos e ações de adaptação e de perdas e danos, uma vez que elas concentram a maior parte da população mundial. Conforme nos alertam Amaral, Magalhães e Tampieri (2022, p.2), o planejamento urbano para as mudanças climáticas é uma das pautas mais urgentes e importantes da conjuntura atual em municípios brasileiros", possibilitando a abertura para amplos processos de reestruturação territorial que podem afetar diretamente a vida de muitas pessoas.

Assim, as cidades precisam se organizar para lidar com esta nova agenda, a partir da governança climática, segundo conceito-chave deste artigo. Aqui, entende-se a governança climática como o resultado do planejamento e execução de políticas, programas e ações de

[5] A sigla 'AR6' deriva de *Sixth Assessment Report*. Trata-se do Relatório de Síntese do IPCC, que apresenta o estado do conhecimento sobre as mudanças climáticas, seus impactos e riscos generalizados, e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

curto, médio e longo prazo, preferencialmente coletiva, colaborativa e compartilhada entre os vários autores (que podem ser) envolvidos, em especial com as pessoas que mais sofrem, e sofrerão, com os impactos das mudanças climáticas - que, à medida que se materializam, impõem às pessoas mais vulnerabilizadas um ciclo de empobrecimento, a partir da necessidade de reconfiguração de cenário - e os respectivos processos de monitoramento e revisão. Speranza *et al*. (2017, p.6) nos alerta que

> A governança climática pode também ser compreendida como as instituições, capacidades, condições políticas e econômicas que habilitam ou constrangem os governos na implementação de políticas e ações, para o alcance de compromissos de mitigação e de resposta ao risco climático.

Harris (2016) alerta que os vários níveis de causalidade, impacto e resposta às mudanças climáticas reforçam o papel da política em todos os níveis. Vemos diferentes políticas ambientais dependendo do local geográfico, da escala ou da questão que está sendo abordada por populações locais. O autor argumenta que "ao usarmos o termo 'política ambiental global', pretendemos abranger todos os níveis de política (e de política) relacionados ao meio ambiente". Conforme adverte Speranza *et al*. (2017, p.6), é importante

> reconhecer os papéis críticos dos governos subnacionais, sociedade civil e o setor privado em orientar a ambição política, informando soluções para mitigação e adaptação, fornecendo supervisão independente e, implementando investimentos em tecnologia e infraestrutura de baixo carbono e resilientes ao clima.

No mesmo sentido, Harris (2016) enfatiza que os cruzamentos entre níveis de governança são fundamentais para se entender e trabalhar nessa agenda ambiental de maneira transescalar (entre escalas de análise). Giddens (2010) afirma que

> Os Estados, as empresas e as ONGs não são os únicos agentes envolvidos em políticas ativas de combate ao aquecimento global. Também devemos reconhecer a importância das iniciativas de base local e municipal. [...] Na era global, muitas influências são exercidas abaixo do nível do Estado nacional e incidem diretamente nas localidades, as quais, por sua vez, podem ter um impacto muito maior do que seu tamanho sugeriria. Além disso, em todos os níveis, indivíduos inspiradores podem romper o molde dos saberes convencionais (Giddens, 2010, p. 160).

Desta forma, é fundamental que os governos locais e as pessoas que vivem nos municípios sejam consideradas e integradas na construção do RIMC, uma vez que todo esse cenário de emergência climática não está passando despercebido à população brasileira.

Segundo pesquisa recente, nove a cada 10 brasileiros acham que sofrerão impactos das consequências das mudanças climáticas em sua vida pessoal[6].

Ressalta-se que em comunidades e regiões que apresentam vulnerabilidades, como populações de baixa renda, povos e comunidades tradicionais, pequenos agricultores e segmentos raciais discriminados e vulnerabilizados, as implicações das mudanças no clima somam-se a aspectos como a ausência de moradia digna, a insegurança alimentar e acesso limitado à saúde, que as tornam mais intensas (Intergovernmental Panel on Climate Change, 2018), reduzindo a capacidade adaptativa destas pessoas (Venn, 2019).

Em esfera nacional, a Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC) foi instituída pela Lei nº 12.187/2009, a partir de acúmulos de conhecimentos, informações e processos no âmbito do RIMC. Ela atribuiu aos municípios responsabilidades, mas sem disponibilizar ferramentas capazes de garantir a implementação e efetividade dos princípios, diretrizes e objetivos da Política. Aos municípios, então, foi atribuída a atuação ativa no endereçamento das mudanças climáticas e dos problemas decorrentes dela, como o aumento da temperatura e do nível do mar, que afetam, no segundo caso, diretamente os 280 municípios defrontantes com o mar, conforme dados do IBGE, tempestades, inundações, enchentes, alagamentos, deslizamentos, ilhas de calor, escassez hídrica, perdas agrícolas, entre outros, com altos custos aos orçamentos. Segundo levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM, o qual constatou que entre 2013 e 2022, 93% dos municípios brasileiros registraram algum tipo de desastre (Confederação Nacional dos Municípios, 2023), sem ter as ferramentas necessárias para lidar com a situação.

4 ESTUDO DE CASO: O *CONTINUUM* DA POLÍTICA CLIMÁTICA EM BELO HORIZONTE

Conforme mencionado, o artigo tem por objetivo contribuir de maneira teórica e prática com a compreensão dos processos de internalização do Acordo de Paris, a partir do estudo de caso sobre instrumentos da governança climática de Belo Horizonte. Faria (2018, p. 11) afirma que a internalização das políticas é resultado direto e indireto, propositado, mas por vezes não intencionado, da atuação de uma variedade de atores individuais e coletivos. Nesse sentido, é fundamental lançar luz à escala municipal, para contribuir com a "compreensão menos técnica e mais política das peças e engrenagens da gestão pública" em nível municipal (Faria, 2018, p. 11-12), tal como as políticas climáticas. A seguir, será detalhado o processo *continuum* de (re)criação de instrumentos da política climática de Belo

[6] Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/04/datafolha-9-entre-10-brasileiros-acham-que-mudancas-clim aticas-terao-impacto-em-suas-vidas.shtml. Acesso em 25/08/2025.

Horizonte, a partir da identificação e caracterização de alguns deles que dão materialidade ao que aqui se chama de governança climática. Também será feita uma breve caracterização de como estas ferramentas se alinham ao RIMC e ao Acordo de Paris, resumidos no quadro 1.

Todo o processo da elaboração dos instrumentos da governança climática de Belo Horizonte, que conformam a política climática, se iniciou com a formação do CMMCE, instituído pelo Decreto Municipal nº 12.362 de 03/05/2006, com objetivo servir de apoio à implementação da política municipal para as mudanças climáticas, atuando em articulação com outras políticas públicas e com a iniciativa privada. Posteriormente, a Lei nº 10.175/2011 instituiu o CMMCE como o órgão colegiado e consultivo para implementar a política climática de Belo Horizonte À época, a Lei nº 10.175 de 6 de maio de 2011 (Belo Horizonte, 2011) foi uma das primeiras legislações municipais nesse sentido, inovando ao trazer para a política municipal de mudanças climáticas princípios do direito internacional ambiental, instituindo a meta de redução de GEE em 30%, mas condicionou o ano base desta redução a estudo a ser realizado pela Prefeitura, mostrando a necessidade da Lei ser atualizada. Um dos pontos de atenção da lei é a ausência de instrumentos e proposições efetivas com foco na estratégia de adaptação.

Em 2016, Belo Horizonte teve outro marco legislativo, a aprovação da Emenda à Lei Orgânica nº 29, que instituiu na principal lei do Município a necessidade de enfrentamento às mudanças climáticas, incluindo a noção de sustentabilidade das edificações e da mobilidade urbana, a qualificação de espaços públicos (Belo Horizonte, 1990). Em 2024, foi aprovada a Lei nº 11.793/2024, que atualizou a política de mudanças climáticas de Belo Horizonte, contemplando os principais artigos do Acordo de Paris, em especial o artigo 2º, que traz a necessidade/meta de manter o aumento da temperatura média global de 2 °C acima dos níveis pré-industriais e prosseguir os esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais.

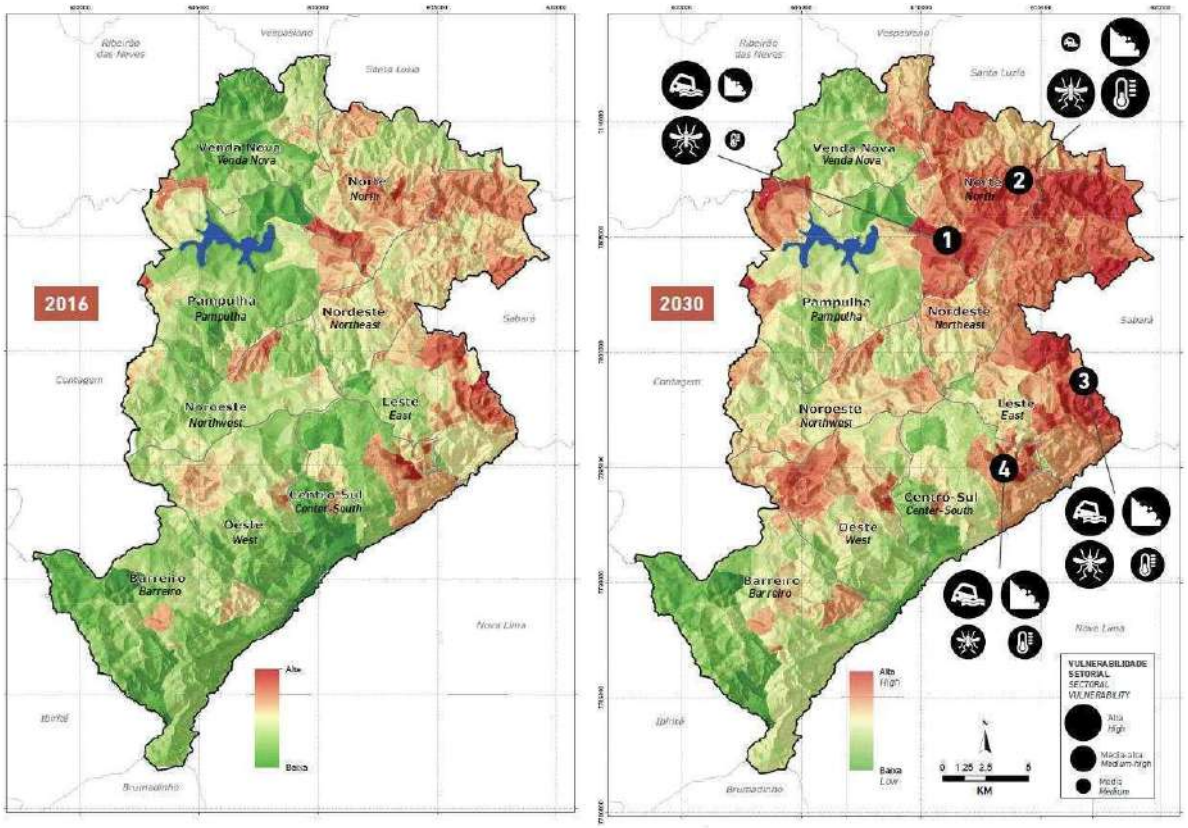
Em 2013, por meio do CMMCE, foi aprovado o Plano Municipal de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (PREGEE) que continha medidas de curto, médio e longo prazo, tendo como eixos centrais os temas de Mobilidade Urbana, Energia nas Edificações, Tratamento de Resíduos e Adaptação. O texto foi atualizado e publicado em 2020 (Belo Horizonte; Waycarbon, 2020a). Um dos destaques do PREGEE, e sua atualização, é sua aderência ao artigo 4º do Acordo de Paris, que diz respeito às medidas de mitigação, com o fim de alcançar as metas do Acordo.

Uma das primeiras ações do CMMCE foi publicar o 1º Inventário de Efeito Estufa realizado em Belo Horizonte (2000 a 2007), em 2009. Um inventário de GEE consiste no levantamento, mapeamento e quantificação de todas as emissões destes gases, por cada setor econômico, processo produtivo, ente da federação ou uma simples edificação e por um

período de tempo. Em setembro de 2020 foi lançado o 4º Inventário, com dados entre 2009 e 2019. A versão mais recente do inventário é a sexta, com dados entre 2009 e 2021.

Outro importante instrumentos da governança climática de Belo Horizonte é a Análise de Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas do Município de Belo Horizonte, que identifica as principais consequências das mudanças climáticas no território belo-horizontino, a saber: aumento da ocorrência de inundações (símbolo do carro e água); aumento da ocorrência de dengue (símbolo do mosquito); aumento das ondas de calor (símbolo do termômetro); aumento nos deslizamentos (símbolo da escosta) (Belo Horizonte; WayCarbon; Konrad Adenauer Stiftung, 2016), conforme se vê na figura 1.

Figura 1 – Avanço das consequências das mudanças climáticas em Belo Horizonte



Fonte: Belo Horizonte, WayCarbon e Konrad Adenauer Stiftung (2016).

O estudo mostra que, dentre os 10 bairros mais vulneráveis às mudanças climáticas em Belo Horizonte, em 2015, assim como a projeção para 2030, nos quais os 10 bairros mais afetados pelas mudanças climáticas estarão todos em regiões já vulnerabilizadas em 2015 (ano base do estudo). A forma como cada uma destas consequências afeta os territórios belo-horizontinos varia em função da desigualdade entre as condições socioeconômicas das

populações e a morfologia da cidade, assim como as capacidades que cada uma destas populações têm de enfrentar e endereçar tais impactos. As consequências das mudanças climáticas, conforme nos alerta Amaral, Magalhães e Tampieri (2022), podem ser um novo gerador de desigualdades em Belo Horizonte.

Em dezembro de 2022, a Prefeitura de Belo Horizonte lançou o seu Plano de Ação Climática (PLAC), considerando mais de 30 outros planos, políticas, projetos e instrumentos municipais em vigor ou em tramitação (Belo Horizonte, 2022c, p. 13). O plano foi organizado em três eixos estratégicos, totalizando 16 ações, que serão implementadas em três horizontes temporais 2024, alinhado de uma legislatura, 2030, alinhado ao prazo da nova agenda urbana, e 2050, em conformidade com a meta do Acordo de Paris para atingimento do chamado 'net zero' (zerar emissões líquidas de GEE em todo o mundo).

Quadro 1 – Instrumentos da Governança Climática de Belo Horizonte

NOME DO INSTRUMENTO	TIPO DE INSTRUMENTO	RELAÇÃO COM O REGIME INTERNACIONAL E/OU ACORDO DE PARIS
Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas (CMMCE)	Órgão Colegiado (Instituído pelo Decreto nº 12.362/2006)	Embora prévio ao Acordo de Paris, o Decreto é posterior Protoloco de Kyoto[7]. O CMMCE está em consonância com o Artigo 12º do Acordo, que prevê a importância da participação pública, educação e cooperação em todos os níveis.
Lei nº 10.175/2011	Lei	Trouxe princípios, conceitos e uma meta de redução de GEE (30%) em linha com o espírito do Protocolo de Kyoto e com o texto do Acordo de Paris, publicado quatro anos depois. **Divergência:** A meta não tinha um ano-base definido, o que é uma carência perante o Acordo.
Emenda à Lei Orgânica nº 29/2016	Lei (Emenda Constitucional Municipal)	Incluiu a necessidade de enfrentamento às mudanças climáticas na lei maior do município, fundamentando as ações climáticas, que são centrais para o Acordo.
Lei nº 11.793/2024	Lei	Atualiza a política climática e contempla expressamente a meta do Artigo 2º do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5°C - 2°C.

[7] Criado em 1997, o Protocolo entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, logo após o atendimento às condições que exigiam a ratificação por, no mínimo, 55% do total de países-membros da Convenção e que fossem responsáveis por, pelo menos, 55% do total das emissões de 1990.

Plano de Redução de Emissões (PREGEE)	Plano	Embora a primeira versão seja pretérita ao Acordo de Paris, a versão final tem medidas de mitigação aderentes ao Artigo 4º do Acordo, que trata das ações para alcançar as metas de redução de emissões.
Análise de Vulnerabilidade	Estudo Técnico	Atende ao Artigo 7º do Acordo, que prevê a necessidade de aumentar a capacidade de adaptação e resiliência, fornecendo dados cruciais para o planejamento urbano da e na cidade.
Inventário de Gases de Efeito Estufa	Ferramenta de Mensuração	Está em consonância com o Artigo 13º (Transparência), que prevê a necessidade de fornecer periodicamente relatórios de emissões com metodologias aceitas internacionalmente.
Plano de Ação Climática (PLAC)	Plano	Alinha-se principalmente ao Artigo 7º (Adaptação com particularidades locais) e à meta de longo prazo do Acordo de zerar as emissões líquidas (*net zero*) até 2050.

Fonte: elaboração própria, a partir de Belo Horizonte (1990; 2006; 2011; 2024), Belo Horizonte e Waycarbon, (2022a; 2021), Belo Horizonte, Waycarbon e Konrad Adenauer Stiftung (2016) e Belo Horizonte e ICLEI, (2022).

Como se verifica no quadro 1, a governança climática de Belo Horizonte possui diversos e diversificados instrumentos que, em quase sua totalidade, respondem ao previsto no RIMC, mais especificamente ao Acordo de Paris.

5 CONCLUSÃO

O artigo se baseou na necessidade de lançar luz à agenda e política climática em municípios, a menor escala territorial e administrativa, no Brasil, com jurisdição para a ação climática. Entende-se que a pergunta de partida, "como se dá o processo de internalização do Acordo de Paris por municípios brasileiros?" foi respondida, com limitações, apontando para pontos importantes pontos de análise no que tange ao seu objeto central: a internalização do Acordo de Paris. Dado o escopo geográfico limitado da análise, é importante ressaltar que a aplicabilidade dos resultados para outras cidades com realidades socioeconômicas e climáticas diferentes carece de filtros, novas variáveis e respeito às particularidades locais. Embora sirva como referência, municípios menores ou com menos recursos podem enfrentar desafios distintos na internalização das políticas climáticas, assim

como municípios que estão em outros recortes geográficos, como os litorâneos e os que têm florestas tropicais.

Verificou-se que a Política Climática de Belo Horizonte está alinhada a alguns dos instrumentos previstos, especificamente, no Acordo de Paris e no RIMC, de maneira mais ampla. Outro aprendizado que a pesquisa trouxe é sobre a relevância da existência de instrumentos públicos sobre os impactos das mudanças climáticas na população, tal qual a análise de vulnerabilidade. Ainda sobre a égide da governança, parece ser latente a necessidade de se tornar a política climática mais transversal, integrando-a a outras áreas como habitação, mobilidade urbana, saneamento e planejamento urbano, fortalecendo a cooperação entre os setores público e privado, como o esforço do PREGEE e PLAC. De tal processo, espera-se o fornecimento e fortalecimento da infraestrutura urbana e dos serviços, da preparação para desastres e da estrutura de planejamento e regulação (Huq *et al*., 2007) a partir da elaboração de políticas públicas.

Entende-se ser fundamental que a Política Climática Municipal de Belo Horizonte tenha mecanismos de monitoramento e avaliação contínua, o que não foi encontrado nos instrumentos da Política estudados, assegurando que estes instrumentos sejam de fato implementados, acompanhados e revisados, quando for preciso. Frisa-se, neste ponto, que se pretendeu, aqui, avaliar a eficiência dos instrumentos da Política Climática Municipal de Belo Horizonte sendo esta, então, uma limitação do artigo.

Destaca-se também que, ao demonstrar como um município internaliza políticas advindas de acordos internacionais e políticos, a partir do guarda-chuva do RIMC e do Acordo de Paris, a pesquisa fornece uma base empírica para estudos sobre implementação de tratados internacionais ambientais em geral. Os resultados encontrados deixam abertas portas para novas análises, comparativas ou não, entre municípios, que poderão contribuir para evidenciar boas práticas e desafios comuns, tornando as conclusões mais profundas. Um outro exemplo é a análise da participação social na elaboração, gestão, monitoramento e revisão dos instrumentos ora analisados. Guardando-se tais limitações, a pesquisa pode influenciar gestores públicos, integrantes de movimentos e organizações ambientais e acadêmicos a aprimorarem estes instrumentos e criarem outros, tal como a declaração de emergência climática em Belo Horizonte.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marcelo Cintra do; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho; TAMPIERI, Guilherme Lara Camargos. **O planejamento urbano e a mudança climática:** contradições e desafios, entre capturas e potencialidades. XIX Encontro Nacional da Anpur. Blumenau, 2022.

BELO HORIZONTE; WAYCARBON. **5o Inventário de Emissões de GEE (2009-2020).** 2021. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/meio-ambiente/2021/s mma_fpmzb_5inventario-completo-versao-30-09-2021.pdf. Acesso em 25/08/2025.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **Aprova o Plano Diretor do município de Belo Horizonte e dá outras providências**. Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019. 2019. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-belo-horizonte-mg. Acesso em 25/08/2025.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. Câmara Municipal de Belo Horizonte. **Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte**, aprovada em 21 de março de 1990. 1990. Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei-organica. Acesso em: 01/09/2026.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **Cria o Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeficiência**. Decreto nº 12.362, de 3 de Maio de 2006. 2006. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2006/1236/12362/decreto-n-12 362-2006-cria-o-comite-municipal-sobre-mudancas-climaticas-e-ecoeficiencia. Acesso em 25/08/2025.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **Institui a Política Municipal de Enfrentamento das Mudanças Climáticas e de Melhoria da Qualidade do Ar**. Projeto de Lei nº 270, de 23 de fevereiro de 2022. 2022a. Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/270
/2022. Acesso em 25/08/2025.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **Institui a Política Municipal de Enfrentamento das Mudanças Climáticas.** Projeto de Lei nº 915, de 11 de junho de 2022. 2022b. Disponível em: https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar proposicoes/projeto-de-lei/270 /2022. Acesso em 25/08/2025.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **Institui a Política Municipal de Mitigação dos Efeitos da Mudança Climática**. Lei no 10.175, de 6 de maio de 2011. 2011. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2011/1018/10175/lei- ordinaria-n-10175-2011-institui-a-politica-municipal-de-mitigacao-dos-efeitos-da-mudanca
-climatica?q=mudan%C3%A7a+clim%C3%A1tica. Acesso em 25/08/2025.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. **Institui a Política Municipal de Enfrentamento à Emergência Climática.** Lei nº 11.793/2024 de 27 de dezembro de 2024.

Disponível em https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11792/2024. Acesso em 25/08/2025.

BELO HORIZONTE; ICLEI. **Plano Local de Ação Climática de Belo Horizonte (MG)**. Prefeitura de Belo Horizonte, 2022c. Disponível em: https://americadosul.iclei.org/documentos/plano-local-de-acao-climatica-de-belo-horizonte- sumario-executivo/. Acesso em 25/08/2025.

BELO HORIZONTE; WAYCARBON. **Plano de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa - PREGEE**. 2020a. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/meio-ambiente/revisao-do-plano-de-reducao-de-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa. Acesso em 25/08/2025.

BELO HORIZONTE; WAYCARBON. **Proposição de Diretrizes e Políticas Públicas para a redução das emissões**. 2020b. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/meio-ambiente/2021/re latorio-consolidado-etapa-2_planejamento_versao-final.pdf. Acesso em 25/08/2025.

BELO HORIZONTE; WAYCARBON; KONRAD ADENAUER STIFTUNG. **Análise de Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas do município de Belo Horizonte**.2016. Disponívelem: https://www.kas.de/wf/doc/kas_47229-1522-4-30.pdf?161128211634. Acesso em 25/08/2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Protocolo de Quioto**. Brasília, DF: MMA, [20--]. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/protocolo-de-quioto.html. Acesso em: 25 ago. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Desastres obrigam mais de 4,2 milhões de pessoas que foram negligenciadas pelas políticas públicas a buscarem alternativas de moradia nos últimos dez anos.** Brasília, 2023. Disponível em https://cnm.org.br/storage/noticias/2023/Links/27072023_Estudo_Habita%C3%A7%C3%A3o_Desastre_revisado_area_publica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 25/08/2025.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Políticas públicas e relações internacionais**. 2018.

GAZONI, Jefferson Lorencini *et al*. Trajetória da Governança Ambiental. **Boletim Regional e Urbano**, v. 01, p. 11-20, 2008.

GONÇALVES, Alcindo Fernandes. Regimes internacionais como ações da governança global. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S. l.], v. 12, n. 125, p. 40–45, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4296. Acesso em: 24 abr. 2025.

HARRIS, Paul G. et al. (Ed.). **Routledge handbook of global environmental politics**. New York: Routledge, 2014.

HUQ, Saleemul et al. Reducing risks to cities from disasters and climate change. **Environment and urbanization**, v. 19, n. 1, p. 3-15, 2007.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC), 2023: Summary for Policymakers. *In:* **Climate Change 2023**: Synthesis Report.Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, pp. 1-34, DOI: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001.

KEOHANE, Robert O.; VICTOR, David G. The regime complex for climate change. **Perspectives on politics**, v. 9, n. 1, p. 7-23, 2011.

KRASNER, Stephen D. **Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais:** regimes como variáveis intervenientes. Revista de Sociologia e Política, v. 20, p. 93-110, 2012.

MARENGO, José A. **Caracterização do clima no Século XX e Cenários Climáticos no Brasil e na América do Sul para o Século XXI derivados dos Modelos Globais de Clima do IPCC**. Relatório, Ministério do Meio Ambiente (SBF-MMA), 2007.

PINO, Bruno Ayllón. **Evolução histórica da cooperação Sul-Sul (CSS)**. Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. Brasília: Ipea, p. 57-86, 2014. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/repensando_a_cooperacao_web.pdf. Acesso em 25/08/2025.

SIQUEIRA, B.; BRITTO, V. **Censo 2022**: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas. IBGE. 14 de novembro de 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacao-brasileira-vive-em-areas-urbanas. Acesso em 25/08/2025.

SOARES, Fernanda Duarte Peixoto. **Proposta metodológica de compreensão da problemática das relações entre uso do solo e transportes no planejamento urbano integrado**. 2014.

VENN, Alice. Social justice and climate change. *In*: **Managing global warming**. Academic Press, 2019. p. 711-728.

YAMIN, Farhana; DEPLEDGE, Joanna. **The international climate change regime**: a guide to rules, institutions and procedures. Cambridge University Press, 2004.